



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)
SECRETARIA EXECUTIVA**

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2010

BRASÍLIA - 2011

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)
SECRETARIA EXECUTIVA**

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, bem como com a Portaria TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010.

SECRETARIA EXECUTIVA

BRASÍLIA - 2011

SUMÁRIO

SEÇÃO I.....	6
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	6
ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	6
SEÇÃO II.....	11
INTRODUÇÃO	11
SEÇÃO III	12
DESENVOLVIMENTO	12
ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	12
2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade:	12
2.2 Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	14
2.3 Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade:	20
2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	20
2.3.2 Execução física das ações realizadas pela Unidade	22
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro	43
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.....	43
2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa.....	46
2.4.3 Indicadores Institucionais.....	49
ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	75
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	75
4.2 Análise Crítica	76
ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	76
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos	76
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	78
5.3 Composição do Quadro de Estagiários	78
5.4 Quadro de custos de recursos humanos	79
5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	79
5.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	79
ITEM 6 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010	84
6.1 Transferências Efetuadas no exercício.....	84
6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010	84
6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.....	84

6.1.3	Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes	85
6.1.4	Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse	85
6.1.5	Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse	85
6.2	Análise Crítica	85
ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010		86
7.1.	DECLARAÇÃO SOBRE CONTRATOS E CONVÊNIOS - SIASG E SIAFI	86
ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010		86
8.1.	INFORMAÇÕES SOBRE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS.....	86
ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010		86
9.1	Estrutura de controles internos da UJ	86
ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010		86
10.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	86
ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010		86
11.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	86
ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010		90
12.1	Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	90
ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010		91
13.1.	Despesa com Cartão de Crédito Corporativo.....	91
ITEM 15 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010		91
15.1	Deliberações do TCU atendidas no exercício.....	91
15.2	Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....	95
ITEM 16 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010		95
16.1	Recomendações do OCI atendidas no exercício	95
16.2	Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	95
ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010.....		96
ITEM 16 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010		96
SEÇÃO IV.....		104
RESULTADOS E CONCLUSÕES.....		104

RELAÇÃO DE QUADROS

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	06
QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO.....	20
QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE	22
QUADRO DOS RESULTADOS DA ATUAÇÃO DA CGU POR MINISTÉRIO	30
QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	43
QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES	43
QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL.....	44
QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS	44
QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA	45
QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ (1)	46
QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	47
QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ	47
QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.....	47
QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO	48
QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO.....	48
QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	75
QUADRO A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	76
QUADRO A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	77
QUADRO A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010	77
QUADRO A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010.....	78
QUADRO A.5.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010.....	78
QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	78
QUADRO A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010	79
QUADRO A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	79
QUADRO A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	79

QUADRO A.5.10 – DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	79
QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	84
QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	85
QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTEs	85
QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	86
QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	86
QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	87
QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS.....	87
QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ.....	88
QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ	90
QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR	91
QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)	91
QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	92
QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO	95
QUADRO B.1.2 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA.....	96
QUADRO C.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	96

SEÇÃO I

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

ITEM 1 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Presidência da República		Código SIORG: 000026	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União			
Denominação abreviada: SE/CGU			
Código SIORG: 052303	Código LOA: 20125	Código SIAFI: 20125	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 8411-6/00	
Telefones/Fax de contato:	(061) 2020-7241	(061) 2020-7242	(061) 2020-7030
Endereço eletrônico: cgu@cgu.gov.br			
Página da Internet: http://www.cgu.gov.br			
Endereço Postal: Setor de Autarquias Sul, Quadra 1, Bloco A, Ed. Darcy Ribeiro, Asa Sul, Brasília-DF, CEP 70070-905.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto nº 3.591 de 06 de setembro de 2000 e suas alterações – Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências. • Lei nº 10.180 de 06 de fevereiro de 2001 e suas alterações - Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. • Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003 e suas alterações – Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. • Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005 e suas alterações – Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. • Decreto nº 5.683, de 24 de janeiro de 2006 - Aprova a Estrutura Regimental da Controladoria-Geral da União e dá outras providências. 			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> • Portaria nº 570, de 11/05/2007: aprova o Regimento Interno da Controladoria-Geral da União. • Portaria nº 975, de 13/07/2007: disciplina a utilização, a manutenção e o controle dos serviços de telefonia móvel celular. • Portaria nº 1.957, de 31/12/2007: define critérios e procedimentos relativos a aquisição e distribuição de publicações periódicas e oficiais. • Portaria nº 527, de 11/04/2008: dispõe sobre a Política de Capacitação dos servidores em 			

exercício na Controladoria-Geral da União e dá outras providências.

- Portaria nº 539, de 15/04/2008: dispõe sobre a concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos na modalidade de saque.
- Portaria nº 686, de 16/05/2008: fixa os limites percentuais na modalidade de saque referente a suprimento de fundos.
- Portaria nº 1.284, de 26/08/2008: dispõe sobre o ressarcimento de despesas de fornecimento de cópias reprográficas de documentos pela CGU.
- Portaria nº 173, de 21/01/2009: regulamenta a concessão de bolsa de estudo de língua estrangeira aos servidores em exercício no Órgão Central e nas Unidades Regionais da Controladoria-Geral da União, no exercício de 2009.
- Portaria nº 571, de 18/03/2009: regulamenta a remoção por permuta, a pedido, dos servidores da CGU.
- Portaria nº 795, de 17/04/2009: define as autoridades proponentes das viagens a serviço.
- Portaria nº 1.145, de 16/06/2009: estabelece os critérios de participação dos servidores em exercício na Controladoria- Geral da União em cursos de pós- graduação.
- Portaria nº 1.473, de 29/07/2009: aprova o Regulamento Operacional do Programa de Apoio à Mãe Lactante da CGU.
- Portaria nº 2.087, de 14/10/2009: aprova a 2ª Edição do Manual de Procedimentos de Gestão Documental.
- Portaria nº 516, de 15/03/2010: institui o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.
- Portaria nº 619, de 26/03/10: aprova procedimentos e modelos para emissão e utilização das Carteiras Funcionais, Cartões de Identificação dos Aposentados e Crachás dos Servidores Ativos em exercício nas Unidades da CGU.
- Portaria nº 794, de 16/04/10: dispõe sobre o controle de entrada e saída de pessoas, bens e veículos às dependências do Edifício Sede da CGU, em Brasília.
- Portaria nº 894, de 05/05/2010: institui, no âmbito da Controladoria-Regional da União no Estado do Rio de Janeiro, o Núcleo de Ações de Correição – Nacor.
- Portaria nº 1772, de 09/09/2010: altera a Portaria nº 571, de 2009, que regulamenta a remoção por permuta, a pedido, dos servidores da CGU.
- Portaria CGU nº 1.965, de 04/10/2010: institui o Programa de Capacitação e Orientação dos Gestores Públicos Federais (Capacita).

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

- Cartilha “Perguntas e Respostas sobre Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento” (SE).
- Portfolio da CGU – Apresentação das ações da Casa – Inglês e Espanhol (SE).
- Revista da CGU – Controladoria-Geral da União. 1ª à 8ª Edição. (SPCI)
- Cartilha “Olho Vivo no Dinheiro Público” - Um guia para o cidadão garantir os seus direitos. (SPCI)
- Coleção Olho Vivo (SPCI):
 - Cartilha de Controle Social;
 - Cartilha do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb);.

- Cartilha “O Vereador e a Fiscalização dos Recursos Públicos Municipais” (SPCI).
- Manual de Integridade Pública e Fortalecimento da Gestão (SPCI).
- Manual “A Responsabilidade Social das Empresas no Combate à Corrupção” (SPCI).
- Cartilhas dos Trabalhos Vencedores dos Concursos de Desenho e Redação da CGU (SPCI).
- Cartilha da Convenção Interamericana contra Corrupção (SPCI).
- Cartilha da Convenção da OCDE contra suborno de funcionários públicos estrangeiros em transações comerciais internacionais (SPCI).
- Cartilha da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (SPCI).
- Livro "Prevenção e Combate à Corrupção no Brasil - Trabalhos Premiados no 2o Concurso de Monografias da CGU" (SPCI).
- Livro "Prevenção e Combate à Corrupção no Brasil - Trabalhos Premiados no 3o Concurso de Monografias da CGU" (SPCI).
- Livro "Prevenção e Combate à Corrupção no Brasil - Trabalhos Premiados no 4o Concurso de Monografias da CGU" (SPCI).
- Livro "Prevenção e Combate à Corrupção no Brasil - Trabalhos Premiados no 5o Concurso de Monografias da CGU" (SPCI).
- Guia “Orientações para Implantação de Unidade de Ouvidoria” (OGU).
- Manual de Processo Administrativo Disciplinar (CRG).
- Apostila com Jurisprudências sobre Matéria Disciplinar (CRG).
- Apostila com Pareceres da AGU sobre Matéria Disciplinar (CRG).
- Legislação sobre Matéria Disciplinar (CRG).
- Manual do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD/CRG).
- Manual de Inspeção Correccional (CRG).
- Guia Rápido de Inspeção (CRG).
- Relatório de Punições Expulsivas do Poder Executivo Federal (CRG).
- Guia Rápido do Sistema CGU-PAD (CRG).
- Guia eletrônico com Perguntas e Respostas Frequentes – FAQ - acerca da matéria correccional (CRG).
- Manual para os Agentes Municipais - “Gestão de Recursos Federais” (SPCI e SFC).
- Cartilha “Entendimentos do Controle Interno Federal sobre a Gestão dos Recursos das Entidades do Sistema S” (SFC).
- Manual de Auditoria Anual de Contas (SFC).
- Manual de Admissões, Aposentadoria e Pensão Civil (SFC).
- Manual de Tomada de Contas Especiais (SFC).
- Manual do Sorteio (SFC).
- Manuais – Sistema Ativa (SFC).
- Manual do SAEAC - Sistema de Auxílio à Execução das Ações de Controle (SFC).
- Manual do Balanço Geral da União (SFC).
- Manual de Demandas Especiais (SFC).
- Manual - Metodologia de Planejamento para o Acompanhamento da Execução de Programas de Governo - (SFC).

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
20125	Controladoria-Geral da União
110299	CGU/BIRD/Procontrole
110174	Diretoria de Gestão Interna
110175	Coordenação Geral de Recursos Humanos
110176	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
170940	Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento
170206	Controladoria-Regional da União no Estado do Acre
170068	Controladoria-Regional da União no Estado do Alagoas
170365	Controladoria-Regional da União no Estado do Amapá
170212	Controladoria-Regional da União no Estado do Amazonas
170084	Controladoria-Regional da União no Estado da Bahia
170044	Controladoria-Regional da União no Estado do Ceará
170105	Controladoria-Regional da União no Estado do Espírito Santo
170200	Controladoria-Regional da União no Estado de Goiás
170031	Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão
170194	Controladoria-Regional da União no Estado do Mato Grosso
170113	Controladoria-Regional da União no Estado do Mato Grosso do Sul
170099	Controladoria-Regional da União no Estado de Minas Gerais
170023	Controladoria-Regional da União no Estado do Pará
170054	Controladoria-Regional da União no Estado da Paraíba
170165	Controladoria-Regional da União no Estado do Paraná
170063	Controladoria-Regional da União no Estado de Pernambuco
170037	Controladoria-Regional da União no Estado do Piauí
170130	Controladoria-Regional da União no Estado do Rio de Janeiro
170049	Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Norte
170189	Controladoria-Regional da União no Estado do Rio Grande do Sul
170202	Controladoria-Regional da União no Estado de Rondônia
170366	Controladoria-Regional da União no Estado de Roraima
170174	Controladoria-Regional da União no Estado de Santa Catarina
170152	Controladoria-Regional da União no Estado de São Paulo
170074	Controladoria-Regional da União no Estado de Sergipe
170364	Controladoria-Regional da União no Estado de Tocantins
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
20125	00001
110299	00001
110174	00001
110175	00001
110176	00001
170940	00001
170206	00001
170068	00001
170365	00001
170212	00001
170084	00001
170044	00001
170105	00001
170200	00001
170031	00001
170194	00001
170113	00001
170099	00001
170023	00001
170054	00001
170165	00001
170063	00001
170037	00001
170130	00001
170049	00001
170189	00001
170202	00001
170366	00001
170174	00001
170152	00001
170074	00001
170364	00001

SEÇÃO II

INTRODUÇÃO

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Controladoria-Geral da União (CGU) durante o exercício de 2010, cujo detalhamento das estratégias de atuação adotadas, das atividades desenvolvidas e dos resultados atingidos está consubstanciado em sua Seção III.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, bem como com a Portaria TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010, e está estruturado em quatro seções, quais sejam: I – Informações sobre a Unidade Jurisdicionada; II - Introdução, III– Desenvolvimento; IV – Resultados e Conclusões.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados pela CGU para o exercício de 2010, decorreram da escassez crônica de recursos humanos em face da perda de servidores e da reposição insuficiente, dos limites orçamentários impostos, assim como das restrições advindas do período eleitoral, quando não foi permitida a realização das ações presenciais dos Programas Olho Vivo no Dinheiro Público e Sorteio Público, que tiveram reduzido alcance em 2010, em comparação aos anos anteriores.

A seguir estão indicados os itens requeridos pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 que não constam do presente documento, assim como a correspondente justificativa:

i) Parte A – Conteúdo Geral:

Item 3.	Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.
Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.	

Item 14.	Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.
Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.	

Item 17.	Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.
Justificativa: não se aplica à natureza jurídica da unidade, conforme Quadro A1, do Anexo II da DN TCU nº 107/2010.	

ii) Parte B – Informações Contábeis da Gestão:

Item 2.	Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).
Item 3.	Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas.

Item 4.	Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da UJ como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).
Item 5.	Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.
Justificativa: não se aplica à natureza jurídica da unidade, conforme Quadro A1, do Anexo II da DN TCU nº 107/2010.	

iii) Parte C - Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins

Itens 1 a 15, 17 a 36.
Justificativa: A CGU não está indicada para apresentação das informações e/ou não houveram ocorrências no período.

iv) Parte D – Unidades jurisdicionadas com Relatórios de Gestão Customizados

Justificativa: A CGU não está indicada para apresentação das informações.

SEÇÃO III

DESENVOLVIMENTO

ITEM 2 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

2.1. Responsabilidades Institucionais da Unidade:

Compete à Controladoria-Geral da União (CGU), instituída pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria e ao incremento da transparência da gestão, atuando como órgão central do Poder Executivo Federal para as funções de controle interno e correição.

A CGU está estruturada em quatro unidades finalísticas, de acordo com sua área de atuação: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI), Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), Corregedoria-Geral da União (CRG) e Ouvidoria-Geral da União (OGU).

Também integra a estrutura da CGU, como órgão colegiado e consultivo, o Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC). O Conselho é formado paritariamente por representantes do governo e da sociedade civil, e tem a finalidade de debater e sugerir medidas de aperfeiçoamento para as atividades de controle dos recursos públicos, de promoção da transparência na gestão pública e de combate à corrupção e à impunidade.

Por meio da Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI), unidade criada em 2006, por meio do decreto nº 5.683, a CGU atua coordenando as ações de prevenção da corrupção e produção de informações estratégicas no âmbito do Poder Executivo Federal. Entre

suas principais atribuições, destacam-se: incremento da transparência pública; produção de informações estratégicas; fomento ao controle social; entre outras.

A Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) atua no apoio aos gestores, conjugando esforços para otimização da gestão pública, bem como realiza ações de controle com o objetivo de avaliar a execução dos programas de governo e os resultados da gestão dos administradores públicos quanto à eficácia e à eficiência, bem como de verificar a economicidade e comprovar a legalidade de suas ações, em cumprimento ao disposto no art. 74 da Constituição Federal e as disposições da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.

A Corregedoria-Geral da União (CRG), conforme determina o Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005 e o art. 17 da Lei nº 11.204, de 05 de dezembro de 2005, atua no combate à impunidade na administração pública federal, promovendo, coordenando e acompanhando a execução de ações disciplinares que visem à apuração de responsabilidade administrativa de servidores públicos.

Compete, também à CGU, por intermédio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), de acordo com o parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 5.683, de 2006, exercer a supervisão técnica das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal. Com esse propósito foram conferidas as competências específicas estabelecidas no art. 14 do mesmo instrumento legal, entre as quais se destacam: orientar a atuação das demais unidades de ouvidoria; examinar manifestações referentes à prestação de serviços públicos; propor a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões dos responsáveis pela inadequada prestação do serviço público; produzir estatísticas indicativas do nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos; contribuir com a disseminação das formas de participação popular no acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços públicos; promover capacitação e treinamento relacionados às atividades de ouvidoria.

Em 2010, orientada pelas diretrizes institucionais estabelecidas em seu plano de longo prazo, o Plano de Integridade Institucional, Controle dos Recursos Públicos e Prevenção da Corrupção da CGU (PII - 2007/2010), a seguir identificadas, a Controladoria-Geral da União procurou sedimentar e fortalecer as principais ações já existentes, maximizando seu alcance e efetividade, além de desenvolver e planejar novas iniciativas.

1ª diretriz	Qualificação do controle interno para o cumprimento pleno de suas funções institucionais
2ª diretriz	Responsabilização administrativa como forma eficaz de combate à impunidade
3ª diretriz	Ênfase em medidas de prevenção da corrupção
4ª diretriz	Articulação Interinstitucional
5ª diretriz	Fomento ao controle social
6ª diretriz	Incremento da transparência pública
7ª diretriz	Articulação internacional
8ª diretriz	Fortalecimento institucional

Na sequência evidenciam-se as prioridades e linhas gerais de atuação da CGU adotadas em 2010, cujo detalhamento e respectivos resultados estão consubstanciados em tópicos seguintes deste relatório.

No que tange às ações inerentes à prevenção e combate à corrupção e produção de informações estratégicas, a CGU priorizou ações especialmente as relacionadas a: (i) fomento ao controle social e à cidadania; (ii) promoção da transparência pública e acesso à informação; (iii) fortalecimento da gestão pública; (iv) articulação internacional para prevenção e combate à corrupção; (v) promoção

da integridade junto ao setor privado; (vi) produção e disseminação de informações estratégicas; (vii) promoção de estudos e pesquisas sobre corrupção; e (viii) aperfeiçoamento do marco legal voltado à prevenção e combate à corrupção.

As funções de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal foram exercidas pela atuação em pelo menos cinco frentes de trabalho distintas: no acompanhamento da execução dos programas de governo, no acompanhamento e avaliação da gestão de órgãos e entidades da administração federal, no Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, na auditoria de contratos de recursos externos e na atuação investigativa, mediante articulação com outros órgãos de defesa do Estado.

Na qualidade de órgão responsável pelo exercício das atividades de órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCOR), a CGU buscou intensificar o combate a impunidade mediante ação correcional, com vistas à responsabilização administrativa de agentes públicos, além de continuar capacitando servidores para composição de comissões disciplinares; realizando seminários com o objetivo de discutir e disseminar as melhores práticas relativas do exercício do Direito Disciplinar e fortalecendo as unidades componentes do SisCOR.

As atividades de supervisão do segmento de ouvidorias do Poder Executivo Federal foram desenvolvidas mediante a realização de cursos de capacitação e eventos de âmbito nacional e internacional, com o objetivo de fortalecer as unidades de ouvidorias, em benefício da sociedade brasileira. Tal esforço leva em consideração as atribuições dessas unidades que atuam na promoção da melhoria na qualidade na prestação do serviço público, tornando-se um poderoso instrumento a serviço da gestão centrada na satisfação das necessidades dos cidadãos. Além disso cooperam com os demais órgãos com o firme propósito de auxiliar no fortalecimento do controle social, da transparência e a publicidade da política e da ação governamental, assim como a participação e o controle da ação governamental por parte do cidadão.

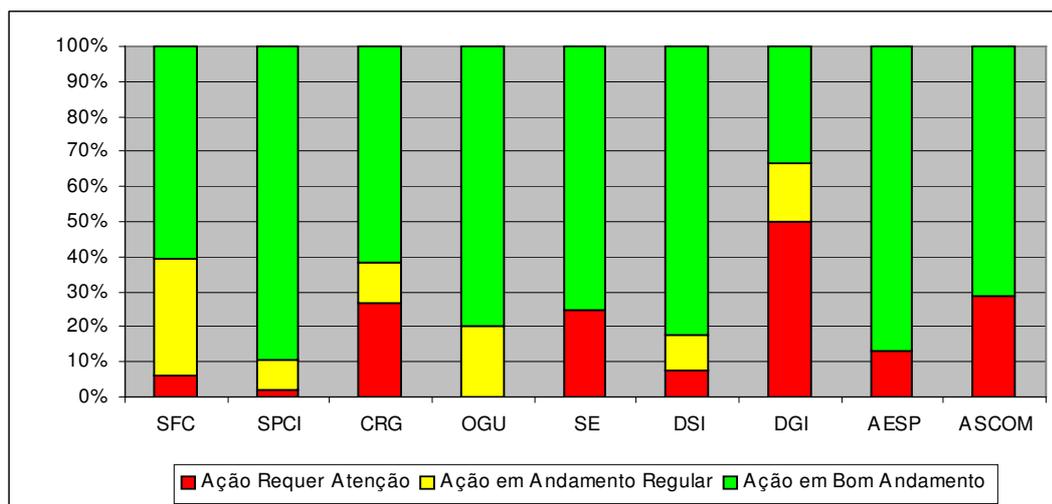
2.2 Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

O norte de atuação da Controladoria, em 2010, visou contribuir para o alcance de uma boa governança pública, para a promoção da ética e da transparência, bem como para a redução das vulnerabilidades e riscos de ocorrência da corrupção. Privilegiou-se a linha de orientação aos gestores públicos na execução de suas ações de modo a desenvolver capacidades e instrumentos para subsidiar o processo decisório e prevenir a ocorrência de eventuais desvios, bem como de propor, quando necessário, medidas corretivas, tendo em vista o interesse público. Além disso, a CGU, quando necessário, procurou aplicar punição a ações desviantes, por exemplo, ao garantir a responsabilização dos agentes públicos federais ímprobos.

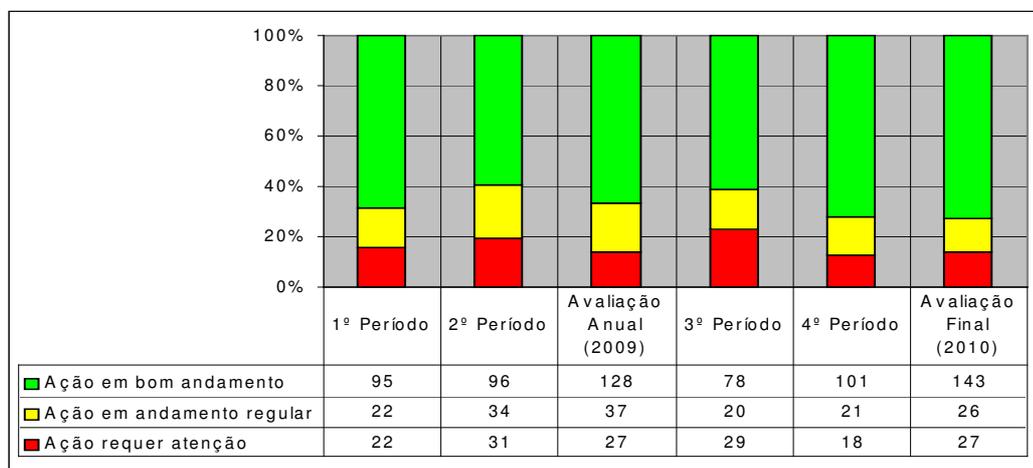
As principais ações desenvolvidas pela instituição estão consignadas no Plano de Ações e Metas (PAM), instrumento de planejamento tático que dispõe para integrar as ações e metas planejadas pelas diversas unidades, permitindo o acompanhamento periódico da execução e assegurando o alinhamento institucional firmado pelo planejamento de longo prazo da instituição. O relacionamento das ações do PAM às diretrizes institucionais e aos programas, projetos e ações do Plano de Integridade Institucional, Controle dos Recursos Públicos e Prevenção da Corrupção (PII) ressalta a importância da vinculação direta entre o direcionamento da instituição no quadriênio 2007-2010 e suas ações planejadas para 2009/2010. O documento permite uma visão global da Casa e de cada uma das suas unidades, baseada no ciclo do planejamento e no PII, ambos com vigência findada em dezembro de 2010.

Ao final do ciclo de planejamento, em 2010, a avaliação do PAM apresentou um desempenho superior ao obtido no final de 2009. Essa avaliação positiva contempla ações que tiveram bom desempenho nos quatro semestres ou que cumpriram todas as metas previstas para o biênio. Os gráficos a seguir retratam o andamento das ações planejadas pelas unidades da CGU, cuja análise indica que 73% das ações foram classificadas em bom andamento. Destaca-se que esta análise considera o desempenho da ação como um todo, ou seja, além das avaliações semestrais, a criticidade da ação e sua importância para a Casa.

AVALIAÇÃO AÇÕES PAM – PERÍODO 2009/2010

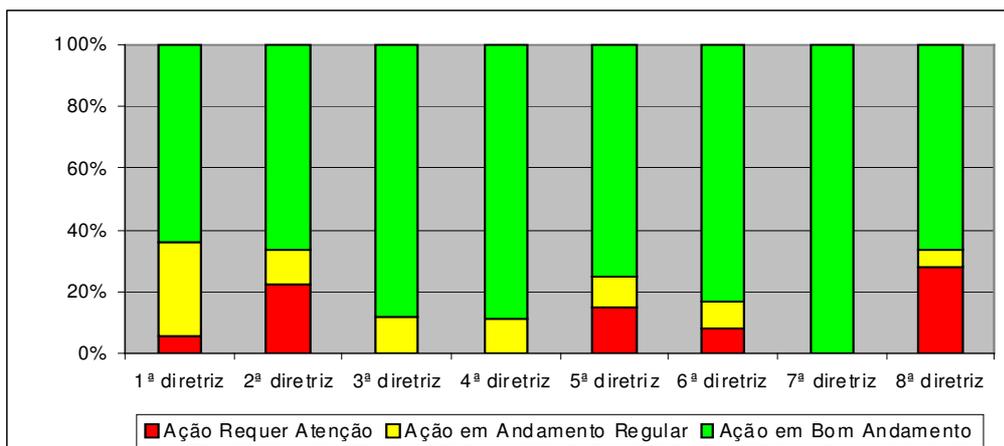


QUANTITATIVO DE AÇÕES PAM - CLASSIFICAÇÃO

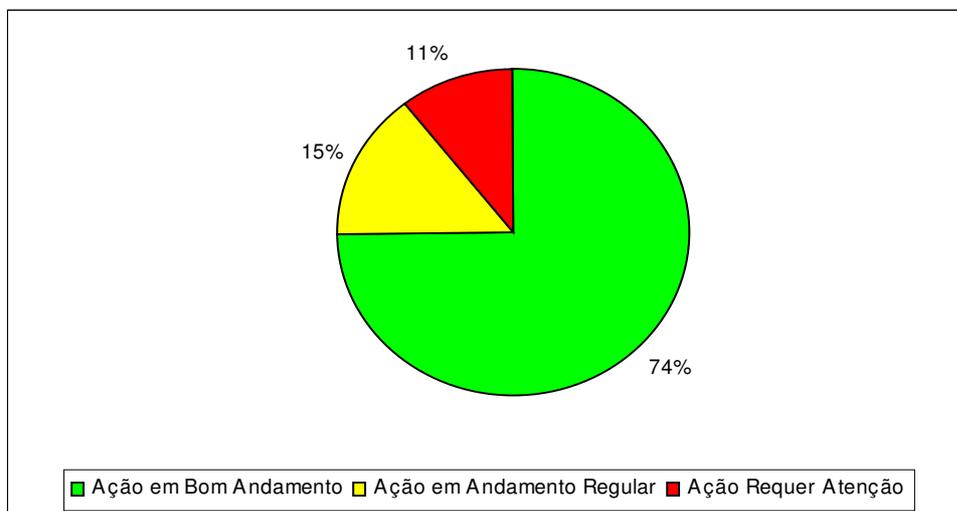


Em se tratando da vinculação das ações ao PII 2007-2010, verifica-se que as ações estão relacionadas principalmente às diretrizes 1ª, 2ª e 3ª, (citadas no tópico anterior deste relatório) voltadas para as competências finalísticas da CGU. As unidades da área meio concentram maior parte das suas ações relacionadas à 8ª diretriz, focada no aprimoramento dos processos de trabalho. De acordo com seu impacto direto, uma mesma ação pode, simultaneamente, ser relacionada a mais de uma diretriz. Os gráficos seguintes revelam que 74% das ações vinculadas às diretrizes institucionais tiveram bom andamento no biênio 2009/2010.

AVALIAÇÃO FINAL DAS AÇÕES VINCULADAS ÀS DIRETRIZES BÁSICAS INSTITUCIONAIS



AVALIAÇÃO FINAL DAS AÇÕES VINCULADAS AOS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES DO PII



No contexto das ações de prevenção e combate à corrupção, a Controladoria buscou o cumprimento do planejamento tático previsto para o ano de 2010, procurando dar continuidade às ações já existentes no ano de 2009, bem como criar novos projetos, sempre objetivando a plena execução das competências institucionais da instituição, estratégia também adotada com relação às demais linhas de atuação da CGU. Nessa seara procurou-se, em especial:

- i. Fortalecer o papel do Observatório da Despesa Pública (ODP), unidade que visa ao monitoramento sistemático de gastos públicos para identificação de situações que possam constituir irregularidades, como ferramenta de apoio à gestão pública. Nesse sentido, a CGU enviou documentos para os gestores federais apresentando uma visão panorâmica sobre a gestão referente à aquisição de passagens aéreas e sobre os gastos com diárias de viagem. Os relatórios enviados foram de caráter preventivo, para possibilitar uma análise e reflexão sobre a qualidade dos gastos, com foco na eficiência de órgãos e entidades federais.
- i. Ampliar as ações de promoção da integridade junto ao setor privado. Várias ações foram conduzidas para consecução desse objetivo, em especial, a criação do Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade - Cadastro Empresa Pró-Ética, desenvolvido em parceria com o Instituto Ethos, que objetiva destacar empresas que investem na ética e na integridade, implementando medidas de governança corporativa e de prevenção da corrupção.

- ii. Fortalecer a cooperação internacional para prevenção e combate à corrupção. Em 2010, destaca-se a representação da CGU no grupo de trabalho anticorrupção do G-20. Em reunião técnica realizada em setembro, a CGU conseguiu a aprovação da transparência como diretriz do plano de ação contra a corrupção desenvolvido pelo grupo.
- iii. Incrementar a transparência da execução financeira do Governo Federal, através da publicação de informações diárias sobre receitas e despesas, para atender os ditames da Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.
- iv. Estabelecer parcerias para a execução das ações prevenção e combate à corrupção, abordagem já utilizada em anos anteriores. Isso permitiu a agregação de conhecimentos e recursos, bem como a viabilização de articulações políticas, com vistas ao fortalecimento e/ou ampliação da atuação da CGU nessa área. Dentre as instituições parceiras no ano de 2010, destacam-se: Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC); Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO; Universidade de Brasília (UNB); Universidade Católica de Brasília (UCB); Fundação Getúlio Vargas (FGV); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Instituto Ethos); Instituto Cultural Maurício de Sousa; A Voz do Cidadão – Instituto de Cultura de Cidadania; Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).
- v. Ampliar a capacidade de oferta de cursos e capacitações relacionados às áreas de promoção da cidadania, integridade pública e prevenção da corrupção, por meio da utilização de técnicas de educação à distância (EaD) no próprio ambiente da CGU. Em 2010, mais de 1.800 pessoas foram capacitadas em cursos de EaD afetos à área de prevenção da corrupção.

No desempenho das funções atinentes ao órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, a CGU tem dado ênfase ao acompanhamento da execução dos Programas de Governo. As atividades desenvolvidas nessa esfera nortearam-se para a ampla interação com os gestores federais, objetivando a colaboração no sentido de orientá-los, preventivamente, para a correção de fragilidades detectadas por intermédio da ação do Controle Interno e, assim, auxiliá-los na identificação e adoção tempestiva de medidas corretivas cabíveis.

Sistematicamente a Controladoria tem intensificado o aperfeiçoamento da capacidade de identificação dos pontos de maior relevância e criticidade na execução de programas e ações de governo, assim como a permanente sintonia com esses programas e ações com vistas a subsidiar os gestores, tempestivamente, com informações estratégicas necessárias ao alcance dos objetivos das políticas públicas. Além disso, procurou-se aumentar a percepção dos gestores quanto ao papel da CGU como órgão facilitador para a melhoria da sua gestão, assim como fortalecer a abordagem dos controles nos objetivos finalísticos. Nesse contexto, a CGU buscou, entre outras estratégias:

- i. Intensificar os trabalhos junto aos gestores, mediante postura proativa, com intervenções preventivas sobre questões verificadas ao longo do exercício, por intermédio do Acompanhamento Permanente dos Gastos. As verificações são discutidas e tratadas tempestivamente, evitando a continuidade dos problemas com a definição compartilhada das medidas a serem adotadas, cujas recomendações visaram, em especial, a melhoria do processo de trabalho para o fortalecimento dos controles internos primários.
- ii. Fortalecer as parcerias com outros órgãos de defesa do Estado, mediante a realização de trabalhos conjuntos.
- iii. Permitir o acompanhamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de forma sistemática, tendo por base a tempestividade da ação de controle. Para tanto são

solicitados, periodicamente, projetos de engenharia, cronogramas e boletins de medição que, ao serem analisados, possibilitam visualizar pontos críticos em relação aos serviços que estão sendo executados; com a conseqüente interação aos gestores para correção de possíveis impropriedades e fragilidades identificadas.

- iv. Promover ações para a transparência e o controle dos investimentos oriundos de recursos públicos federais utilizados para realização dos eventos Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Nesse sentido a Controladoria vem participando das reuniões das Câmaras Temáticas do Grupo Executivo Copa 2014 do Governo Federal, acompanhando as providências do Ministério do Esporte para o monitoramento dos gastos, acompanhando a análise dos Projetos de Investimentos das Arenas, Mobilidade Urbana, entre outros.

No campo da correição a CGU intensificou o combate à impunidade por meio da adoção das seguintes políticas:

- i. aumento da capacidade de promoção direta de ações disciplinares que visem à apuração e responsabilização de autoridades e servidores por irregularidades de maior gravidade, complexidade e de repercussão alcançada no meio social;
- ii. melhora no acompanhamento das ações disciplinares das unidades correicionais dos diversos órgãos e entidades da administração pública federal;
- iii. fortalecimento do SisCOR por meio da ampliação da capacitação de servidores para composição de comissões disciplinares, da realização de eventos e fóruns de discussão sobre a função disciplinar da Administração e da melhoria dos instrumentos de gestão das informações disciplinares;
- iv. ampliação do raio de atuação da CGU na esfera correicional e a busca por inovações tecnológicas.

Os principais projetos conduzidos nessa linha de atuação em 2010, foram: o Estímulo à criação de Corregedorias Seccionais; a instituição da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPAD); e a inauguração do Primeiro Núcleo de Ações de Correição (Nacor) localizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

As atividades de supervisão do segmento de ouvidorias do Poder Executivo Federal foram desenvolvidas mediante a execução de ações centradas em seis grandes eixos:

- i. divulgação das ações de ouvidoria envolvendo todo o segmento, mediante a publicação do boletim informativo Escuta Brasil, que no ano de 2010 circulou em seis edições;
- ii. coordenação do segmento de ouvidorias visando ampliar, organizar e harmonizar as atividades das 165 unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal de modo a propiciar ampla participação do cidadão;
- iii. consolidação de dados sobre produtividade do segmento de ouvidorias e fornecimento de informações;
- iv. apoio técnico às unidades de ouvidoria, abrangendo a sensibilização dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal no apoio às atividades de ouvidoria nos respectivos órgãos e elaboração de estudos técnicos e treinamento;
- v. congregação das unidades de Ouvidoria por meio da realização de eventos diversos de modo a criar ambiente propício à harmonização de procedimentos e integração das ouvidorias;
- vi. cooperação internacional com órgãos similares no mundo, de modo a propiciar reconhecimento mútuo e cooperação em assuntos de interesse comum.

No campo da gestão interna, a Controladoria, em 2010, deu continuidade às ações empreendidas em exercícios anteriores, apesar das dificuldades relacionadas à mão-de-obra e limite orçamentário, no sentido da consolidação da infra-estrutura logística da Sede CGU, em Brasília-DF, e das Unidades Regionais; na otimização dos instrumentos de controle interno, com desdobramentos vinculados à economia do fluxo de papel na Casa; e ainda no sempre contínuo investimento na capacitação técnica do corpo de servidores da CGU.

Em se tratando de infra-estrutura física, em Brasília, destacam-se a contratação de empresa para a reforma do edifício-sede no que tange à prevenção incêndio; a reforma das instalações do recém-denominado “Espaço do Servidor”, readequando a estrutura de restaurante e lanchonete dos servidores; e finalmente, o atendimento a uma antiga demanda interna, que trata da aquisição de área específica para estacionamento de veículos dos servidores da CGU em Brasília. Em 2010, foi encaminhado à Superintendência de Patrimônio da União pleito específico de ocupação de área na Esplanada dos Ministérios com vistas à futura Sede Definitiva da CGU.

Ainda quanto aos investimentos em infraestrutura logística, nas Unidades Regionais dos Estados destacam-se a inauguração da sede própria construída no Estado de Minas Gerais; mudanças de sede para novos espaços locados para as Regionais de Pernambuco e Amazonas; contratação da reforma na nova sede da CGUPA; contratação de serviço de telefonia móvel com abrangência nacional; definição de áreas para construção de novas sedes nos Estados do Rio Grande do Norte, Acre e Ceará; implementação das reformas e adaptações das Unidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás.

Na seara da gestão ambiental, iniciada em 2007 com a instituição da Comissão de Coordenação da Agenda Ambiental (COAMB), cita-se o projeto de implantação de Gestão Eletrônica de Documento da CGU, assim como o diagnóstico favorável do PROCEL quanto à gestão de energia da Casa. Neste quesito, energia elétrica e água, deu-se continuidade ao trabalho de conscientização de seus recursos humanos nos conceitos e fundamentos de Eficiência Energética e Gestão Sócio-Ambiental. Nesse sentido, e como resultado de todas as iniciativas de gestão ambiental da Casa, a CGU no exercício de 2010 enfim logrou êxito na adesão ao projeto A3P da Administração Pública Federal, em evento realizado no auditório do edifício-sede com a participação do Ministro do Meio-Ambiente.

Na área de Recursos Humanos, priorizou -se o projeto de identificação funcional dos servidores da Controladoria, em nível nacional, que se espera encerrar no meio do exercício de 2011, quando então todos os servidores terão seus distintivos (da Carreira de Finanças e Controle), carteiras e crachás. Além disso, de forma inédita, como resultado da priorização da capacitação profissional dos servidores, incluindo a já reconhecida política de incentivo à participação em cursos de pós-graduação e ao estudo de idiomas estrangeiros, ultrapassou-se o valor de R\$ 1.704.269,63 no gasto com essa modalidade, esperando ultrapassar os R\$ 2 milhões no próximo exercício.

Destaque especial, deve ser dado às tratativas com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e o Ministério da Justiça, para a inclusão da CGU no projeto de Sistemas Administrativos (SISPAD), coordenado por essas entidades, inserindo a área administrativa da CGU num novo patamar de gestão, com todo apoio informacional demandado desde 2006, a um custo sem comparação.

As prioridades na área de informática foram definidas mediante a seleção de ações que diretamente agregassem valor aos processos de trabalho da CGU, aprimorando sua capacidade operacional e gerencial, com o intuito de tornar mais eficiente e célere suas atividades e de garantir a eficácia e

efetividade dos seus resultados. Assim, as ações desenvolvidas ao longo de 2010 visaram atingir, em sua maioria, os seguintes objetivos estratégicos:

- i. disponibilizar novas soluções de TI;
- ii. buscar a satisfação dos usuários de soluções e serviços de TI;
- iii. garantir a disponibilidade de soluções de TI essenciais à execução das atividades do órgão;
- iv. promover a segurança da informação no que se refere à TI;
- v. melhoria dos processos de trabalho da DSI; e,
- vi. promover a qualificação do corpo gerencial e técnico.

Ao longo de 2010, o atendimento de diversas demandas de soluções de TI da Controladoria, foram priorizadas pelo Comitê Gestor de TI, de acordo com sua capacidade produtiva. As ações desenvolvidas resultaram, principalmente, em ganhos da força operativa, com a implantação de novos sistemas de apoio às áreas finalísticas e de fomento ao controle social, garantindo a economia de recursos orçamentários com a internalização de serviços até então contratados com terceiros.

Diante da escassez de recursos humanos decorrente da perda de servidores e da reposição insuficiente, que historicamente representa o principal entrave no equilíbrio entre a demanda e oferta por soluções de TI, a CGU avançou na implantação de modelo de terceirização de mão-de-obra, voltada para a execução da manutenção e do ciclo completo de desenvolvimento de sistemas. A licitação foi concluída ao final de 2010, culminando com a contratação de três empresas que atuarão com as quatro tecnologias de desenvolvimento de sistemas presentes em nossa arquitetura atual, viabilizando o aumento da capacidade de entrega de soluções de TI a partir de 2011.

Também na área de infraestrutura tecnológica, a escassez de recursos humanos, principalmente para o desempenho das atividades de nível tático e estratégico, pode ser apontada como um dos principais dificultadores para a realização integral das ações planejadas para 2010. Em consequência, para evitar a reocorrência do problema, a área também promoveu estudos com vistas à terceirização de parte de seus serviços, o que deve ser implantado a partir de 2011. Outro aspecto que prejudicou o desempenho nessa seara refere-se ao longo período de contingenciamento orçamentário, que deslocou a realização de projetos importantes para o final do exercício e não permitiu o cumprimento do prazo de parte desses projetos.

2.3 Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade:

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Quadro A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1173	Denominação: Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Desenvolver as atividades do sistema de controle interno, prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública.	
Objetivos Específicos: Desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, bem como fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão das irregularidades no Poder Executivo com o objetivo de prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública.	
Gerente: Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito Filho	Responsável: Luiz Augusto Fraga Navarro de Brito Filho
Público Alvo: Governo	

Informações Orçamentárias e Financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar Não Processados	Valores Pagos*	
Inicial	Final					
578.787.865,00	660.051.316,00	633.366.964,00	620.437.770,00	12.929.194,00	620.298.490,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade de Medida)	Data	Índice inicial	Índice final	Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
1	%	JAN/2008	0,00	400,00	100,00	102,09
Fórmula de Cálculo do Índice						
Fórmula para cálculo do Indicador de Desempenho da Ação: IDa = DFa * Poa, sendo que:						
DFa é o percentual de execução da meta física estabelecida para uma ação orçamentária (desempenho físico), desde o início do exercício até o final do período de apuração.						
POa é a participação relativa do valor liquidado de uma ação orçamentária em relação ao total liquidado por todas as ações finalísticas, desde o início do exercício até o final do período de apuração.						
Fórmula de cálculo do Índice de Desempenho Institucional da CGU: IDIC = Somatório do IDa de cada ação finalística.						
Análise do Resultado Alcançado						
O IDIC tem por objetivo medir, de forma quantitativa, o desempenho das quatro ações finalísticas integrantes do programa de governo – 1173. Para medição do IDa das ações 2B13, foi utilizada a meta física efetivamente prevista pelo gestor da ação para 2010 (1000 unidades), visto que o quantitativo relacionado a essa ação, no SIGPlan, foi lançado indevidamente, conforme informações constantes do item 2.3.2 deste Relatório. O valor apurado alcançou o percentual de 102,09%, ultrapassando o índice de referência estabelecido para o exercício (de 100,00%).						

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional e SIGPlan.

* Valores Pagos em Folha considerados como o total dos valores liquidados em folha.

Analisando a composição orçamentária do programa 1173, verifica-se que as despesas obrigatórias, destinadas a atender gastos com pessoal e encargos e benefícios aos servidores, compreendem 85% do total autorizado na Lei Orçamentária Anual (LOA 2010), representando um montante de R\$ 489.487.865,00. Já as despesas discricionárias, que são de livre provimento do gestor, participam com 15% do total, ou seja, R\$ 89.300.000,00. Observa-se, ainda, que a diferença de R\$ 81.263.451,00 entre a dotação inicial e a final é justificada pela necessidade de crédito suplementar no valor de R\$ 82.407.145,00. Deste total, o montante de R\$ 75.682.000,00 foi suplementado para atender despesas de pessoal, R\$ 4.766.885,00 para auxílio-alimentação e assistência-médica e R\$ 1.958.260,00 para despesas discricionárias. Entretanto, destaca-se que R\$ 1.143.694,00 em dotação foi objeto de cancelamento. As elevadas suplementações são explicadas pela última parcela de reajuste salarial da carreira finanças e controle, cujo impacto, conforme orientação do Minitério do Planejamento, Orçamento Gestão, não foi inserido na proposta orçamentária, sendo o ajuste realizado durante o ano por meio de suplementações de créditos. Além disso, houve reajuste dos benefícios de auxílio-alimentação e assistência-médica.

Quanto aos efeitos do contingenciamento de gastos, a unidade ao longo do exercício obteve uma autorização de empenho no montante de R\$ 67.600.000,00, representando 75% da dotação de R\$ 89.300.000,00 autorizada na LOA. Em razão da citada restrição, a Controladoria alcançou a execução de R\$ 66.487.566,00, o que significou 74,45% da dotação autorizada e 98,35% do limite de empenho definido pela Setorial Orçamentária da Casa Civil da Presidência da República. A liberação do limite sem planejamento implica diversas dificuldades à programação orçamentária do órgão, uma vez que a liberação de empenho acontece nos últimos meses do exercício, prejudicando principalmente os gastos com investimentos, o que refletiu numa execução de 58,91% dessa dotação, inviabilizando a realização de obras e equipamentos, tanto no Órgão Central como nas Unidades Regionais nos Estados.

2.3.2 Execução física das ações realizadas pela Unidade

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UNIDADE

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
04	124	1173	2B13	A	4	Unidade	668	624,4	1.314
04	124	1173	2D58	A	4	Unidade	11.500	14.578	12.000
04	124	1173	2D58	A	4	Unidade	1800	2187	2000
04	122	1173	4998	A	4	Unidade	24	11	24
04	128	1173	4572	A	4	Unidade	2.000	2.780	2.000
04	122	1173	2272	A	4	n/a	n/a	n/a	n/a
04	122	1173	09HB	A	4	n/a	n/a	n/a	n/a
04	131	1173	4641	A	4	n/a	n/a	n/a	n/a
04	301	1173	2004	A	4	Unidade	4.206	2.515	5.347
04	365	1173	2010	A	4	Unidade	443	382	310
04	331	1173	2011	A	4	Unidade	537	48	44
04	306	1173	2012	A	4	Unidade	2.673	2.584	2.619
04	301	1173	20CW	A	4	Unidade	1.851	0	1.851
04	122	1173	110C	P	4	Unidade	25	10	25
09	272	0089	0181	A	4	n/a	n/a	n/a	n/a

Fonte: Sigplan 2010

Quanto às metas estabelecidas no SIGPlan para a **ação 2B13 – Ações de Prevenção à Corrupção e Transparência Governamental**, observa-se que o lançamento de 668 ações de prevenção como meta física foi realizado indevidamente, com base em dados de anos anteriores, não considerando a metodologia de medição utilizada atualmente pela Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI). Para 2010, o planejamento correto previa a execução de 1000 ações de prevenção.

Analisando o percentual de execução da meta física com base no planejamento correto, verifica-se 62,4% de execução referente a meta física planejada para o ano de 2010. Esse valor é compatível com a execução financeira registrada no SIGPlan para o mesmo período.

É importante registrar que houve corte orçamentário-financeiro para esta ação, no ano de 2010, da ordem de 30%. Isso impactou o cumprimento do planejamento realizado, ocasionando redução nos resultados físicos/financeiros esperados para a ação.

Os principais projetos e atividades executados pela CGU em 2010 com vistas ao alcance da finalidade proposta para a Ação 2B13 estão detalhadas a seguir.

No contexto da implementação de ações de **fomento ao controle social e à cidadania**, o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público já beneficiou, desde a sua criação em 2004, **1.639 municípios** brasileiros com a capacitação de mais de **37 mil cidadãos**. Isso promove a crescente conscientização da sociedade, por meio de conselheiros municipais, lideranças locais, agentes públicos municipais, professores e alunos, sobre a importância da transparência na administração pública, da responsabilização e do cumprimento dos dispositivos legais para boa gestão dos recursos públicos. **Em 2010, 5.043 cidadãos foram capacitados**.

Adicionalmente, a CGU desenvolveu diversas ações para **promoção da ética e da consciência cidadã junto ao público infante-juvenil**, buscando a formação de cidadãos éticos e conscientes, que futuramente poderão contribuir para o controle social dos gastos públicos. Dentre as principais

ações desenvolvidas, destacam-se: (i) Portalzinho da Criança Cidadã, com média de cinco mil acessos/mês; (ii) Concurso(s) de Desenho e Redação, conduzidos desde 2007; (iii) Concursos Culturais do Olho Vivo nos Estados; (iv) Dia da Criança Cidadã, realizado anualmente, desde 2008, em Brasília e em alguns Estados; (v) Projeto em parceria com o Instituto Cultural Maurício de Sousa, denominado “Um por todos e todos por um! Pela ética e Cidadania”, iniciado em 2009. Tais ações já mobilizaram mais de 990 mil alunos e 31 mil professores. **Considerando-se apenas o ano de 2010, as ações envolveram 266.924 alunos e 8.362 professores.**

Um dos principais instrumentos de promoção do acesso à informação e à transparência pública é o **Portal da Transparência**, instituído em 2004. O Portal permite que todos os cidadãos consultem dados referentes à execução financeira do governo federal, com informações atualizadas diariamente, em linguagem simples e compreensível a qualquer cidadão. A publicidade desses dados possibilita que a sociedade controle a ação dos governantes e fiscalize a aplicação do dinheiro público. Em 2010, o portal recebeu quase **3 milhões de visitas** e revelou recursos no montante de **R\$ 7,7 trilhões**.

Quantos aos avanços do Portal da Transparência em 2010, é importante destacar a publicação de informações diárias sobre a execução financeira (receitas e despesas) do Governo Federal. Tal funcionalidade foi desenvolvida para atender os ditames da Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, que determina a necessidade de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira dos entes federados. Destaca-se ainda a criação dos **Portais Copa 2014 e Jogos Rio 2016**. Neles, o cidadão encontra a previsão de investimentos e a fonte dos recursos de cada obra prevista para a realização destes eventos esportivos.

Pesquisa feita pelo *International Budget Partnership* (IBP), em 2010, classificou o Brasil em 9º lugar em um ranking de 94 países que tiveram o seu grau de transparência do orçamento público analisado pelo IBP. Nesse mesmo ano, o Portal foi considerado o melhor site de transparência pela ONG Contas Abertas, que criou um Índice de Transparência (IT) para comparar sites dos governos federal, estaduais e municipais.

A CGU iniciou, em 2010, projeto de parceria com a UNESCO objetivando realizar estudos e desenvolver mecanismos institucionais e organizacionais que permitam à administração pública brasileira promover, proteger e assegurar o acesso a informações públicas como um direito fundamental do indivíduo. Em abril de 2010, a Câmara dos Deputados aprovou e encaminhou ao Senado Federal o Projeto de Lei nº 5.228, de 2009, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição, e dá outras providências. Espera-se, em 2011, a aprovação desse projeto pelo Poder Legislativo.

No âmbito do **Programa de Fortalecimento da Gestão Pública**, até dezembro de 2010, **1.868** municípios foram atendidos, com capacitações realizadas para mais de **14 mil** servidores públicos, considerando tanto as capacitações presenciais a partir de sorteios públicos, quanto as capacitações presenciais de apoio a controles internos. Em 2010, 5.512 agentes públicos foram capacitados. Tal programa foi instituído em 2006 e objetiva aprimorar a gestão dos recursos públicos pelos estados e municípios brasileiros.

As **articulações com organismos internacionais para prevenção e combate à corrupção** também foram prioridade. A Controladoria acompanha a implementação, no Brasil, das medidas previstas em três tratados internacionais ratificados na área de prevenção e combate à corrupção: Convenção da ONU, Convenção da OEA e Convenção da OCDE. A atuação da CGU nessa área prevê, entre outras ações, a divulgação dos termos dessas convenções, a articulação interna para

viabilizar a aderência do país às recomendações internacionais, bem como, o acompanhamento da evolução da sociedade internacional no tratamento do fenômeno da corrupção visando à mútua cooperação e integração.

Em 2010, o Brasil submeteu-se voluntariamente à avaliação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o Sistema de Integridade da administração pública federal. Tal iniciativa objetivou auxiliar o país na construção de uma estrutura sólida de integridade, a partir do mapeamento dos riscos de ocorrência de má gestão do recurso público e de boas práticas que poderiam ser replicadas internamente; identificar se os elementos fundamentais da estrutura de integridade do nosso sistema estão compatíveis com as boas práticas internacionais; e aperfeiçoar as medidas de integridade já implementadas. A CGU participou ativamente do processo de avaliação e coordenou a revisão do relatório gerado pela OCDE.

Ainda em 2010, o Brasil sediou a Terceira Reunião da Conferência dos Estados Partes do Mecanismo de Acompanhamento da Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Mesicic), presidido por representante da CGU. O Mesicic é um organismo de caráter intergovernamental criado no âmbito da OEA para apoiar os Estados partes na implementação das disposições da Convenção, mediante um processo de avaliações recíprocas.

Com o intuito de **dialogar com empresas nacionais sobre seu papel na consolidação de um ambiente íntegro e de combate à corrupção no setor privado**, a CGU ampliou significativamente sua atuação em relação ao fomento de à adoção de práticas de ética e integridade por parte deste setor. Entre tais medidas, ressalta-se, para o ano de 2010: (i) realização da Conferência Latino-Americana sobre Responsabilidade Corporativa na Promoção da Integridade e no Combate à Corrupção, em parceria com a OCDE e o Instituto Ethos; (ii) criação da ação Conversa com Empresas, realizada em todos os Estados, que visa a sistematizar a discussão sobre temas afetos à promoção da integridade e prevenção da corrupção no setor privado; (iii) o lançamento do cadastro Empresa Pró-Ética, em parceria com o Instituto Ethos, que objetiva destacar empresas que investem na ética e na integridade, implementando medidas de governança corporativa e de prevenção da corrupção; (iv) a criação do curso de educação à distância "Promovendo a integridade e combatendo a corrupção nas PMEs"; e (v) a criação do site na Internet dedicado à conscientização do empresariado sobre o seu papel e sua responsabilidade na luta anticorrupção. Em 2009, cabe destacar o lançamento do manual "A Responsabilidade Social das Empresas no Combate à Corrupção". Já foram distribuídas mais de 18 mil cópias do manual.

Na área de **produção e disseminação de informações estratégicas para o combate à corrupção**, destaca-se a criação, em 2008, do Observatório da Despesa Pública (ODP) que visa ao monitoramento sistemático de gastos públicos para identificação de situações que possam constituir irregularidades, a fim de evitá-las antes que ocorram.

Entre os trabalhos desenvolvidos pelo ODP, destacam-se as análises de: (i) gastos realizados por meio de Suprimento de Fundos, para identificação de situações atípicas no uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal; (ii) base de dados do Comprasnet, para verificação de tipologias de fraudes e produção de estatísticas e relatórios gerenciais sobre as compras efetuadas pelo Governo Federal; (iii) contratos de terceirizações do Governo Federal; (iv) beneficiários do Programa Bolsa Família; (v) aquisição de passagens e concessão de diárias; e (vi) ONGs.

Em 2010, os estudos do ODP resultaram na descoberta de um esquema de criação e venda de organizações não-governamentais sem fins lucrativos. O trabalho mostrou que uma única pessoa na cidade de Alto Paraíso (Goiás) era ou tinha sido dirigente de, pelo menos, 45 dessas entidades. Descobriu-se ainda um site especializado em criar e colocar à venda Organizações Não-

Governamentais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. O site oferecia ONG registrada, com CNPJ, publicação feita no Diário Oficial da União, e certificada pelo Ministério da Justiça a diferentes preços.

O ODP já recebeu 3 prêmios que ressaltam sua característica inovadora e seu grande potencial como ferramenta de apoio a gestão pública e ao controle interno do Governo Federal: (i) Em 2009, Prêmio Conip de Excelência em Inovação na Gestão Pública, na categoria de Melhor Projeto de Informática Pública, considerado o principal prêmio da informática pública no país; (ii) Prêmio TI & Governo 2009; (iii) Prêmio Excelência em Governo Eletrônico (e-Gov 2010), concedido pela Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Paralelamente ao processamento de informações conduzido pelo ODP, a CGU atua **na produção de informações estratégicas para combate ao enriquecimento ilícito**. Até o ano de 2008 as análises patrimoniais tinham origem apenas em denúncias ou representações recebidas, muitas vezes pela comunicação pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF de operações financeiras atípicas realizadas por servidores públicos federais. Em 2009 foi iniciado o processo de exame sistemático da evolução patrimonial dos servidores públicos por meio da análise das declarações de bens e rendas. Entre 2006 e 2010, a CGU investigou 2.780 pessoas físicas (CPF's) diretamente relacionadas aos casos e 2.569 pessoas jurídicas (CNPJ's). **Somente em 2010, mais de 1.100 pessoas físicas e jurídicas foram analisadas.**

A **promoção de estudos e pesquisas sobre corrupção** é também competência institucional da Controladoria. Nesse contexto, o órgão atua em quatro principais frentes: (i) desenvolvimento da Biblioteca Virtual sobre Corrupção, que reúne, até o momento aproximadamente 1.100 documentos, entre artigos, teses, notícias, eventos, apresentações e outros materiais relacionados ao tema; (ii) promoção do Concurso Nacional de Monografias sobre Prevenção e Combate à Corrupção, realizado desde 2005, cujo objetivo é estimular a participação do cidadão no controle da administração pública e a discussão sobre ética entre os jovens; (iii) promoção de Debates Acadêmicos, envolvendo mais de 13.000 participantes desde 2008, com o objetivo de despertar o interesse pelo tema de Prevenção e Combate à Corrupção no ambiente universitário, estimulando o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o tema; e (iv) Revista da CGU, editada e publicada desde 2006, divulgando trabalhos sobre temas relativos às atividades de auditoria, fiscalização, ouvidoria, correição e prevenção da corrupção, com o objetivo de incentivar a análise e discussão de questões relacionadas à luta contra a corrupção.

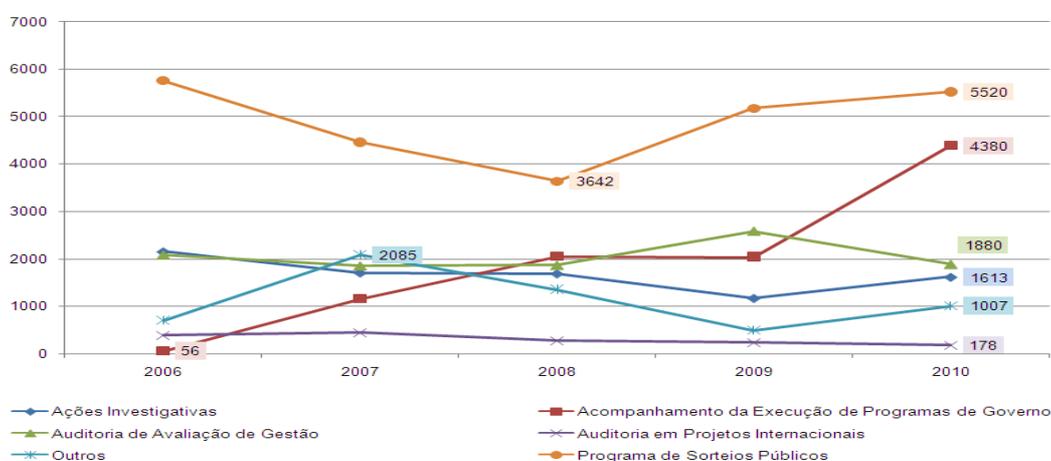
A Controladoria atuou fortemente para o **aperfeiçoamento do marco legal** e normativo brasileiro em sua área de atuação, participando ativamente das proposições de projetos de lei e outros normativos relacionados à prevenção e combate à corrupção, com destaque para: PL 5363/2005: Criminalização do Enriquecimento Ilícito; PL 7528/2006: Conflito de Interesses; PL 5228/2009: Acesso à Informação; PL 6616/2009: Caracterização dos delitos de corrupção como crimes hediondos; PL 6826/2010: Responsabilização Civil e Administrativa de Pessoas Jurídicas.

Quanto às metas programadas no SIGPlan para **ação 2D58 - Fiscalização e Controle da Aplicação dos Recursos Públicos Federais**, verifica-se que a execução física realizada atingiu 126,77% do quantitativo de ações de controle previstas, enquanto que a execução financeira totalizou 89,37%. A execução física superou as previsões. Salienta-se que a meta física constante da LOA, definida em 11.500 ações de controle, não foi alterada apesar dos créditos adicionais aumentar o valor inicialmente previsto de R\$ 12.353.428,00 para R\$ 13.053.428,00. Assim, houve um acréscimo de R\$ 700 mil na LOA, sem o correspondente acréscimo na meta física. Acrescente-se, ainda, que o resultado favorável na execução física da meta decorreu da otimização dos processos

de trabalho e da utilização de recursos, com o emprego de roteirização para a execução das ações de controle que demandam deslocamentos às unidades municipais e com a expansão do acompanhamento via sistemas.

Em 2010, a CGU, por intermédio da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC) e das Controladorias localizadas nos diversos Estados Brasileiros, **realizou 14.578 ações de controle** para subsidiar a avaliação dos principais Programas de Governo, com vistas ao alcance da finalidade proposta para a Ação 2D58. Considerando a prioridade dada ao Programa de Aceleração do Crescimento, 1.865 das ações de controle realizadas no exercício estão relacionadas a obras do PAC. A figura a seguir apresenta a evolução das ações de controle concluídas ao longo dos últimos cinco anos, distribuídas nas principais linhas de atuação da SFC, cujos resultados mais relevantes estão relatados a seguir.

AÇÕES DE CONTROLE REALIZADAS – 2006 a 2010



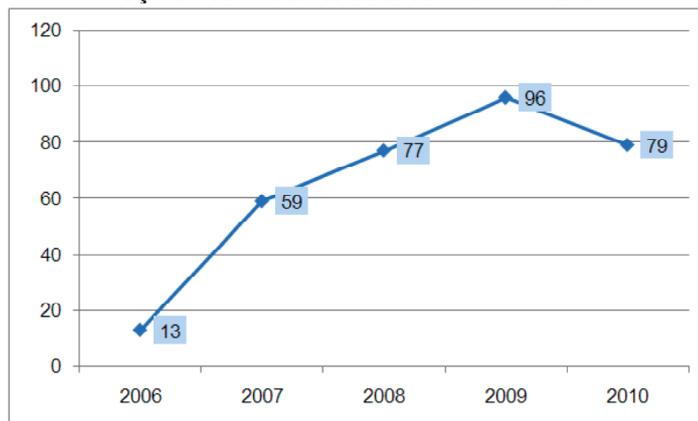
Fonte: Sistema Ativa, em 11.01.2011

O **Acompanhamento da Execução dos Programas de Governo** consiste na realização de ações de controle com o objetivo de verificar a implementação dos Programas de Governo e dos Orçamentos da União, fornecendo subsídio aos gestores para a avaliação da execução dos principais programas por eles implementados e, por consequência, permitindo aferir o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual.

Alinhado à sua atribuição constitucional de avaliar a execução de programas de governo, ao longo do exercício de 2010, os resultados da atuação da Controladoria sobre **34 ações de governo** foram encaminhados aos Secretários-Executivos e Ministros responsáveis por cada política pública avaliada, após o comprometimento dos gestores com a adoção de planos de providências para solucionar as questões identificadas. Outras **33 ações de governo** também foram objeto de encaminhamentos de balanços específicos às respectivas autoridades nos ministérios responsáveis, fruto do monitoramento das providências efetivamente adotadas pelos gestores federais quanto às recomendações oriundas de avaliações anteriores.

Em 2010 foram concluídas **4.380 ações de controle nessa linha de atuação**, distribuídas em **79 ações governamentais**. A figura a seguir apresenta a evolução do número de ações acompanhadas ao longo dos últimos exercícios.

AÇÕES ACOMPANHADAS – 2006 A 2010



Fonte: Sistema Ativa, em 11.01.2011

Desde 2003 a CGU mantém o **Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos**. O foco da fiscalização é a aplicação de recursos públicos federais em pequenos e médios municípios. Em 2010 foram realizados **três eventos de sorteio e fiscalizados 180 municípios**. Atualmente, o Programa se encontra em sua 33ª edição regular, tendo fiscalizado 1.931 municípios, cerca de 34,7% dos municípios brasileiros, e atingindo em torno de R\$ 16,8 bilhões fiscalizados.

Com os resultados alcançados pelo supra citado programa, outras frentes de trabalho foram abertas, entre as quais ressaltam-se as ações de capacitação tanto dos organismos de controle social quanto dos gestores municipais envolvidos com a gestão de recursos públicos transferidos pelo Governo Federal. Cabe ressaltar, também, o fomento ao controle social sobre os recursos públicos, pois no momento da fiscalização a população do município fiscalizado tem acesso direto aos servidores da CGU para realização de denúncias e troca de informações, bem como aos relatórios de fiscalização que são divulgados na íntegra na internet. Outro ponto fundamental decorrente do Sorteio foi o aprimoramento de ações integradas visando à prevenção e ao combate à corrupção juntamente com outros órgãos de defesa do Estado.

As atividades da Controladoria, no campo das **ações investigativas**, situam-se dentro de um objetivo amplo de prevenção e enfrentamento sistemático da corrupção. Na implementação dessas ações, foram desenvolvidos processos e procedimentos especiais e instrumentais próprios voltados à busca e troca de informações com outros órgãos, criando condições para a realização de trabalhos com enfoque ainda mais forte no efetivo combate à corrupção. Atualmente, para atingir esse objetivo, busca-se a detecção antecipada de potenciais problemas e para a advertência, de caráter preventivo, aos gestores.

Durante o exercício de 2010, foi objeto de análise um total de **3.033 denúncias e representações** e concluídas **1.613 ações de controle, realizadas em 256 Municípios**. Os relatórios são encaminhados aos Ministérios gestores, aos demandantes e ao Tribunal de Contas da União; e, dependendo da gravidade das situações identificadas, são também enviados à Polícia Federal e ao Ministério Público.

Em 2010, a CGU realizou importantes trabalhos decorrentes da articulação com outros órgãos de defesa do Estado, dos quais podem ser realçados:

Operação Parceria/PR – desarticulação de esquema de desvio de recursos públicos federais praticados por meio de OSCIP estabelecida no Paraná. Cerca de R\$ 300 milhões teriam sido desviados para pessoas e empresas ligadas à entidade.

Operação Mão Dupla/CE – desarticulação de esquema relacionado à prática de fraude em procedimentos licitatórios, superfaturamento, desvio de verbas e pagamentos indevidos em obras de infraestrutura rodoviária realizadas pelo DNIT/CE.

Operação Uragano/MS – direcionamento de licitações por meio de corrupção de servidores públicos e agentes políticos no município de Dourados/MS, com o pagamento de comissões entre 10 e 25% dos valores dos contratos firmados entre a Prefeitura e diversas empresas contratadas por meio de licitações direcionadas.

Operação Mãos Limpas/AP – desarticulação de organização criminosa composta por servidores públicos, agentes políticos e empresários que praticava desvio de recursos públicos do Estado do Amapá e da União.

Operação Via Ápia/RN – desarticulação de uma quadrilha ligada ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT-RN) que promovia o desvio de recursos públicos destinados à duplicação da BR-101, no trecho entre a cidade de Arês/RN até a divisa com a Paraíba.

Operação Atlântida/MT – desarticulação de uma organização criminosa envolvida em esquema de fraudes em licitações e desvio de verbas federais em municípios da região do Vale do Araguaia, no Estado do Mato Grosso.

Operação Vide Bula/PA – desarticulação da ação de grupo de empresas fornecedoras de medicamentos que, em conluio com a administração de alguns municípios do Estado do Pará, negociava medicamentos sem qualquer procedimento licitatório, utilizando-se inclusive de quatro empresas “fantasmas” do município de Castanhal/PA.

Operação Caixa de Pandora – auditoria especial nos recursos federais transferidos ao Distrito Federal no Período de 2006 a 2009.

Considerando a relevância e a prioridade atribuída ao **Programa de Aceleração do Crescimento**, foi definida linha de ação específica para as ações de controle relacionadas a obras do PAC. A atuação da CGU tem por objetivo permitir o acompanhamento das obras do PAC de forma sistemática tendo por base a tempestividade da ação de controle, possibilitando a correção de problemas no andamento da obra e propiciando o controle preventivo dessas ações. Para tanto são solicitados, periodicamente, projetos de engenharia, cronogramas e boletins de medição que ao serem analisados possibilitam visualizar pontos críticos em relação aos serviços que estão sendo executados e possibilitam a interação junto aos gestores para correção de possíveis impropriedades e fragilidades identificadas.

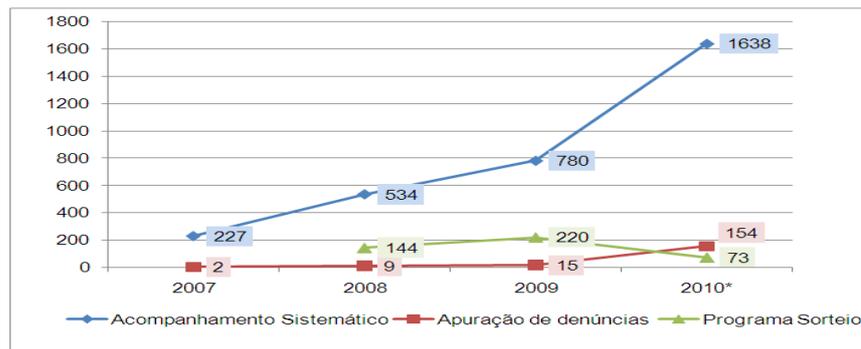
A partir de 2007 foram realizadas 3.788 fiscalizações relacionadas a obras do PAC em três frentes de trabalho, quais sejam, acompanhamento sistemático dos principais programas de governo, Programa de Sorteios e fiscalização em decorrência de denúncias e representações. **Somente no exercício de 2010 foram realizadas 1.865 ações de controle** relacionadas a obras do PAC, entre as quais podem ser destacadas aquelas relacionadas aos Ministérios dos Transportes, das Cidades e Integração Nacional, cujos resumos estão consignados a seguir neste relatório no Quadro “Resultados da Atuação da CGU por Ministério”.

A tabela e o gráfico a seguir contemplam a evolução das ações de controle executadas no âmbito do PAC:

AÇÕES DE CONTROLE EM PROJETOS DO PAC – 2007 A 2010

Ações de controle PAC	2007	2008	2009	2010	Total
Acompanhamento Sistemático	227	534	772	1.638	3.171
Apuração de denúncias	2	9	15	154	180
Programa Sorteio	0	144	220	73	437
Total	229	687	1007	1.865	3.788

Fonte: Sistema Ativa, em 11.01.2011



Fonte: Sistema Ativa, em 11.01.2011

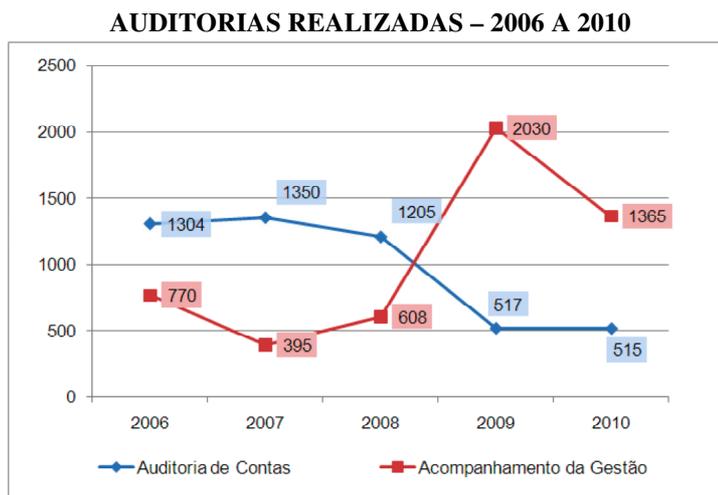
Tendo em vista a relevância dos eventos **Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016**, a CGU promoveu em 2010 ações para a transparência e o controle dos investimentos oriundos de recursos públicos federais. Nesse sentido a Controladoria vem participando das reuniões das Câmaras Temáticas do Grupo Executivo Copa 2014 do Governo Federal. Essas câmaras têm como objetivo a definição das ações do Plano Estratégico do Governo Brasileiro para o evento Copa 2014. Destaque para a Câmara Temática de Transparência Pública, cuja relevância está relacionada à reunião de esforços para a divulgação dos gastos com a Copa do Mundo, para a sociedade em geral. Nos últimos dois anos, a CGU acompanhou as providências do Ministério do Esporte para o monitoramento dos gastos com a Copa do Mundo, inclusive no que tange aos gastos no âmbito dos estados e municípios, e, por fim, as providências para a instalação das câmaras temáticas específicas.

Com o objetivo de garantir a boa execução dos gastos relacionados aos dois eventos, a CGU vem acompanhando a análise dos Projetos de Investimentos das Arenas, Mobilidade Urbana, entre outros. Com referência aos contratos firmados para construção ou reforma dos estádios, interlocuções relacionadas às cidades de Manaus, Salvador, Rio de Janeiro, Cuiabá, Fortaleza, Recife e Natal, estão sendo realizadas. Com o objetivo de discutir os problemas encontrados e definir estratégias de solução, equipes da Controladoria vêm promovendo reuniões com os representantes da Casa Civil, BNDES, Governos estaduais e MPF, entre outros.

Destaca-se a ação de controle desenvolvida sobre o Projeto de Construção da Arena de Manaus, cujos documentos produzidos foram encaminhados ao Governo do Estado do Amazonas e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a discussão dos problemas encontrados e a busca de soluções. Como resultado, o Governo do Estado vem promovendo ajustes com vistas ao aprimoramento do projeto e redução de custos. A CGU iniciou também análise de Projeto de Mobilidade Urbana no município de Manaus. Os resultados preliminares foram encaminhados ao Governo do Estado, ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal, para subsidiar a melhoria na condução do projeto.

Cabe ao Controle Interno, por competência constitucional, a **avaliação da gestão dos gestores públicos federais**. Essa atribuição tem como principal objetivo contribuir para a melhoria da gestão a partir da identificação de questões que impactaram os resultados do exercício. Em 2010 foram realizadas **1.880 auditorias** nessa linha de atuação, sendo 515 Auditorias Anuais de Contas do exercício anterior e 1.365 Auditorias de Acompanhamento Permanente dos Gastos do exercício de 2010, das quais 954 de monitoramento da gestão e 411 de aprofundamento, cujas recomendações foram acordadas com os gestores e visaram a melhoria do processo de trabalho para o fortalecimento dos controles internos primários.

Nos últimos cinco anos a Controladoria-Geral da União intensificou seus trabalhos junto aos gestores, adotando uma postura proativa, com intervenções preventivas sobre questões verificadas ao longo do exercício, por intermédio do Acompanhamento Permanente dos Gastos. As mudanças resultaram, entre outras, na redução e redefinição da quantidade de unidades auditadas por ocasião das auditorias anuais de contas, com o devido aprofundamento dos trabalhos naquelas unidades em que exista essa necessidade, ao longo do exercício. Assim, as verificações são discutidas e tratadas tempestivamente, evitando a continuidade dos problemas com a definição compartilhada das medidas a serem adotadas.



Fonte: Sistema Ativa, em 11.01.2011

O Quadro a seguir destaca alguns dos principais resultados alcançados em decorrência da atuação da CGU nos diversos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal ou provenientes de trabalhos conjuntos com os gestores.

RESULTADOS DA ATUAÇÃO DA CGU POR MINISTÉRIO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- Programa **Defesa e Sanidade na Agropecuária – Ação Erradicação da Febre Aftosa**, existência de índices satisfatórios de “apresentação de comprovantes de vacinação” pelos pecuaristas.
- Programa **Abastecimento Agroalimentar, Ação Formação de Estoques Públicos**, melhorias dos controles administrativos para o adequado registro e gestão das informações sobre os estoques públicos.

Ministério da Ciência e Tecnologia

- **Ação Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico do Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – PITCE**-aperfeiçoamento pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP dos Editais, com inserção de cláusulas referentes à seleção de projetos de concessão de subvenção econômica, promovendo a publicidade e a transparência do processo.
- Publicação da Portaria conjunta do CNPq/MCT e Capes/MEC permitindo aos bolsistas dessas agências matriculados em programas de pós-graduação no país receberem complementação financeira proveniente de outras fontes, estabelecendo regras claras sobre o tema e, como consequência, reduzindo questionamentos sobre a regularidade das bolsas.
- Programa de **Inclusão Digital**, melhorias na execução do programa com a criação de normativos para a apresentação e seleção de projetos de Inclusão Digital e com a instituição e publicidade do Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades - Telecentros.BR.
- Concessão de **Incentivos Fiscais da Lei de Informática**, implantação do Sistema Informatizado de Gestão da Lei de Informática – SIGPLANI, permitindo aperfeiçoar o gerenciamento das informações em relação às empresas beneficiadas por incentivos fiscais, agilizar os processos de envio de relatórios demonstrativos e de solicitação para inclusão de modelos de produtos já incentivados e conferir transparência e efetividade a esses serviços no recebimento, análise das prestações de contas e redução de prazo deliberação dos pleitos.

Ministério da Cultura

- **Programa Brasil Patrimônio Cultural**, revisão de práticas administrativas vigentes e edição de regulamentos operacionais específicos.
- **Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC)**, aprimoramento do marco regulatório no sentido de definir as atividades culturais passíveis de incentivo e de preencher lacunas regimentais imprescindíveis na aprovação de projetos, além de corrigir vulnerabilidades na concessão de incentivo.
- **Fundo Nacional de Cultura**, implementação de ações de capacitação do corpo técnico de áreas técnicas.
- **Programa Cultura Viva**, especificamente em relação aos Pontos de Cultura, mitigação da prática de concessão de prêmios financeiros sem uma regulamentação capaz de mitigar os riscos de utilização inadequada dos recursos e de não atendimento aos objetivos do programa.

Ministério da Educação

- **Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e das Instituições Federais de Ensino Superior**, implantação de controle preventivo nas obras do REUNI, mediante a incorporação de procedimentos para uso do SINAPI, evitando o uso de parâmetros de preços não compatíveis com o referido sistema, e recomendações relacionadas à elaboração de projetos básicos contendo dados suficientes que permitam a execução das obras de forma satisfatória e o aprimoramento das rotinas de fiscalização destas.
- **Programa Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação**, mudança na sistemática de repasse de recursos federais para bolsistas de pós-graduação, em especial a descentralização dos recursos destinados à formação de mestres e doutores e, ainda, implementado o pagamento direto aos bolsistas, a fim de conferir maior celeridade e segurança ao processo, anteriormente realizado a partir de repasses para as instituições de ensino.
- Remodelagem na Auditoria Interna da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, que passou a produzir trabalhos de suporte ao bom funcionamento do órgão. Ocorreu ainda melhora significativa no gerenciamento dos processos pela CAPES, com redução do estoque de convênios pendentes de análise; maior transparência do processo de concessão de bolsas e no controle destas, evitando, assim, duplicidades na concessão destes benefícios.
- Mobilização do **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação** para o atendimento das propostas de medidas para ampliação do nível de controle sobre a gestão dos recursos do **FUNDEB**, objetivando evitar o desvio de recursos e a sua aplicação irregular.
- **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**, realização de ações de capacitação dos agentes envolvidos, de visitas de monitoramento, alterações na Resolução que regulamenta a execução da Ação com fins de melhoria do Controle e do canal de comunicação com os conselheiros.
- **Programa Nacional do Livro Didático**, ações em conjunto com o Ministério da Educação que possibilitaram a inclusão de tópicos específicos relacionados ao controle da gestão no Decreto nº 7.084/2010, que dispõe sobre os programas de material didático.
- **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**, ampliação dos mecanismos de controle primário do **Censo Escolar**, envolvendo o aumento da transparência e a capacitação dos atores envolvidos, com a parceria da CGU.
- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) aprimoramento dos fluxos de trabalho envolvendo convênios e da sua relação com o FNDE.
- elaboração de nota técnica por parte da área de tecnologia da informação do FNDE à SLTI/MP para que seja feita a viabilização da integração entre os sistemas corporativos do FNDE (SIGEF e SAPE) com o SICONV.

Ministério da Fazenda

- **Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central do Brasil - REDI-BC**, publicação da Ata 40, de 23/11/2010, Acórdão 7706/2010-TCU - 1ª Câmara, onde foi ratificado o entendimento desta CGU, com determinação ao Banco Central do Brasil – Bacen de suspensão do início de novos projetos com recursos daquela Reserva até que suas despesas sejam executadas no Orçamento-Geral da União.
- **Reserva Monetária** (fundo administrado pelo Bacen), recomendações relativas ao estudo para definição do marco regulatório que permita o uso de seus recursos da ordem de R\$ 3,7 bilhões, uma vez que com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal os empréstimos para socorrer instituições financeiras foram vedados, assim como da avaliação de possibilidade de transferência da gestão do Fundo ao Tesouro Nacional, em andamento no âmbito da entidade.
- **IRB-Brasil Resseguros S/A**, na qualidade de administrador do Fundo Excedente Único de Riscos Extraordinários – EURE, transferência dos recursos do EURE à Conta Única do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 679 milhões.

Ministério da Integração Nacional

- **Programa de Integração de Bacias – PISF - Eixo Norte**, lote 1, adequação da equipe de supervisão e fiscalização de obra, realização de estudos, definição de critérios de medição para pagamento de serviços, além de formalização de termo aditivo à planilha contratual objetivando regularizar os volumes de serviços que estavam sendo medidos sem lastro contratual. Além disso, ocorreu a realização de ajustes tempestivos em obras atinentes ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, seja em serviços de engenharia e/ou aperfeiçoamento dos controles gerenciais, antecipando soluções, inclusive no que se refere à exigência de atuação

mais efetiva das empresas contratadas, seja para gerenciamento e supervisão das obras.

- **Programa Ações Emergenciais de Defesa Civil (Respostas aos Desastres e Reconstrução** atuação da CGU, em auxílio ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR, junto aos Gabinetes de Crise nos Estados de Alagoas e Pernambuco, criados para gerenciar a alocação dos recursos destinados às ações emergenciais.

Ministério da Justiça

- **Departamento de Polícia Federal - DPF** revisão na execução dos contratos de eventos celebrados pela sede do órgão em Brasília, tendo sido levantado um montante de R\$ 243.516,69 a serem devolvidos aos cofres públicos pelas empresas contratadas, cujas medidas de ajuizamento de ação já foram tomadas pelo órgão gestor.
- **Departamento de Polícia Rodoviária Federal-DPRF**, readequação, ao final de 2009, do contrato firmado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, no valor anual de R\$30 milhões, para postagens e entrega de 2,7 milhões de notificações, o que permitiu de imediato o retorno da execução do contrato que, anteriormente, tinha sido rescindido unilateralmente pela ECT. Ressalta-se, ainda, que o DPRF está implantando o Talonário Eletrônico (Sistemas Móveis), o qual tende a reduzir a quantidade de erros no preenchimento dos autos de infração, aperfeiçoando o processamento de multas.

Ministério da Pesca e Aquicultura

- **Programa Gestão da Política Aquícola/Ação Registro Geral da Pesca.**, cancelamento de registros irregulares de beneficiários para a prática da atividade de pescador artesanal. A partir de recentes anotações desta CGU sobre a existência de fragilidades nos registros, foram intensificados os esforços para o controle preventivo, tendo resultado na edição de regulamento que suspende a emissão de novas carteiras e exige melhoria nos controles de comprovação da atividade. Ações complementares estão sendo realizadas por esta CGU, inclusive com outros sistemas de dados corporativos do governo federal.

Ministério da Previdência Social

- No que se refere ao processo de reconhecimento, concessão e manutenção de **direitos a benefícios**, em decorrência das recomendações procedidas a partir de 2003 foram obtidos os seguintes resultados:
 - recuperação de valores por pagamentos indevidos de benefícios no importe de R\$ 331 milhões, entre parcelamentos, consignações em folha e recolhimentos por GPS;
 - cessação de 95.038 benefícios considerados irregulares no processo de acompanhamento sistemático, e que foram efetivamente regularizadas no período, resultando em uma economia anual efetiva de cerca de R\$ 851 milhões;
 - criação de uma unidade de controle interno administrativo/operacional, voltada para o monitoramento (por estratégias de acompanhamento e supervisão) das situações apontadas pela Auditoria Interna, pela CGU e pelo TCU;
 - edição de normativos internos para otimização da atividade de perícia médica, com adequação da sua estrutura organizacional e implantação de controles administrativos de assiduidade e produtividade;
 - implementação efetiva da inversão do ônus da prova acerca das informações sobre vínculos, remunerações e contribuições dos trabalhadores para o reconhecimento automático de direitos previdenciários;
 - melhoria dos sistemas relacionados ao processo de gestão da informação previdenciária;
 - instalação do serviço de Teleatendimento (Central 135), que passou a permitir aos segurados que marcassem os atendimentos para solicitação dos diversos serviços prestados pelo INSS por telefone ou pela Internet;
 - regulamentação da dedução, no encontro de contas da compensação previdenciária, das contribuições devidas aos RGPS pelos entes federativos, bem como do processo de seleção e deferimento dos requerimentos de compensação previdenciária, com valor estimado de economia de cerca de R\$ 180 milhões;
 - estabelecimento de projetos padrão para a construção de Agências da Previdência Social.
- melhorias nos processos operacionais na gestão de políticas públicas previdenciárias nas duas mais importantes secretarias finalísticas do Ministério:
 - **Secretaria de Política de Previdência Social – SPS:** normatização sobre procedimentos de auditoria externa; aprimoramento do processo; aprimoramento do planejamento das ações de fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social; e aprimoramento do controle e julgamento dos Processos Administrativos Previdenciários – PAP, por meio da eliminação da superposição de atividades e automação de rotinas operacionais;
 - **Secretaria de Previdência Complementar – SPC:** criação do Plano de Carreiras e Cargos da PREVIC; realização de concurso público para o provimento de 100 (cem) cargos; diminuição do estoque de Autos de Infração – AI a serem julgados pelo Secretário de Previdência; melhoria no processo de planejamento das ações fiscais; mudança na sistemática de lavratura de AI; padronização das análises de avaliação dos Planos de Previdência Complementar.

Ministério da Saúde

- **Programa Saúde da Família**, suspensão da transferência de recursos a 70 Equipes de Saúde da Família – ESF de 66 municípios distribuídos em 19 estados e publicação da Portaria nº 2.226, de 18/09/09, que instituiu o Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde – UBS para Equipes de Saúde da Família - ESF,

com o objetivo de criar mecanismos voltados ao financiamento da construção de UBS e de estimular a implantação de novas equipes, propiciando a melhoria do desempenho das atividades a partir de uma infraestrutura adequada.

- **FUNASA**, contribuição para a reorganização e reestruturação da atenção à saúde dos povos indígenas, culminando com a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI, órgão da administração direta do MS que assumiu as atribuições outrora de competência da FUNASA.
- devolução aos cofres públicos do valor de cerca de R\$1 milhão por empresa distribuidora de medicamentos para atender à saúde indígena, em virtude de trabalhos realizados na avaliação da gestão de 2006 na FUNASA/Presidência.

Ministério de Minas e Energia

- Na Agência Nacional do Petróleo, **Ação de Governo Gestão das Concessões para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural**, proposta apresentada pela Agência que tende a propiciar uma maior confiabilidade dos controles internos sobre os volumes produzidos informados.
- **Royalties**, adoção de medidas visando o fortalecimento dos controles internos sobre os processos de cálculo de royalties..

Ministério das Cidades

- No escopo da **Operação Caixa de Pandora**, rescisão, por parte do GDF, de contrato firmado com empresa gerenciadora, que representou em economia efetiva de R\$ 4,8 milhões aos cofres públicos.
- Projetos de mobilidade urbana vinculados à Copa do Mundo de 2014 - projetos são oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), promoção de encontros com equipes técnicas dos dois órgãos, ocasiões nas quais foram discutidas questões relacionadas à análise dos projetos e ao monitoramento. A atuação da CGU está focada na viabilidade técnica e econômico-financeira, na possibilidade de cumprimento do cronograma, nas questões de custos e no legado que será agregado ao cotidiano da cidade.

Ministério das Comunicações

- **Programa Inclusão Digital – Ação Implantação de Telecentros**, melhorias nos resultados da ação governamental decorrente de alteração do modelo de descentralização, entre as estas destacam-se: padronização dos projetos, supressão de falhas em processos licitatórios e crescimento no índice de telecentros com conectividade de 10% para 79%. No que tange à **Ação Operação do Sistema de Acesso à Banda Larga – GESAC**, os resultados das ações de controle subsidiaram a celebração de termos aditivos dos contratos de acesso banda larga. Estes Termos contemplam a ampliação do atendimento dos atuais 11.919 Pontos de Presença, para mais 1.460 laboratórios de informática e telecentros, bem como o incremento das atuais velocidades em 6.708 Pontos.
- **Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel** - Serviços de telecomunicações, reavaliação de suas necessidades corporativas quanto a serviços de provimento de enlaces de comunicação, e, em decorrência, promoção de ajustes contratuais, assim como de revisão dos normativos internos que disciplinam os processos de progressão funcional. Além disso providências da Anatel para regularização do processo de cessão de empregados públicos da empresa Telebrás.

Ministério do Desenvolvimento Agrário

- **Programa de Assentamentos para Trabalhadores Rurais**, instituição e alteração de rotinas e fluxos operacionais e a realização de verificações em assentamentos, objetivando a validação de dados cadastrais e a identificação das causas que ensejaram as referidas inconsistências. Como resultado de tais ações houve a publicação, em 2010, de ato excluindo cerca de 2.346 servidores públicos federais do cadastro de beneficiários dos Projetos de Reforma Agrária.
- **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**, retomada da rotina de fiscalização, pelo gestor, das entidades emissoras de DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF) nos municípios com indícios de irregularidades. Implementação de melhorias quanto à confiabilidade da base de dados sócio-econômicas que subsidia a emissão da Declaração (renda, dados do empreendimento familiar e outras) com destaque para o intercâmbio de dados com outros órgãos do Governo Federal, que está sendo implementado com o apoio desta CGU e já contando com a formalização de Termo de Cooperação Técnica, com esse fim, entre o MDA, o MPS e o INSS. Destaca-se o esforço na busca de um processo menos burocratizado para a contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que culminou com a publicação da Lei nº 12.188/2010, que institui a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e com a publicação do Decreto nº 7.215/2010, que regulamenta a nova Lei. Utilização, pela Secretaria de Agricultura Familiar, do Sistema de Convênios e Finanças - Sicofin, que, complementarmente ao Siconv, possibilita o acompanhamento dos convênios celebrados por aquela Secretaria desde a contratação até a Prestação de Contas Final, agregando maior confiabilidade no controle sistemático dos recursos transferidos pela Unidade.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

- **Concessão de Licença de Importação no âmbito do Departamento de Operações de Comércio Exterior – DECEX**, aprimoramento dos controles internos da atividade, especialmente quanto à implantação de rotinas automáticas no Sistema de Comércio Exterior – SISCOMEX e edição de normativos visando a dar maior

segurança e transparência ao processo de concessão de licença de importações, notadamente quanto ao controle de cotas de importação, importação de materiais usados, prazo para concessão, preços referenciais e acesso aos sistemas.

- **Fomento à Modernização da Gestão Municipal (PMAT) e no Fundo Social**, ambos operacionalizados pelo BNDES, em sua área de inclusão social. Proposição de medidas para sanar as fragilidades nos controles internos nas fases do processo (enquadramento, análise, aprovação, liberação e acompanhamento), visando a mitigar os riscos de eventos que possam impactar negativamente a execução e o atingimento dos objetivos da ação. Proposição de medidas visando sanar os problemas encontrados na execução dos empreendimentos, tais como: o funcionamento inadequado dos núcleos responsáveis pela gestão e controle dos projetos nos municípios (NEMAT); não localização ou inexistência de bens adquiridos; aplicação de recursos em divergência com o aprovado; e licitações transcorridas em desacordo com os normativos legais, incluindo a realização de estudos para criação de indicadores para avaliação dos resultados do programa.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- Apuração dos resultados do projeto Quadro de Indicadores – Bolsa Família (QI - Bolsa Família) desenvolvido em parceria com o Observatório da Despesa Pública, que teve como objetivo estabelecer uma ampla visão do perfil dos beneficiários do **Programa Bolsa Família (PBF)**. Por meio do cruzamento de bases de dados governamentais com as informações constantes das bases de dados do PBF (CadÚnico e Folha de Pagamento de Benefícios) foi possível gerar indicadores que abrangem desde dados relativos aos indivíduos do Grupo Familiar, à evolução social das famílias beneficiadas, bem como constatar indícios de impropriedades na concessão de benefícios do PBF. Quanto às impropriedades identificadas, o MDS informou que estão sendo avaliadas e, em fevereiro de 2011, será publicada Instrução Operacional, contendo orientações aos municípios para que promovam a averiguação dessas impropriedades, incluindo prazos para atualização cadastral.
- **Ações Socioeducativas para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho Infantil, do PETI**, Apresentação de Plano de Ação pela Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, em que algumas medidas foram adotadas, como a elaboração de dois Cadernos, em dezembro/2010: Caderno de Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Caderno de Orientações Técnicas - Gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS. No referido plano a Secretaria prevê implementações de outras ações para o exercício de 2011, dentre elas: orientações aos municípios sobre o SISPETI, por meio de central de relacionamento; melhorias funcionais no SISPETI, incluindo a geração de relatórios e critérios de pesquisa; integração do SISPETI com o SICON, para possibilitar a repercussão no pagamento dos benefícios em caso de descumprimento da condicionalidade; e viabilização de estratégia para ampliação do controle social a ser discutida com o Conselho Nacional de Assistência Social e com o Departamento de Tecnologia da Informação.

Ministério do Esporte

- **Lei de Incentivo ao Esporte**, capacitação de servidores, pelo Ministério, para o desempenho das atividades relacionadas à análise das propostas; acompanhamento da execução dos projetos e para aprovação das contas.
- Adoção de providências pelo ME, no sentido de instituir rotinas de execução de pagamento dos contratos administrativos, com determinação, inclusive, de verificação sistemática na Setorial de Contabilidade do Ministério.

Ministério do Meio Ambiente

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, redução drástica na utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF, que vinha sendo utilizado como fonte de custeio pelo Instituto; identificação de sobrepreço em contrato de manutenção predial, o que levou o ICMBio à repactuação do contrato, de modo que em obra para reforma de uma unidade do ICMBio foi possível alcançar uma economia de pouco mais de meio milhão de reais. Esse trabalho teve reflexos ainda no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA e no Serviço Florestal Brasileiro – SFB, que também repactuaram os contratos que possuíam com a mesma construtora..
- IBAMA implementação de melhorias nos controles administrativos referentes à utilização de aeronaves, reduzindo as horas de voo sem comprometimento dos resultados, notadamente quanto ao combate ao desmatamento ilegal no bioma amazônico.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

- **Ação Manutenção de Centro de Recondicionamento de Computadores**, do Programa **Inclusão Digital**, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI/MP, atualização do documento "Projeto Computadores para Inclusão" com melhorias propostas pela CGU e a discussão de estudos no sentido de se instalar sistema de gestão informatizado nos equipamentos doados, com o objetivo de fiscalizar se de fato as máquinas estão sendo utilizadas, além da emissão de portarias designando os fiscais do convênio, no âmbito da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) e da SLTI.
- Programa **Gestão do Patrimônio Imobiliário da União, Ações Demarcação e Cadastramento de Imóveis da União e Arrecadação e Cobrança Administrativa de Créditos Patrimoniais**. Publicação pela SPU/MP, em 18/05/2010, da Instrução Normativa nº 02, de 17/05/2010, que trata da fiscalização de imóveis. Em fase de implementação as seguintes recomendações: fixar metas de cadastramento e de fiscalização para as

Superintendências; publicar normativos referentes ao cadastramento de imóveis; implementar rotina de atualização cadastral; estabelecer modelo de relatório de fiscalização; expedir orientações às suas unidades regionais sobre os procedimentos a serem utilizados em caso de cancelamento ou suspensão da cobrança de débitos em decorrência de decisões judiciais e sobre os procedimentos necessários para efetuar cobrança de débitos de exercícios anteriores. Ainda, foi recomendado à SPU/MP que atuasse junto às Superintendências para a promoção da regularização dos dados cadastrais relativos a CPF/CNPJ e da situação das ocupações dos imóveis cadastrados como disponíveis no Sistema.

Ministério do Trabalho e Emprego

- **Programa Nacional de Qualificação - Plano Setorial de Qualificação – Planseq**, assunção de compromisso pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE/MTE, de aprimoramento dos mecanismos de supervisão e do processo de chamada pública para seleção de entidades convenientes.
- **Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE**, aprimoramentos na execução do **Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM** (sucedâneo do PNPE). A SPPE/MTE apresentou melhora significativa no número de convênios fiscalizados, bem como aprimorou os relatórios de visitas de supervisão. Foi implementando no SINPROJOVEM – Sistema de Informações do PROJOVEM Trabalhador melhorias sugeridas pela CGU, tais como implantação de módulo para acompanhamento das ações relativas às etapas de qualificação e à frequência dos jovens.
- **Seguro-Desemprego ao Pescador Artesanal**, aprimoramento das rotinas adotadas para concessão desse benefício, mediante a utilização dos dados do Registro Geral de Pesca – RGP fornecidos pelo Ministério da Pesca e Aquicultura.
- Quanto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, aceita proposta de integração dos sistemas envolvidos nessa atividade, contemplando as etapas de cadastro, cobrança e inscrição em dívida ativa.
- Aplicação dos recursos do FGTS, aprimoramento do controle dos valores investidos em debêntures no BNDES pelo Agente Operador do FGTS (CAIXA), com vistas a assegurar a efetiva aplicação dos recursos do Fundo de Investimento do FGTS em setores da economia definidos em lei.

Ministério do Turismo

- **Programa Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos – Ação Promoção de Eventos para a Divulgação do Turismo Interno**, adoção de providências para suspensão de novos convênios, interrupção dos convênios em execução e propostas em análise, suspensão de novos pagamentos e análise ou reanálise de prestações de contas. A interação promovida junto aos Gestores Federais dos recursos levou à revisão e edição, pelo gestor, no ano de 2010, de nova regulamentação para transferências de recursos para a realização de eventos turísticos no país (Portarias MTur n.º 73, de 30/09/2010, e n.º 88, de 10/12/2010), oportunidade em que foram incorporados regras e critérios objetivos e restritivos para a formalização dos ajustes, de transparência e controle da execução e prestação de contas dos recursos recebidos pelos convenientes.
- **Ação Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística**, publicação de Portaria Interna regulamentando as competências a serem observadas nos procedimentos administrativos relacionados à operacionalização dos contratos de repasse e outros instrumentos congêneres, no intuito de proporcionar um maior controle das ações relacionadas à área de infraestrutura turística.

Ministério dos Transportes

- **Construção da ferrovia Norte-Sul - FNS**, aprimoramento pela a VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias dos mecanismos de controles internos administrativos, em especial, no que se refere ao modelo de acompanhamento (gerenciamento, supervisão e fiscalização) da execução física dessas obras, possibilitando, ao mesmo tempo, cumprir melhor seus cronogramas, avaliar a qualidade dos produtos, bem como reduzir o custo das obras. Para tanto, a partir de recomendações da CGU, a VALEC, além de cobrar das construtoras frentes de serviços eficazes, ordenar o refazimento de serviços em trechos apontados com qualidade precária, bem como glosar medições que geraram pagamentos impróprios/indevidos e refazer projetos orçamentários, expediu normativos para aperfeiçoar as normas que se correlacionam com essas questões.
- **Obras de manutenção, adequação e construção rodoviárias**, aprimoramento pelo DNIT dos seus mecanismos de controles internos administrativos, adotando práticas mais aderentes às sugestões e recomendações da CGU, a exemplo da publicação de normativo aprovando critérios e cronograma a serem utilizados para a elaboração da Proposta Orçamentária daquele Departamento e estabelecendo rotinas e procedimentos de fiscalização mais eficazes. Além desses aspectos, a partir de ações de controle da CGU, em especial na sede da Unidade, observa-se que as ações de governo, principalmente referentes às Diretorias Finalísticas estão, em termos gerais, sendo mais estrategicamente dirigidas, melhores gerenciadas e controladas, refletindo no estado atual das rodovias.
- **Ação Operação dos Postos de Pesagem de Veículos**, priorização pelo DNIT de licitação referente à 1ª etapa do novo Plano Diretor Nacional Estratégico de Pesagem e, início da implantação, num prazo estimado de cinco anos, de 145 postos fixos e 83 postos móveis, totalizando 228 postos de pesagem.
- **Ações do Programa Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval**, que envolve um conjunto de medidas destinadas a arrecadar os recursos referentes do **Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM**, interação entre o Ministério dos Transportes e o Ministério

do Planejamento, Orçamento e Gestão, com vistas à alteração do regimento interno do MT de forma a aprimorar a estrutura da Secretaria de Fomento das Ações de Transporte - SFAT e, conseqüentemente, dos Serviços de Arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – SERRAR.

Sistema S

- **Ação de Assistência Odontológica ao Trabalhador da Área de Transportes e seus Dependentes**, aperfeiçoamento de elaboração e de acompanhamento do orçamento e dos registros contábeis; realização de pesquisa de satisfação junto aos usuários e incremento do manual de compras com incorporação de novas rotinas, implantação de indicadores e de capacitação técnica/gerencial por meio de cursos de Ensino à Distância, para os dirigentes das unidades operacionais.

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

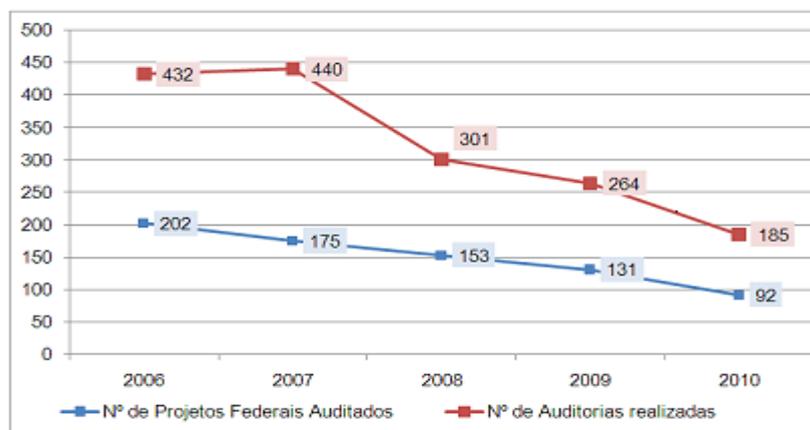
No campo da **Auditoria de Recursos Externos e Projetos de Cooperação Técnica Internacional**, a CGU é responsável pela realização de auditorias de avaliação de desempenho dos contratos e acordos com organismos internacionais de financiamento e projetos de cooperação técnica internacional firmados com os órgãos e entidades da administração pública federal.

A tabela e o gráfico apresentados na sequência registram o quantitativo de projetos federais auditados e de auditorias de recursos externos realizadas no período de 2006 a 2010.

PROJETOS FEDERAIS DE DOAÇÃO, EMPRÉSTIMO E COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL

Assunto/Ano	2006	2007	2008	2009	2010
Nº de Projetos Federais Auditados	202	175	153	131	92
Nº de Auditorias realizadas	432	440	301	264	185

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno



Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

A diferença entre o número de auditorias realizadas e o de projetos federais avaliados decorre da existência de projetos que têm execução descentralizada, por meio de co-executores ou por intermédio de repasses efetuados pelas Unidades de Gestão dos Projetos a Estados e Municípios. Nestes casos, a CGU realiza ações de controle também sobre os co-executores e as transferências realizadas, elevando a quantidade de auditorias.

A análise dos dados evidencia redução da quantidade de projetos de recursos externos avaliados ao longo dos últimos anos. Esta tendência é explicada pela diminuição gradativa de projetos de recursos externos, no âmbito do Governo Federal. No caso da Cooperação Técnica Internacional, esta redução deriva dos ajustes realizados ao longo da última década, quando, por força da edição do Decreto 5.151/2004, os projetos de cooperação passaram a ser mais rigorosamente focados em atividades de efetiva assistência técnica. No caso de projetos de financiamento externo, os últimos anos apontam para um menor número de solicitações de financiamentos pela União (incluindo

empresas estatais). Esta condição deriva da situação do País como credor externo líquido, conforto que de certa forma reflete na redução da demanda por financiamentos externos.

A abordagem das auditorias tem sido focada na avaliação de resultados (objetivos e metas) das ações governamentais suportadas por esses recursos. Assim, além de promover a auditoria das demonstrações contábeis, requeridas pelos organismos internacionais, a CGU avalia o mérito e a adequação dos resultados dos projetos de financiamento e de cooperação técnica em relação às ações orçamentárias que lhes suportam. As recomendações formuladas aos gestores dos projetos são incorporadas ao plano de providências permanente das Unidades executoras, e monitoradas no contexto de aprimoramento e melhoria da gestão pública.

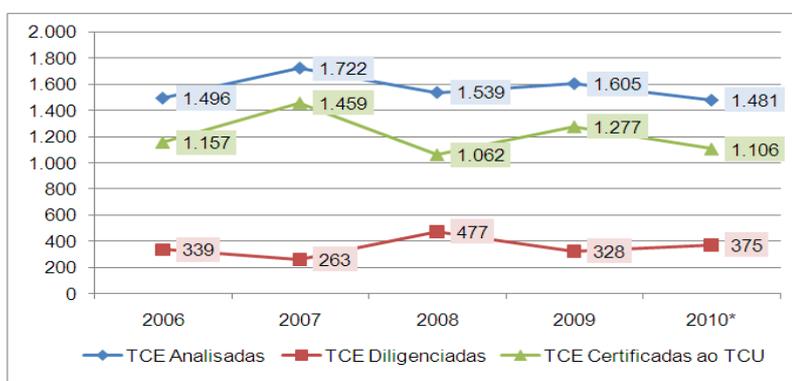
No quadro a seguir está demonstrada a evolução das auditorias nos processos de **Tomadas de Contas Especiais** no período de 2006 a 2010. No exercício de 2010 foram auditados **1.481 processos de Tomadas de Contas Especiais**, dos quais 1.106 foram certificados e encaminhados ao Tribunal de Contas da União para julgamento - representando **retorno potencial** aos cofres do Tesouro da ordem de **R\$ 1,7 bilhão** - e 375 foram devolvidos aos órgãos e entidades instauradores para revisão e/ou complementação de dados.

EVOLUÇÃO DAS AUDITORIAS NOS PROCESSOS DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS DE 2006 A 2010

Tomada de Contas Especial	2006	2007	2008	2009	2010*	Total
TCE Analisadas	1.496	1.722	1.539	1.605	1.481	7.843
TCE Diligenciadas	339	263	477	328	375	1.782
TCE Certificadas ao TCU	1.157	1.459	1.062	1.277	1.106	6.061
Retorno Potencial (milhões R\$)	656,0	659,6	642,3	702,7	1.685,3	4.345,9

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

O gráfico a seguir contempla a evolução do número de processos de TCE analisados, diligenciados e certificados:



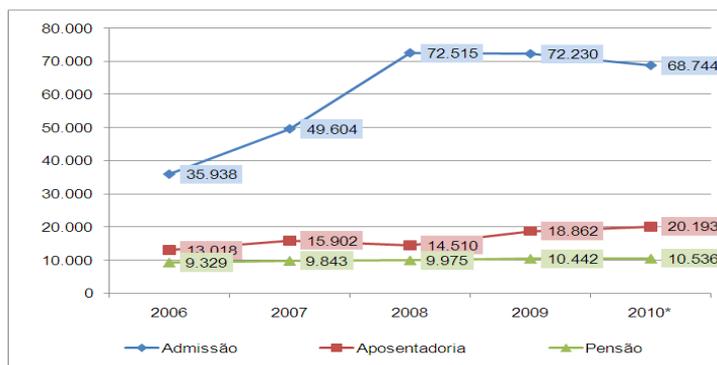
Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

Na área de **Auditoria de Pessoal** destacam-se como principais resultados das ações de controle a criação de 53 novas trilhas eletrônicas de auditoria. No quadro e gráfico seguintes está demonstrada a evolução da análise dos atos de pessoal no período de 2006 a 2010, sendo que em 2010 foram analisados **99.473 atos** de pessoal envolvendo **R\$ 647,7 milhões**.

EVOLUÇÃO DAS ANÁLISES DOS ATOS DE PESSOAL NO PERÍODO DE 2006 A 2010

Análise de Atos de Pessoal	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Admissão	35.938	49.604	72.515	72.230	68.744	299.031
Aposentadoria	13.018	15.902	14.510	18.862	20.193	82.485
Pensão	9.329	9.843	9.975	10.442	10.536	50.125
Valores Envolvidos (milhões R\$)	239,0	354,4	514,2	651,3	647,7	2.406,6

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno



Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

Na linha de **Orientação e Apoio à Gestão**, são desenvolvidas atividades de capacitação e orientação aos gestores públicos federais e de dinamização das unidades de Auditoria Interna das entidades da Administração Indireta.

A Controladoria está aprofundando as relações de cooperação das equipes de controle interno e de gestão, em todas as instâncias e oportunidades, com vistas à conjugação de esforços para otimizar a gestão pública e de intensificar o controle preventivo. A partir das experiências bem sucedidas de orientação e capacitação de gestores em palestras, encontros, cursos de curta duração, presenciais ou a distância e com o objetivo de potencializar o efeito benéfico dessas ações, foi instituído, por meio da Portaria CGU nº 1.965/2010, o Programa de Capacitação e Orientação dos Gestores Públicos Federais (Capacita), cujo objetivo é prover gestores de orientação e capacitação em busca de uma gestão pública federal eficiente e eficaz. Nos últimos dois anos foram capacitados cerca de 15 mil servidores públicos federais em diversas áreas e temas, com destaque para aprimoramento dos controles internos administrativos, convênios, licitações e contratos. Em 2010 foram realizados 87 eventos, na linha de Orientação e Apoio à Gestão envolvendo aproximadamente 7.700 servidores públicos federais.

Em capacitação de Ensino à Distância, em 2010 foi realizado treinamento em favor de gestores e equipes de projetos com o lançamento do Programa de Capacitação em Projetos de Cooperação Técnica Internacional, desenvolvido em parceria com o PNUD, beneficiando mais de 80 participantes que atuam diretamente nos projetos.

No eixo da Dinamização das Auditorias Internas das Entidades da Administração Indireta (incluindo as Estatais), durante o exercício de 2010 foram realizadas mais de 300 ações de controle que tratam da avaliação do desempenho das auditorias internas, bem como de sua capacidade e estrutura, de sua sistemática de planejamento e do acompanhamento dos seus trabalhos. Foram realizadas ainda ações específicas com o objetivo de fomentar suas atividades e disseminar informações.

Destaca-se a realização do “VI Encontro Anual de Auditorias Internas do Sistema S”, com o tema “Desafios da Auditoria Interna”. O evento contou com aproximadamente 100 participantes entre Auditores Internos e “controllers” das Entidades do Sistema “S” (SEST/SENAT, SESI, SENAI, SESC, SENAC, SESCOOP e SENAR) e Assessores Especiais de Controle Interno (MDS e MTE). O objetivo do encontro foi possibilitar aos auditores internos de entidades com características comuns um momento de troca de experiências e, conseqüentemente, atualização profissional quanto às rotinas de trabalho, priorizando-se discussões de casos concretos.

O aprimoramento da gestão para a otimização dos resultados e o fortalecimento dos instrumentos de controle foi abordado no IV Encontro Anual das Auditorias Internas das Unidades Jurisdicionadas

vinculadas ao Ministério da Integração Nacional – MI. O encontro contou com a participação de representantes do MI, das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs), além do Banco do Brasil (BB), Banco da Amazônia (BASA) e Banco do Nordeste (BNB).

A Controladoria participou, ainda, no XXXIII Fórum Nacional das Auditorias Internas (Fonai), em que foram abordados temas específicos nas áreas de pessoal e de licitação e contratos, com ênfase no controle preventivo. O evento contou com a participação de mais de 160 auditores internos de instituições federais de ensino.

No Relacionamento com Órgãos Estrangeiros, no exercício de 2010, a CGU participou da III Conferência dos Organismos Estratégicos de Controle Interno, em que os oito países que compõem a Comunidade de Língua Portuguesa, por meio dos seus Organismos Estratégicos de Controle Interno, apresentaram sua experiência de implantação do Manual de Controle aprovado no Encontro do ano anterior, realizado em Brasília.

Destaca-se, também, a elaboração da **Prestação de Contas do Presidente da República (PCPR)**, realizada pela Secretaria Federal de Controle (SFC). Durante esse processo, a CGU orienta os gestores federais na consolidação das diversas informações sobre a gestão governamental, das quais podem ser destacadas: Política Econômico-Financeira e Desempenho do Setor Econômico-Governamental; Execução dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos. O documento contempla, ainda, os Balanços e Demonstrativos Contábeis da União agregando as informações necessárias à evidenciação da situação patrimonial, financeira e orçamentária, nos termos da legislação em vigor.

A Controladoria é o agente responsável pelo processo de análise e conferência dos dados constantes do **Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal**, conforme determina o art. 54 e o parágrafo único do art. 59 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Nessa linha, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional, tem procurado o aperfeiçoamento contínuo do processamento das informações e da elaboração do citado relatório.

Em relação a execução física da **ação 2B15 – Correição do Poder Executivo Federal**, a superação da meta prevista com o atingimento de **121,5%** justifica-se pelo incremento nas ações de investigação preliminar (IP) e procedimentos disciplinares acompanhados (PAC), em linha com a estratégia de fortalecimento do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCOR). A meta física prevista “Ação de Correição Realizada”, corresponde à condução de investigações preliminares para verificar o cabimento da promoção direta ou da recomendação de promoção de procedimentos disciplinares ; ao acompanhamento de procedimentos disciplinares de outros órgãos e entidades do Poder Executivo Federal; e à promoção de procedimentos disciplinares pela própria CGU, cujo detalhamento dos resultados obtidos está na sequência.

Em **2010**, o aumento da capacidade de promoção direta de ações disciplinares pela Controladoria foi possibilitada pela criação da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (CPPAD), que trabalha exclusivamente na condução de processos disciplinares, e pela realização do Terceiro Curso de “Condução Avançada de Processos Disciplinares”, em setembro de 2010, do qual participaram **30** servidores em exercício da Corregedoria Geral da União (CRG), ao adquirirem a estabilidade nesse período.

A capacitação e a criação da comissão permanente disciplinar possibilitaram a condução direta, pela CGU em 2010, de **88** procedimentos disciplinares, dentre processos administrativos disciplinares

stricto sensu (61), sindicâncias punitivas (01), sindicâncias patrimoniais (13), sindicâncias investigativas (12) e procedimentos disciplinares celetistas (01), além da condução de **1.480** investigações preliminares cujo objetivo é o levantamento da pertinência de denúncias e representações.

O acompanhamento das ações disciplinares foi aperfeiçoado pela consolidação e implementação do Sistema de Gerenciamento de Informações Disciplinares (CGU-PAD) e pela revisão dos procedimentos de inspeção correcional, os quais possibilitaram o acompanhamento e a verificação da regularidade de **1.257** procedimentos disciplinares conduzidos por órgãos e entidade do Poder Executivo Federal e a realização de **53** inspeções in loco nas unidades componentes do SisCOR.

Em **2010**, foram encaminhadas pela CGU **308** recomendações de instauração e instaurados **5.466** procedimentos disciplinares no âmbito das unidades componentes do SisCOR. Manteve-se, assim, em patamar abaixo de 6% o número de recomendações encaminhadas pela Controladoria em relação ao número de procedimentos instaurados no âmbito do Poder Executivo Federal. Tal índice confirma uma maior capacidade pró-ativa das próprias unidades integrantes do Sistema de Correição, e por este mesmo estimulada, sem prejuízo do efetivo acompanhamento das atividades disciplinares posto em prática pela CGU, como função inerente à sua condição de órgão central.

A melhoria no acompanhamento das ações disciplinares em 2010 foi consolidada pela aplicação de **521** punições expulsivas a servidores federais estatutários de órgãos e entidades da administração pública federal, dentre elas **433** demissões, **35** cassações de aposentadoria e **53** destituições de cargos de comissão. Essa marca é recorde desde que a CGU iniciou o acompanhamento das punições expulsivas aplicadas a servidores, representando um aumento de 18,94% em relação ao ano anterior (2009). Além das punições disciplinares administrativas de caráter expulsivo, merece registro a aplicação de **448** suspensões e **392** advertências.

O Programa de Formação de Membros em Processo Administrativo Disciplinar foi ampliado em 2010 por meio da capacitação de **1.928** servidores federais para composição de comissões disciplinares. Maior número alcançado anualmente desde a instituição deste Programa, no início do ano de 2003.

A Controladoria-Geral da União também promoveu, nos dias 17 e 18 de novembro de 2010, o **I Encontro de Corregedorias do Poder Executivo Federal** com a participação de aproximadamente **600** servidores e autoridades dos Poderes da União. O evento contou com convidados de renome e abordou tópicos de maior relevância e atualidade na área disciplinar, como a atuação conjunta nas esferas civil, penal e administrativa; o ressarcimento ao erário originado no processo disciplinar; e a aplicação dos princípios constitucionais no Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD). O Encontro também possibilitou a troca de experiências no segmento, por meio de quatro Oficinas nas quais foram aprofundados alguns dos temas do evento.

A política de ampliação do raio de atuação da CGU na esfera correcional foi consolidada pelo gerenciamento do **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)** e pela atuação da **Comissão de Coordenação de Correição (CCC)**.

O CEIS, instituído pela Portaria nº 516 de 15/03/10, tem por finalidade consolidar e divulgar a relação de empresas ou profissionais que sofreram sanções que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública. Em 2010, o CEIS passou a apresentar informações com as penalidades de impedimento de contratar e licitar com a administração pública, aplicadas a pessoas físicas e jurídicas condenadas em ação judicial de

improbidade administrativa. O quantitativo de penalidades divulgadas passou de **1.063** no final de 2008, para **3.757** em dezembro de 2010.

A CCC, instância colegiada com funções consultivas, instituída por meio do artigo 3º do Decreto nº 5.480, de 30/06/05, tem o objetivo de fomentar a integração e uniformizar entendimentos do SisCOR. Na segunda sessão deste colegiado, realizada em setembro de 2010, foram aprovados **dois** enunciados acerca da interrupção da prescrição e da apuração de responsabilidade de ex-servidor.

O desenvolvimento da ação 4998 – Gestão do Sistema Federal de Ouvidorias, no exercício de 2010, não obstante limitações de recursos de custeio, que dificultaram a execução plena das metas físicas programadas para a ação (45,83% ao previsto), decorrente de um cenário de restrição financeira/orçamentária, não afetou sobremaneira o alcance dos resultados esperados no período, face à priorização das ações realizadas pautada pelo binômio: impacto no resultado / urgência. Além disso, cabe destacar, foram cumpridos todos os acordos previamente formalizados de realização de eventos de repercussão nacional e internacional com diversos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, bem como Ombudsman, Provedores de Justiça, Defensores del Pueblo e Médiateur de diversos países.

Como resultado nessa linha de atuação destaca-se que, em 2010, foram criadas 14 novas unidades de ouvidoria, atingindo um total 165 unidades em operação, no Poder Executivo Federal, responsáveis pelo atendimento de mais de três milhões de manifestações de cidadãos no ano.

Além disso, a CGU realizou curso gratuito de aperfeiçoamento, na sua 5ª edição, dando seqüência de prática iniciada em 2006, para Ouvidores e servidores de unidades de Ouvidoria, nas cidades de João Pessoa, Cuiabá, Fortaleza, Rio Branco e Belo Horizonte. O treinamento foi destinado a ouvidores e servidores das unidades de ouvidoria de órgãos públicos, onde especialistas ministraram aulas sobre "Assédio Moral", "Mediação de Conflitos", "A Ouvidoria Pública no contexto da Democracia Participativa", "Segurança da Informação", "Denúncia Anônima em Ouvidoria" e "Desafios do Ouvidor na interação com o cidadão".

No plano internacional, desde 2004, a Controladoria intensifica os contatos com instituições similares em outros países como França, Canadá, China, Cuba, Polônia, Itália e países lusófonos com o objetivo estreitar relações para o intercâmbio de práticas e conhecimentos e o reconhecimento da Ouvidoria perante seus congêneres Ombudsman, Provedor de Justiça, Defensor del Pueblo e Médiateur. No ano de 2010 teve destaque a realização do 1º Fórum das Américas de Ouvidorias, Defensores del Pueblo e Ombudsman, realizado nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro de 2010, em Salvador.

O objetivo foi possibilitar a troca de experiências entre países das Américas e promover o fortalecimento dos espaços na administração pública para o exercício da cidadania. Entre os palestrantes, estiveram presidentes e representantes do Fórum Canadense de Ombudsman (Forum Canadian of Ombudsman), Instituto Latinoamericano de Ombudsman (Instituto Latinoamericano del Ombudsman) e Instituto Internacional de Ombudsman (International Ombudsman Institute), além de especialistas em temas comuns ao cotidiano das ouvidorias públicas. Durante o evento, também foi discutida a criação de um fórum permanente de ouvidorias, com o intuito de incentivar o intercâmbio e a aprendizagem entre as pessoas que exercem atividades similares em todo o continente americano.

Com relação à **ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**, cabe registrar que, durante o exercício de 2010, foram realizadas **589** ações de capacitação, das quais 458 foram referentes às capacitações em idiomas estrangeiros,

dos servidores de Brasília e Regionais, que resultaram em 1.479 participações em treinamentos de curta duração, seminários, fóruns, palestras, congressos e cursos de pós-graduação. Em relação aos dados registrados no SIGPLAN, a meta física realizada é ainda maior do que o número supracitado, visto que as capacitações em idiomas são registradas mensalmente, em consonância com a forma de ressarcimento adotada para concessão das bolsas de estudo. Esses dados refletem o alcance de bons resultados pela política de capacitação adotada pela Controladoria, na medida em que possibilita um incremento na participação em ações de capacitação, mediante o estímulo ao autodesenvolvimento dos servidores, alinhado às necessidades institucionais, não estando restrita apenas às ações promovidas diretamente pela CGU.

No caso do desempenho das **ações relativas a benefícios ao servidor**, é importante comentar a execução da **ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes**, a qual tinha a previsão de gasto da ordem de R\$ 3.634.217,00. Entretanto, com o reajuste do benefício no decorrer do exercício anterior tornou-se necessária a abertura de crédito suplementar no montante de R\$ 290.600,00. Quanto à execução física da ação, 2.780 beneficiários foram atendidos, entretanto, a meta inicial de atendimento era de 4.206 servidores. Tal discrepância é justificada devido a mudança na forma de pagamento do ressarcimento, ocorrida após alteração na legislação quanto à definição dos valores de ressarcimento, que passou a obedecer a uma tabela relacionada com a faixa etária e com a remuneração do servidor, bem como a redução no quantitativo de servidores devido às vacâncias, aposentadorias e exonerações.

Para a **ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados**, existia a previsão de gasto de R\$ 779.682,00. Todavia, sua execução ficou abaixo do previsto, atingindo um montante de R\$ 56.408,00. É importante ressaltar que o desempenho abaixo do previsto, tanto financeiro como físico, é resultado do subsídio como estrutura salarial dos servidores da carreira de finanças e controle, visto que se tornou desvantajoso o recebimento quando do aumento da remuneração. Em razão disso, parte da dotação no valor de R\$ 499.694,00 foi oferecida em cancelamento para abertura de crédito.

Quanto à **ação 20CW – Exames Periódicos**, a meta prevista era de 1851 servidores e a meta realizada foi de 54 servidores, o que ocorreu devido ao fato de o programa ter sido instituído formalmente na CGU em setembro de 2010, e de todos os servidores terem optado por realizar os exames clínicos por meio de planos de saúde particulares, desonerando o orçamento específico para essa finalidade.

Quanto à **ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados**, a meta prevista foi de 443 e a realizada 382, de modo que a meta realizada se manteve estável, uma vez que no ano de 2009 foi de 393.

Em relação à **ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados**, a meta prevista era de 2673 e a realizada foi 2584, sendo que a redução no quantitativo se deve à redução do número de servidores devido às vacâncias, aposentadorias e exonerações. Destaque-se que o auxílio foi reajustado o que aumentou o valor pago no mês de fevereiro, considerando ainda o pagamento retroativo relativo ao mês de janeiro.

Quanto à **ação 110C - Reforma, adaptação e modernização das Unidades Regionais da Controladoria-Geral da União**, existia uma dotação autorizada no valor de R\$ 5.100.000,00. Desse total, a unidade executou R\$ 1.551.207,00, representando 30,5% do autorizado na lei orçamentária. A baixa execução é justificada pela limitação de empenho, estabelecido pelo Decreto nº 7.094, de 03/02/2010, e demais alterações. Houve também alguns problemas imprevisíveis,

destacando-se o atraso nas licitações da construção da nova sede da CGU-R/PA, o que não permitiu que se executasse muito do que era previsto para 2010.

Em relação às ações 2272 - Gestão e Administração do Programa, 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais e 4641 – Publicidade de Utilidade Pública, essas não possuem meta física por serem ações padronizadas. Quanto ao aspecto financeiro, a execução da despesas discricionárias alocadas na ação 2272 atingiu 75% do permitido na lei orçamentária. Na ação 09HB, percebe-se que a meta financeira inicial foi extrapolada em virtude do reajuste de servidores, o que tornou necessária a suplementação de créditos num montante de R\$ 14.082.000,00. No caso da ação 4641, não houve a execução do crédito orçamentário disponibilizado na lei orçamentária num montante de R\$ 1.000.000,00, em razão do contingenciamento orçamentário.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Controladoria-Geral da União	20125	110174

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		402.191.402,00	484.167.592,00	-	-	71.734.186,00	87.617.746,00
	PLOA		402.191.402,00	501.072.746,00	-	-	71.734.186,00	87.617.746,00
	LOA		402.191.402,00	501.072.746,00	-	-	61.259.876,00	87.617.746,00
CRÉDITOS	Suplementares		130.500.000,00	90.432.000,00	-	-	3.261.236,00	6.346.059,00
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	2.068.496,00	1.143.694,00
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		532.691.402,00	591.504.746,00	-	-	62.452.616,00	92.820.111,00	

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		4 - Investimentos		5 - Inversões Financeiras		6 - Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	4.640.000,00	12.130.000,00	-	-	-	-	
	PLOA	4.640.000,00	12.130.000,00	-	-	-	-	
	LOA	4.640.000,00	12.130.000,00	-	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	684.298,00	379.086,00	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	484.298,00	-	-	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		4.840.000,00	12.509.086,00	-	-	-	-	

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 - Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	473.925.588,00	571.785.338,00	4.640.000,00	12.130.000,00	-	-	
	PLOA	473.925.588,00	588.690.492,00	4.640.000,00	12.130.000,00	-	-	
	LOA	463.451.278,00	588.690.492,00	4.640.000,00	12.130.000,00	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	133.761.236,00	96.834.059,00	684.298,00	379.086,00	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	2.068.496,00	1.199.694,00	484.298,00	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		595.144.018,00	684.324.857,00	4.840.000,00	12.509.086,00	-	-	

Os quadros acima demonstram a programação da unidade nos exercícios de 2009 e 2010, por grupo de despesa e categoria econômica.

No exercício de 2009, para o grupo de despesas com pessoal e encargos sociais, ressalte-se que a dotação autorizada na lei orçamentária é menor do que o executado no ano anterior, o que provocou a necessidade de ajuste no orçamento aprovado ao longo do exercício por meio de crédito suplementar. Esse fato novamente é justificado pelo limite estabelecido pelo MP aquém da necessidade de gastos, tendo em vista, inclusive, que já havia a previsão de reajuste salarial e o ingresso de servidores por meio de concurso público.

No que tange ao grupo de despesa “Outras Despesas Correntes”, que engloba, além das despesas discricionárias, o pagamento de benefícios aos servidores, a unidade projetou um gasto no montante de R\$ 71.734.186,00 no PLOA 2009. Entretanto, o orçamento da CGU foi novamente objeto de corte no âmbito do Congresso Nacional e, portanto, a lei orçamentária foi aprovada com uma autorização de gasto de R\$ 61.259.876,00. O corte no valor de R\$ 10.474.310,00 foi centralizado nas despesas de custeio da unidade.

Esse fato prejudicou as atividades da unidade, uma vez que o corte foi concentrado na ação orçamentária que tinha por finalidade custear os gastos com informática e, como as atividades do órgão estão baseadas em sistemas informatizados, novamente a programação orçamentária teve que ser objeto de novo planejamento. Assim, houve a necessidade de suplementação de créditos de R\$ 3.261.236,00, sendo canceladas dotações no montante de R\$ 2.068.496,00.

Em razão de cortes no orçamento de Custeio, a CGU ofereceu parte da dotação em investimento para suplementar esses gastos, de modo que as atividades finalísticas não fossem prejudicadas. No exercício de 2009, o Investimento programado pela unidade não sofreu diminuição quando da aprovação da lei orçamentária no Congresso Nacional. Entretanto, a dotação autorizada para 2009 foi de apenas R\$ 4.640.000,00, devido aos limites orçamentários estabelecidos pelos Órgãos Central e Setorial quando da elaboração da proposta orçamentária

No período de 2010, para o grupo de despesas com pessoal e encargos sociais, constata-se que a dotação proposta pela unidade está inferior à dotação atualizada de 2009, haja vista que nessa fase de elaboração da lei orçamentária já é imposto o limite estabelecido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Por outro lado, houve um incremento na etapa final de elaboração do PLOA 2010, uma vez que o reajuste dos servidores da carreira finanças e controle seriam alocados pelo citado ministério. Entretanto, o valor não foi suficiente e a unidade necessitou de suplementação de créditos para suprir gastos com pessoal e encargos sociais.

Quanto ao grupo de despesa “Outras Despesas Correntes”, em 2010, a unidade fez uma previsão de gasto da ordem de R\$ 87.617.746,00, sendo tal valor incluído no PLOA 2010 e na LOA 2010. No período, a unidade necessitou uma suplementação de créditos no montante de R\$ 6.346.059,00, em virtude do reajuste do auxílio-alimentação e do benefício de assistência médica, que representou um valor de R\$ 4.766.885,00, ou seja, 75% do total suplementado. Destaca-se, ainda, a suplementação de R\$ 879.174,00 para atender o Projeto Observatório da Despesa Pública, que utilizaria os recursos doados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o que não ocorreu, pois não houve a conclusão do instrumento, e de R\$ 700.000,00 para incremento das ações de controle interno. É importante ressaltar, também, a suplementação de R\$ 379.086,00 no grupo investimento para atender ao citado projeto a ser realizado em parceria com o BID.

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Ver Anexo I – fls. 106

As principais movimentações de créditos externas no exercício de 2010 com relação ao grupo outras despesas correntes e investimentos consistem nas despesas de manutenção, funcionamento, adaptação de imóveis e material permanente das Unidades Regionais nos Estados, cuja maioria ocupa parte do espaço físico do Ministério da Fazenda, em um total de R\$ 10.911.012,32 para despesas com custeio e R\$ 555.333,00 para despesas com investimento. Além disso, existe o rateio das despesas de manutenção e funcionamento da Corregedoria-Geral da União (CRG/CGU) no montante de R\$ 1.957.836,97, em razão da unidade ocupar parte do espaço físico do Ministério dos Esportes.

Destaca-se, também, a realização de projetos de capacitação em parceria com a Escola de Administração Fazendária (ESAF), em razão da formação de membros em comissões de processo administrativo disciplinar, do concurso de monografia e do curso de promoção de servidores da carreira finanças e controle, que atingiram um valor de R\$ 495.869,95. Além disso, pode-se citar a concessão de créditos à Imprensa Nacional em função da prestação de serviços gráficos voltados para a divulgação do Portal da Transparência, do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, da Prestação de Contas do Presidente da República e do Concurso de Desenho e Redação no valor total de R\$ 64.347,50.

É importante ressaltar, ainda, a realização do programa de capacitação sobre políticas de anticorrupção desenvolvido pelo Institute of Brazilian Business and Management Issues-IBI, da George Washington University no valor de R\$ 210.373,73, o qual teve a participação de servidores da unidade e de outros ministérios.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.8 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ ⁽¹⁾

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada ⁽²⁾		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	30.479.837,61	37.468.094,96	22.345.801,20	26.847.008,55
Convite	7.569,40	38.516,01	6.535,82	3.572,93
Tomada de Preços	937.435,45	321.197,15	886.006,07	318.622,82
Concorrência	4.295.324,06	2.331.773,48	1.902.228,80	1.956.603,57
Pregão	23.934.716,46	32.060.881,60	18.438.388,27	21.852.482,51
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	1.304.792,24	2.715.726,72	1.112.642,24	2.715.726,72
Contratações Diretas	11.123.265,30	10.765.012,84	7.821.213,00	9.676.824,89
Dispensa	9.346.982,39	9.209.414,05	6.294.663,03	8.465.980,05

Inexigibilidade	1.776.282,91	1.555.598,79	1.526.549,97	1.210.844,84
Regime de Execução Especial	344.451,05	385.900,74	331.059,56	382.183,10
Suprimento de Fundos	344.451,05	385.900,74	331.059,56	382.183,10
Pagamento de Pessoal	542.461.062,03	608.656.069,06	542.457.180,82	608.655.994,38
Pagamento em Folha	537.743.142,92	602.004.672,64	537.739.261,71	602.004.672,64
Diárias	4.717.919,11	6.651.396,42	4.717.919,11	6.651.321,74
Outros	⁽³⁾ 6.305.543,38	10.166.717,98	4.654.467,28	8.811.309,96
Total	590.714.159,37	667.441.795,58	577.609.721,86	654.373.320,88

Fonte: SIAFI Gerencial

NOTA 1: As despesas acima retratam inclusive créditos descentralizados pela UJ.

NOTA 2: Inclui Restos a Pagar não Processados com base no saldo de Empenhos a Liquidar, decorrentes do processo automático de encerramento do exercício.

NOTA 3: Valor ajustado, em relação ao Relatório de Gestão de 2009, haja vista a inclusão em duplicidade das despesas com diárias.

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Ver Anexo II.- fls 110.

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Ver Anexo III.- fls. 111.

A análise crítica sobre os quadros A.2.8, A.2.9 e A.2.10 encontram-se após o quadro A.2.13.

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	-	-	-	-
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	-	-	-	-
Pregão	-	-	-	-
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	-	-	-	-
Dispensa	-	-	-	-
Inexigibilidade	-	-	-	-
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	-	-	-	-
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	-	-	-	-
Outros	137.791,50	210.368,73	137.791,50	210.368,73
Total	137.791,50	210.368,73	137.791,50	210.368,73

Fonte: SIAFI Gerencial

2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos*	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
3- Outras Despesas Correntes	137.791,50	210.368,73	137.791,50	210.368,73	-	-	137.791,50	210.368,73
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	137.791,50	210.368,73	137.791,50	210.368,73	-	-	137.791,50	210.368,73

* Valores Pagos na Folha considerados como o total das despesas liquidadas da folha

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-

A análise crítica a seguir refere-se aos quadros A.2.8 a A.2.13.

No presente relatório, o item execução orçamentária é composto pelos seguintes demonstrativos: despesas por modalidade de contratação, despesas correntes por grupo e elemento de despesa, despesas de capital por grupo e elemento de despesa e execução por programa, sendo tais demonstrativos em créditos originados e recebidos pela unidade.

No quadro denominado Despesas por Modalidade de Contratação mediante créditos originários da unidade, destaca-se o crescimento de 37,7% das contratações por meio de pregão em relação ao exercício de 2009. Constatou-se, também, uma queda no nível de dispêndio realizado mediante dispensa e inexigibilidade de licitação. Quanto aos gastos realizados via suprimento de fundos, estes são oriundos principalmente da realização de atividades de fiscalização e operações especiais inerentes às atividades finalística da Controladoria-Geral da União.

Em relação ao desempenho dos gastos correntes por elemento de despesa nos dois períodos, é importante ressaltar o incremento ocorrido nos dispêndios com pessoal, o qual decorre do efeito da última parcela do reajuste salarial para a carreira de finanças e controle, com impacto, também, nos gastos na contribuição para o custeio do regime de previdência dos servidores.

No caso do grupo Outras Despesas Correntes, os gastos estão concentrados na contratação de serviços de terceiros - pessoa jurídica e locação de mão-de-obra, uma vez que o órgão necessita de serviços especializados, principalmente na manutenção de diversos sistemas informatizados, os quais são essenciais para a continuidade e expansão das atividades inerentes à função da CGU. Percebe-se no demonstrativo que o total de restos a pagar não processados permaneceu próximo ao do exercício anterior, e a dificuldade em eliminá-los decorre da liberação de limite de empenho pelo Órgão Setorial de Orçamento apenas no final do exercício.

Em se tratando do grupo investimento, comparando-se os dois períodos, percebe-se um incremento de R\$ 7.490.000,00 na dotação do investimento da unidade, reflexo do maior referencial monetário dado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão quando da elaboração do PLOA 2010. Apesar de não sofrer cortes no âmbito do Congresso Nacional, a programação orçamentária ficou prejudicada, uma vez que o limite de empenho para investimento no período atingiu o montante de R\$ 7.608.000,00, ou seja, 58,91% do autorizado na lei. Deste limite, a unidade alcançou um nível de execução de 93,92%, representando o montante de R\$ 7.145.382,00. Tal investimento ficou concentrado na aquisição de equipamentos de informática, principalmente servidores, software e veículos.

No demonstrativo de créditos recebidos, verifica-se que a unidade recebeu em 2010 o valor de R\$ 210.368,73, resultado da capacitação de servidores públicos federais em parceria com outros ministérios para a participação do Programa de Capacitação sobre políticas de anticorrupção desenvolvido pelo Institute of Brazilian Business and Management Issues – IBI, realizado nos Estados Unidos.

2.4.3 Indicadores Institucionais

A Controladoria-Geral da União (CGU) deu continuidade em 2010 à aferição dos indicadores estabelecidos para mensuração de seus principais produtos, em conformidade com a metodologia de avaliação de desempenho institucional estabelecida pelas Portarias nº 1.833 e nº 1.834, ambas de 16 de setembro de 2009.

Este tópico do relatório contempla a aferição dos indicadores fixados pela Portaria nº 1.789, de 10 de setembro de 2010, que subsidiaram a avaliação de desempenho institucional das unidades do

Órgão Central da CGU no segundo semestre de 2010, assim como a indicação dos macroprocessos envolvidos e o histórico da aferição dos indicadores desde sua instituição.

Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas (SPCI)

i) Identificação de macroprocessos e indicadores

Neste item constam os indicadores relacionados aos macroprocessos de trabalho mais relevantes da SPCI.

Macroprocesso		Título do Indicador	Fórmula do Indicador	Ações do PAM Relacionadas	Relacionamento com o PII	Meta	Frequência de apuração
2.1	Portal da Transparência	Percentual da execução financeira do governo federal no período registrada no Portal da Transparência (aferição anual)	Somatório da execução financeira do governo federal registrados no Portal no período / Somatório da execução financeira total do governo federal no período	SPCI-032	6.1	Não definida	Anual
Objetivo do indicador		Verificar a evolução da cobertura dos recursos da execução financeira do governo federal registrados no Portal da Transparência com relação à execução financeira total no período.					
2.2	Portal da Transparência	Montante de recursos de execução financeira do governo federal registrados no Portal da Transparência	Somatório dos recursos de execução financeira do governo federal registrados no Portal	SPCI-032	6.1	Não definida	Anual
Objetivo do indicador		Verificar o incremento do montante de recursos totais de execução financeira do governo federal registrados no Portal da Transparência a cada período, com base na análise comparativa da série histórica do indicador. A análise da variação da taxa de evolução dos recursos mapeados no Portal da Transparência pode subsidiar o entendimento dos fatores internos e externos que influenciam a disponibilização de bases de dados para publicação.					
2.3	Portal da Transparência	Quantidade de visitas ao Portal da Transparência no período	Quantidade de visitas ao Portal da Transparência no período	SPCI-032	6.1	Não definida	Anual
Objetivo do indicador		Verificar a quantidade de visitas ao Portal da Transparência a cada período, visando à análise do interesse dos usuários pelo site. A análise comparativa da série histórica do indicador permitirá identificar períodos de pico de acesso ao site, associando-os a: resultados de campanhas de divulgação, períodos pré-eleitorais, notícias divulgadas pela imprensa, implementação de melhorias no Portal, entre outras.					
2.8	Programa Fortalecimento da Gestão Pública (FGP)	Quantidade de agentes públicos capacitados por meio do programa FGP	Somatório dos agentes públicos capacitados até a data final do período de referência.	SPCI-013, SPCI-014	6.5	Não definida	Anual
Objetivo do indicador		Avaliar a evolução do alcance do FGP, com relação ao número de agentes públicos capacitados, com base na análise comparativa da série histórica do indicador. Tal análise permitirá identificar fatores internos e externos que influenciam a taxa de variação do número de agentes públicos capacitados por período.					
2.9	Programa Olho Vivo no Dinheiro Público	Quantidade de cidadãos capacitados pelo Programa Olho Vivo	Somatório dos cidadãos capacitados até a data final do período de referência.	SPCI-006	6.4	Não definida	Anual

Objetivo do indicador		Avaliar a evolução do alcance do Olho Vivo, com relação ao número de cidadãos capacitados, com base na análise comparativa da série histórica do indicador. Tal análise permitirá identificar fatores internos e externos que influenciam a taxa de variação do número de cidadãos capacitados por período.					
2.13	Produção de informações estratégicas	Quantidade de pessoas físicas/jurídicas analisadas no período	Quantidade de pessoas físicas/jurídicas analisadas pela GPROD no período	SPCI-001, SPCI-003	6.3, 5.2.1	Não definida	Anual
Objetivo do indicador		Avaliar a evolução da quantidade de pessoas físicas/jurídicas analisadas no período, com base na análise comparativa da série histórica do indicador. A análise da taxa de variação do número de pessoas físicas/jurídicas analisadas a cada período permitirá identificar fatores internos ou externos que influenciam o número de demandas recebidas e/ou a capacidade interna de produção de informações.					

ii) Aferição dos indicadores no período

Item	Meta do Indicador	Valor aferido	Data de aferição	Frequência de apuração
2.1	Não definida	95,62%	25/01/2011	Anual
2.2	Não definida	R\$ 7.717.431.182.951,64	25/01/2011	Mensal
2.3	Não definida	220.634	25/01/2011	Mensal
2.8	Não definida	266.924	25/01/2011	Anual
2.9	Não definida	8.362	25/01/2011	Anual
2.13	Não definida	12.326	25/01/2011	Mensal

iii) Histórico

Item	1º semestre/2010	2º semestre/2009	1º semestre/2009	2º semestre/2008
2.1	95,93%	95,31%	-	96,16%
2.2	R\$ 7.140.216.097.150,31	R\$ 6.439.844.599.989,90	-	R\$ 5.170.824.252.702,39
2.3	223.867	186.376	127.882	149.908
2.8	64.775	156.101	362.351	-
2.9	1.978	6.154	12.060	-
2.13	11.964	-	-	-

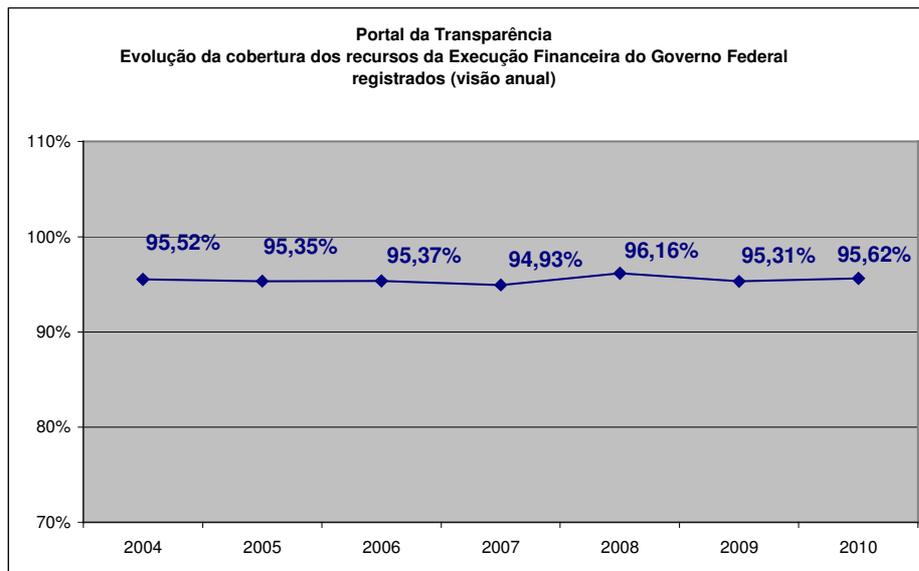
iv) Análise dos indicadores

A seguir são apresentados os gráficos dos principais indicadores mensurados e analisados ao longo do ano de 2010, o que possibilita a avaliação dos resultados finalísticos obtidos nas ações de prevenção da corrupção desenvolvidas pela SPCI.

Portal da Transparência

As despesas do Governo Federal registradas no Portal da Transparência contemplam as transferências para Estados, Distrito Federal, Municípios e outras pessoas físicas/jurídicas, o cadastro de convênios, e os gastos diretos do governo federal, inclusive com o cartão de pagamento.

Gráfico 1

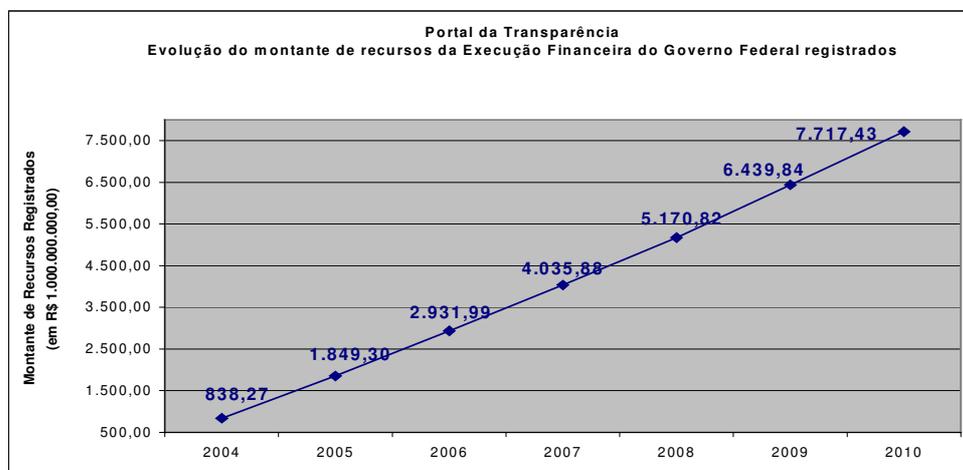


Avaliando-se o **Gráfico 1**, é possível observar que, historicamente, o Portal alcança cobertura média de 95% da execução financeira global do Governo Federal. Ressalta-se a medição do indicador em 2010 refere-se ao período de janeiro a novembro deste ano, visto que a carga das bases de dados de dezembro de 2010 ainda não foi realizada.

Atualmente, a cobertura do Portal não é de 100%, pelas seguintes razões:

- i. há despesas que não são importadas diretamente do SIAFI, por exemplo, despesas com programas sociais e com o Fundo Nacional de Saúde. Dessa forma, é comum haver defasagem quanto ao momento de lançamento destes gastos no SIAFI e nas demais fontes de dados importadas pelo Portal;
- ii. o Portal não cobre todos os recursos do Fundo de Assistência ao Trabalhador;
- iii. adicionalmente, o Portal recebe todas as informações referentes a pagamentos realizados por meio de Ordens Bancárias (OB's). Entretanto, há outras formas de pagamento ainda não publicadas no Portal, como por exemplo, GRU's.

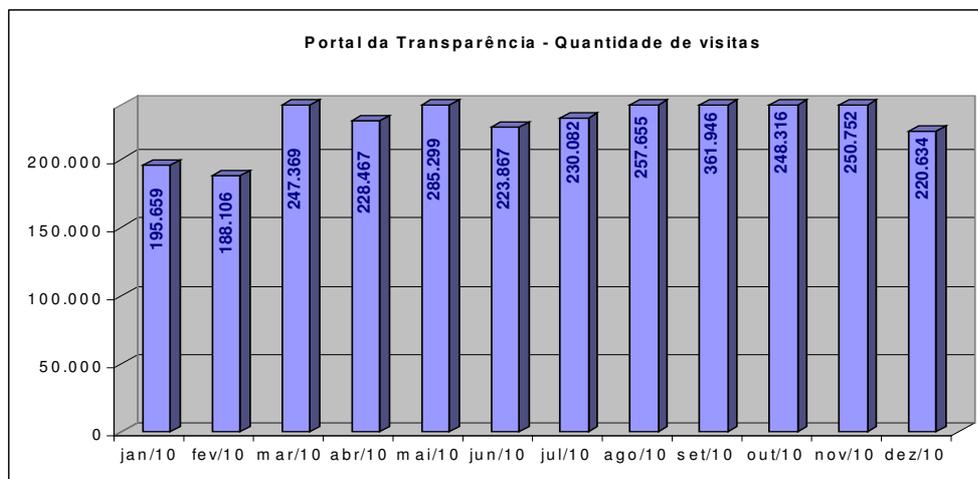
Gráfico 2



O **Gráfico 2** demonstra uma evolução dos gastos totais do Governo Federal registrados no Portal, com incrementos anuais em torno de 1,1 trilhão de reais. Nos últimos dois anos, houve aumento da

execução financeira do Governo Federal, com conseqüente aumento do valor anual registrado no Portal da Transparência: em 2009, registrou-se incremento de 1,26 trilhão de reais; e em 2010, registrou-se incremento de 1,27 trilhão de reais até o mês de novembro.

Gráfico 2



O Portal da Transparência teve média de 244 mil acessos mensais em 2010. Analisando-se o **Gráfico 2**, observa-se crescimento do número de acessos ao Portal da Transparência a partir de março de 2010, devido ao lançamento da campanha de divulgação do Portal em TV aberta. Em maio de 2010, o portal teve grande volume de acesso. Isto aconteceu devido à disponibilização da nova consulta “Informações Diárias”, em atendimento à Lei Complementar n.º 131, de 27 de maio de 2009, que trata da divulgação em tempo real, pelos entes federados, de informações pormenorizadas sobre sua execução orçamentária e financeira. Em setembro de 2010, houve recorde no número de acessos ao Portal da Transparência, desde o seu lançamento. Como não houve nenhuma iniciativa específica por parte da CGU neste mês, vislumbra-se que tal fato decorreu da proximidade das eleições.

Fortalecimento da Gestão Pública

Gráfico 4

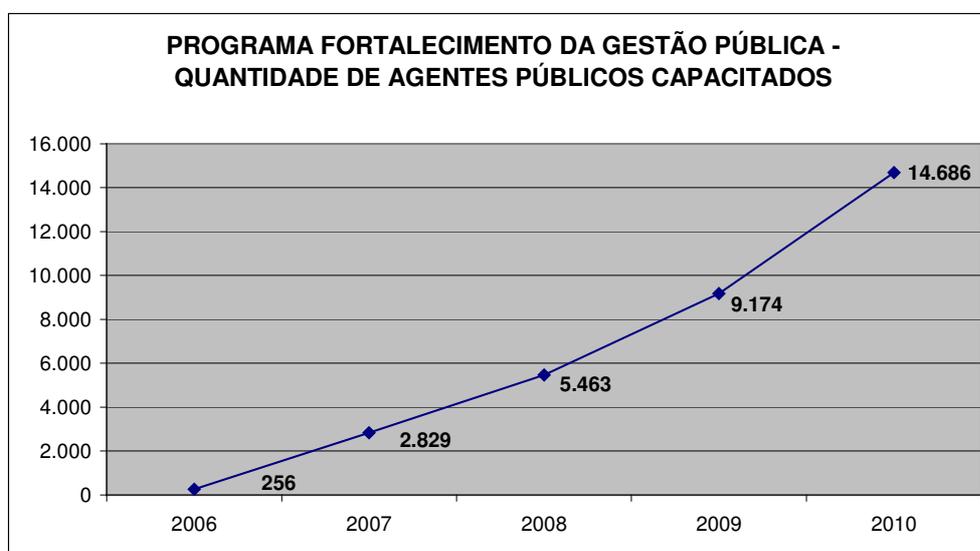


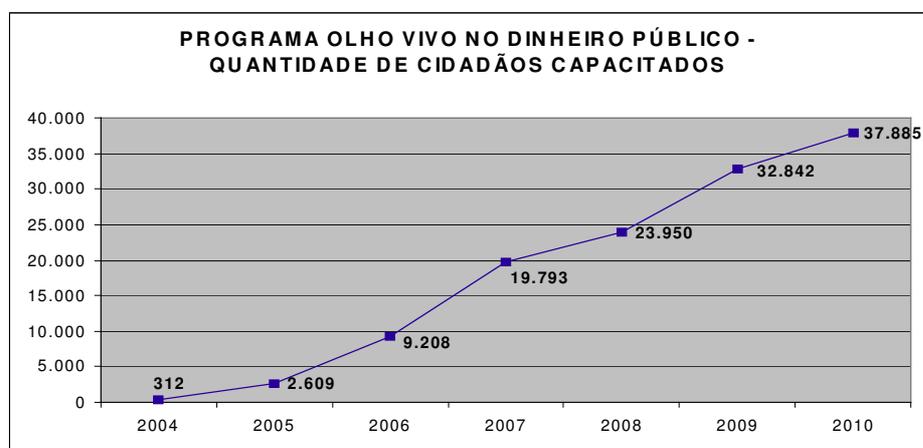
Gráfico 3 - (*) Apenas eventos de capacitação presencial

O Programa Fortalecimento da Gestão Pública (FGP) objetiva aprimorar a gestão dos recursos públicos pelos estados e municípios brasileiros.

O **Gráfico 3** mostra a evolução do quantitativo de agentes públicos beneficiados pelo programa (acumulado), tanto nas capacitações por sorteios públicos, quanto nas capacitações em parceria com controles internos. Em 2010 foi registrada ampliação do número de agentes públicos capacitados. Isto ocorreu principalmente devido à nova estratégia utilizada para o sorteio dos municípios contemplados pelo Programa FGP. Agora, visando à realização das ações do Programa em todos os Estados, decidiu-se pelo sorteio de uma unidade municipal de cada Estado da Federação. Anteriormente, eram sorteados apenas 10 municípios.

Olho Vivo no Dinheiro Público

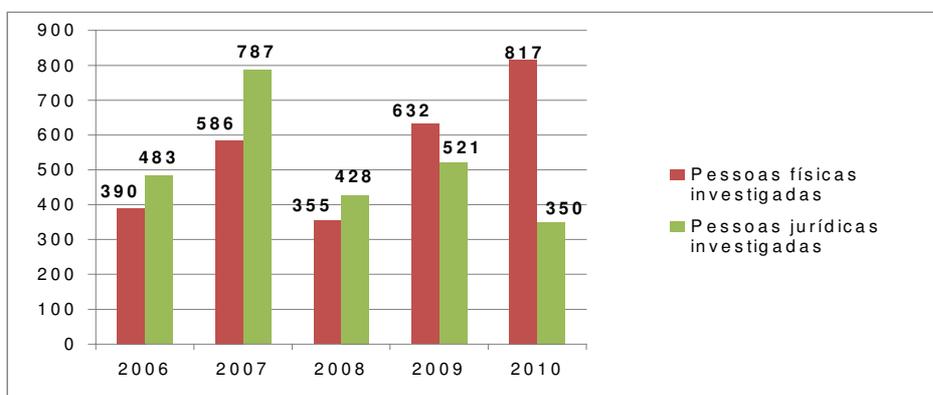
Gráfico 4



O Programa Olho Vivo no Dinheiro Público busca sensibilizar e orientar conselheiros municipais, lideranças comunitárias, agentes públicos, professores e alunos acerca da importância do controle social.. O **Gráfico 4** mostra a evolução do quantitativo de cidadãos capacitados pelo programa até o momento (acumulado). Em 2010, o número de cidadãos capacitados pelo Programa Olho Vivo foi reduzido devido ao período eleitoral, quando não foi permitida a realização das ações presenciais do Programa.

Produção de Informações Estratégicas

Gráfico 6



O **Gráfico 6** apresenta variação significativa do número de pessoas físicas e jurídicas analisadas nas investigações preliminares e nas análises patrimoniais realizadas. Tal variação é justificada pelas diferenças entre os processos analisados. Alguns envolvem poucas pessoas físicas/jurídicas, e podem ser resolvidos em um curto espaço de tempo, enquanto outros, podem envolver um número representativo dessas pessoas, demandando mais esforço para a conclusão da análise.

Secretaria Federal de Controle Interno (SFC)

i) Identificação de Macroprocessos e Indicadores

Item	Macroprocesso	Título do Indicador	Fórmula do Indicador	Ações do PAM relacionadas	Relacionamento com o PII	Meta do Indicador	Frequência de apuração
1.1	Acompanhamento Sistemático da Execução dos Programas do Governo	Programas e Programações acompanhados com resultados encaminhados à alta administração da SFC	(Quantidade de Programas e Programações acompanhados com resultados encaminhados à alta administração da SFC) x 100 / (Quantidade de Programas e Programações essenciais)	SFC - 004, SFC - 006	4.1 e 4.2	Não definida	Semestral
Objetivo do Indicador		Avaliar o grau de cobertura sobre os Programas e Programações em relação aos Programas e Programações considerados mais importantes (Essenciais)					
1.2	Auditorias de Contas Anuais	Unidades Jurisdicionadas auditadas (UJ 's)	(Quantidade de UJ's auditadas com processos encaminhados no prazo) x 100/ (Quantidade de UJ's definidas pelo TCU)	SFC - 007	4.4 e 4.5	100%	Anual
Objetivo do Indicador		Verificar o grau de entrega, no prazo, das auditorias anuais de contas das Unidades indicadas pelo TCU.					
1.3	Fiscalização em pequenos e médios municípios a partir de Sorteios Públicos	Municípios fiscalizados	(Quantidade de municípios fiscalizados) x 100 / (Quantidades de Municípios sorteados)	SFC - 009	4.6	100%	Semestral
Objetivo do Indicador		Avaliar a cobertura de municípios fiscalizados nos Sorteios.					
1.4	Análise de processos e atos de administração de pessoal	Percentual de Processos analisados (no período fixado) relativos a atos de admissão de pessoal, aposentadorias e pensões dos processos recebidos	(Quantidade de processos analisados no período fixado) x 100/ (Quantidade de processos estabelecidos na Portaria de Detalhamento de Metas)	SFC - 017	4.15	100%	Semestral
Objetivo do Indicador		Medir (em %) a eficácia da SFC na análise dos atos de pessoal.					

1.5	Acompanhamento Permanente dos Gastos	Ações de controle de acompanhamento da execução da despesa	(UJ acompanhadas) x 100/ (70% do total de UJ 's sob a jurisdição da CGU)	SFC 022	4.5	100%	Semestral
Objetivo do Indicador		Avaliar o grau de cobertura do controle interno sobre a execução da despesa e os atos de gestão das principais Unidades Jurisdicionadas (UJ 's) à CGU (70% do total).					
1.6	Auditoria sobre Processos de Tomada de Contas Especial	Percentual de auditoria (no prazo fixado) dos processos recebidos de Tomada de Contas Especiais (TCE)	(Quantidade de processos auditados de Tomada de Contas Especiais no período fixado) x 100 / (Quantidade de Processos de Tomada de Contas Especiais (TCE) recebidos no período fixado)	SFC - 016	4.14	100%	Semestral
Objetivo do Indicador		Medir (em %) a efetividade na Análise dos Processos de TCE recebidos no período.					
1.7	Auditoria sobre contratos de recursos externos	Relatórios de Auditorias sobre Contratos de Recursos Externos	(Quantidade de relatórios elaborados, revisados e encaminhados) x 100 / (Quantidade de auditorias determinadas pelos organismos internacionais)	SFC - 013	4.11	100%	Semestral
Objetivo do Indicador		Verificar o grau de execução das auditorias de recursos externos demandadas pelos organismos internacionais.					
1.8	Elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República	Análise dos principais pontos do Balanço	Prestação de Contas do Presidente da República elaborada	SFC - 014	4.12	1	Anual
Objetivo do Indicador		Confirmar a elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República.					
1.9	Orientação aos Gestores Públicos	Ações de orientação e capacitação aos servidores públicos	Quantidade de servidores públicos capacitados	SFC - 020, SFC - 026	4.3	Não definida	Semestral
Objetivo do Indicador		Avaliar o grau de orientação e capacitação aos servidores públicos.					

ii) Aferição dos indicadores no período

Item	Meta do Indicador	Valor aferido	Data de aferição	Frequência de apuração
1.1	Não definida	26,5%	-	Semestral
1.2	100%	89,3%	-	Anual
1.3	100%	100,0%	-	Semestral
1.4	100%	135,6%	-	Semestral
1.5	100%	97,3%	-	Semestral
1.6	100%	92,2%	-	Semestral
1.7	100%	94,7%	-	Semestral

Item	Meta do Indicador	Valor aferido	Data de aferição	Frequência de apuração
1.8	1	-	-	Anual
1.9	10.000	5.695	-	Semestral

iii) Histórico

Item	1º semestre/2010	2º semestre/2009
1.1	26,5%	-
1.2	Não se aplica	100%
1.3	100%	-
1.4	82,5%	72,9%
1.5	-	-
1.6	80%	90,1%
1.7	78%	93%
1.8	1	Não se aplica
1.9	1.983	4.818

iv) Análise dos indicadores

1.1 - Acompanhamento sistemático da execução dos programas de governo

O objetivo do indicador é avaliar o grau de cobertura sobre os programas e programações em relação aos programas e às programações considerados mais importantes, especificamente aqueles considerados pela SFC como “Essenciais”. A aferição do macroprocesso considera o acompanhamento de programas e o encaminhamento de resultados à alta administração da SFC. De um total de 170 programas governamentais classificados como “Essenciais”, 45 programas (55 ações de governo) tiveram acompanhamento de forma sistemática com encaminhamento de resultados à alta administração da SFC, contendo as conclusões dos trabalhos, as recomendações negociadas junto ao gestor e as implementações realizadas durante o período em análise.

1.2 - Auditorias de Contas Anuais

O objetivo do indicador é verificar o grau de entrega, no prazo, das auditorias anuais de contas das unidades jurisdicionadas – UJ indicadas pelo TCU. A aferição do macroprocesso é realizada por meio da verificação do percentual de unidades jurisdicionadas auditadas cujos processos foram encaminhados ao TCU no prazo. O indicador aferido foi de 89,3%.

1.3 - Fiscalização em pequenos e médios municípios a partir de Sorteios Públicos

O objetivo do indicador é avaliar a cobertura de municípios fiscalizados. A aferição do macroprocesso foi definida para ser realizada por meio da verificação do percentual de municípios fiscalizados. A totalidade dos municípios sorteados foi fiscalizada. Independentemente de se estar atingindo máximo desempenho, a SFC vem adotando medidas com vistas a aprimorar o processo de trabalho do Sorteio, mediante a atualização constante do Manual e o aumento da supervisão dos trabalhos por parte dos gerentes do processo, dentre outras medidas.

1.4 - Análise de processos e atos de administração de pessoal

O objetivo do indicador é medir a eficácia da SFC e das CGU-Regionais na análise dos atos de pessoal. A intenção é aferir a execução do macroprocesso por meio da comparação entre a quantidade de processos analisados e a quantidade de processos estabelecida na portaria de metas. O desempenho geral, que considera atos e processos analisados tanto pelas CGU-Regionais quanto pelo órgão central, foi de 135,6%, tendo sido analisados 24.668 processos de um total de 18.190 processos (meta estabelecida pelas portarias de metas de regionais e coordenações, considerando a fórmula citada no item anterior).

1.5 - Acompanhamento Permanente dos Gastos (APG)

O objetivo do indicador é avaliar o grau de cobertura do controle interno sobre a execução da despesa de todas as unidades jurisdicionadas à CGU. Das 927 UJ estabelecidas como meta (70% do total), foram monitoradas 902 unidades, correspondendo a um cumprimento de 97,3% da meta estabelecida. Por meio da execução das Ordens de Serviço de acompanhamento permanente dos gastos, monitorou-se diversas atividades, tais como acompanhamento do plano de providências, determinações do TCU, análise de editais e análise de trilhas do ODP, análise dos convênios e contratos celebrados, dentre outras e que subsidiaram a realização de 337 auditorias de aprofundamento dos diagnósticos obtidos.

1.6 - Auditoria sobre Processos de Tomada de Contas Especial

O objetivo do indicador é medir a efetividade da SFC na análise de processos de TCE. A aferição do macroprocesso é realizada por meio da comparação entre a quantidade de processos auditados e a quantidade de processos recebidos. O desempenho obtido foi de 92,2%, tendo sido analisados 682 processos, de um total de 740 recebidos.

1.7 - Auditoria sobre contratos de recursos externos

O objetivo do indicador é verificar o grau de execução das auditorias de recursos externos demandadas por organismos internacionais. Para o 2º Semestre de 2010, a aferição do macroprocesso considerou, em relação ao total de relatórios que deveriam ter sido encaminhados aos organismos internacionais, o percentual daqueles efetivamente entregues ao longo do semestre. Adicionalmente, foi efetuada aferição do percentual de relatórios que foram entregues nos prazos fixados em relação ao total que deveria ter sido encaminhado. Considerando-se a entrega dos relatórios aos organismos demandantes no segundo semestre de 2010, independentemente de eventuais atrasos, o desempenho aferido para a atividade de recursos externos foi de 94,74%, com a entrega de 18 relatórios para uma meta de 19 relatórios.

1.8 - Elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República

O objetivo do indicador é confirmar a elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República. Trata-se de meta anual com aferição no 1º semestre de cada exercício. No primeiro semestre de 2010 este alcançou a meta proposta conforme informado no histórico de aferição do indicador.

1.9 - Orientação aos Gestores Federais

O objetivo do indicador é avaliar o grau de orientação e capacitação aos servidores públicos. A aferição do macroprocesso é realizada por meio do indicador “Quantidade de servidores públicos capacitados”. O número de servidores públicos capacitados no 2º semestre de 2010 foi de **5.695**.

Corregedoria-Geral da União (CRG)

i) Identificação de Macroprocessos e Indicadores

Item	Macroprocesso	Título do Indicador	Fórmula do Indicador	Ações do PAM Relacionadas	Relacionamento com o PII	Meta	Frequência de apuração
3.1	Promoção de ações disciplinares	Encerramentos versus instaurações de Sindicâncias Patrimoniais (Sinpas)	[Sinpas encerradas no período] / [Sinpas instauradas no período]	CRG-004	Ação 5.2.3	100%	Mensal
Objetivo do Indicador		Verificar o estoque de Sindicâncias Patrimoniais (Sinpas) em curso na CRG.					
3.2	Acompanhamento de ações disciplinares	Amplitude do acompanhamento das ações disciplinares	[procedimentos acompanhados pela CRG no período] / [procedimentos disciplinares instaurados no PEF no período]	CRG-006	Ação 5.1.1	20%	Anual
Objetivo do Indicador		Verificar o alcance do acompanhamento da CRG frente ao universo de procedimentos disciplinares no Poder Executivo Federal (PEF).					
3.3	Inspeção dos órgãos do Sistema de Correição	Cumprimento da quantidade mínima semestral de inspeções	[inspeções realizadas] / [quantidade estabelecida]	CRG-008	Ação 5.3.2	100%	Semestral
Objetivo do Indicador		Verificar o atendimento ao art. 22 da Portaria nº 335/2006 (20 inspeções p/ semestre atualmente).					
3.4	Orientação normativa dos órgãos do Sistema de Correição	Encerramentos versus recebimentos de questionamentos sobre direito disciplinar	[Questionamentos respondidos no período] / [Questionamentos recebidos no período]	CRG-009	Ação 5.3.2	100%	Semestral
Objetivo do Indicador		Verificar o estoque de questionamentos de cunho disciplinar na CRG.					
3.5	Disseminação de conhecimentos sobre matéria administrativa disciplinar	Cumprimento da quantidade projetada de capacitações em Processo Administrativo Disciplinar	[Servidores capacitados no período] / [Servidores que se pretendia capacitar no período]	CRG-010	Ação 5.3.3	100%	Anual
Objetivo do Indicador		Verificar o atendimento ao projeto de capacitação de membros em Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (CPAD).					

ii) Aferição dos indicadores no período

Item	Meta do Indicador	Valor aferido	Data de aferição	Frequência de apuração
3.1	100%	350%	04.01.2011	Mensal
3.2	20%	23%	11.01.2011	Anual
3.3	100%	120%	11.01.2011	Semestral
3.4	100%	100%	11.01.2011	Semestral
3.5	100%	241%	05.01.2011	Anual

iii) Histórico

Item	1º semestre/2010	2º semestre/2009	1º semestre/2009	2º semestre/2008
3.1	166%	130%		
3.2	Não definida	23,11%		
3.3	140%	125%		
3.4	100%	100%		
3.5	Não definida	190%		

iv) Análise dos indicadores

Observando as metas programadas e o desempenho CRG para o 2º semestre de 2010, concluí-se que a unidade superou integralmente as metas previstas, repetindo o desempenho favorável do semestre anterior.

3.1 - Promoção de ações disciplinares

A meta prevista foi superada, atingindo o desempenho de 350%. No período analisado, foram encerradas sete Sindicâncias Patrimoniais e instauradas duas. Em sintonia com a diretriz do período anterior, continuou-se promovendo a redução no estoque de procedimentos desta modalidade, o que contribuiu para a celeridade nos processos da CRG.

3.2 - Acompanhamento de ações disciplinares

Ocorreu a superação da meta estimada. Conseguiu-se, portanto, verificar o alcance do acompanhamento da CRG frente ao universo de procedimentos disciplinares no Poder Executivo Federal (PEF), por meio do acompanhamento de **1.257** procedimentos frente ao universo de **5.460** processos disciplinares instaurados pelo PEF no exercício de 2010.

3.3 - Inspeção dos órgãos do Sistema de Correição

Cumpriu-se na totalidade o número de inspeções do semestre em atendimento aos normativos vigentes. Realizou-se **24** inspeções correcionais, enquanto a meta era de 20 inspeções.

3.4 - Orientação normativa dos órgãos do Sistema de Correição

Foram respondidas todas as **41** questões de cunho disciplinar encaminhadas à CRG.

3.5 - Disseminação de conhecimentos sobre matéria administrativa disciplinar

Houve a superação da meta estimada, atingindo a performance de 241%. Estimava-se um contingente de 800 servidores treinados e foram capacitados **1.928** alunos.

Ouvidoria-Geral da União (OGU)

i) Identificação dos Macroprocessos e Indicadores:

Item	Macroprocesso	Título do Indicador	Ações do PAM Relacionadas	Relacionamento com o PII	Meta	Frequência de apuração
4.1	Aperfeiçoamento do atendimento às manifestações do cidadão	Percentual de manifestações concluídas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, de competência da OGU no desempenho de seu papel de Ouvidoria-Geral do Poder Executivo Federal (PEF).	OGU-003 - Atendimento às manifestações externas	4ª, 5ª e 6ª diretrizes.	n/a	Mensal
Objetivo do Indicador		Aferir o percentual de manifestações concluídas em relação ao total de manifestações recebidas pela OGU no desempenho de sua função de Ouvidoria-Geral do Poder Executivo Federal. Somente serão computadas as manifestações referentes a órgãos e entidades que não dispõem de unidade de Ouvidoria própria e dessa forma recebidas pela OGU enquanto Ouvidoria-Geral do PEF e, também, quando se tratar de reclamação quanto ao serviço prestado por unidade de Ouvidoria especializada de órgãos ou entidades do PEF. A manifestação concluída implica na adoção de providências para a correção e prevenção de falhas na prestação do serviço público.				
Fórmula do Indicador		$(\text{Quantitativo de manifestações encaminhadas pela OGU aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que não dispõem de unidade de ouvidoria própria e foram concluídas após análise e processamento pelos respectivos órgãos e entidades em até 60 dias do encaminhamento inicial da OGU}) / (\text{quantitativo de manifestações encaminhadas pela OGU aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que não dispõem de unidade de ouvidoria própria}) \times 100$				
4.2	Fortalecimento do segmento de Ouvidorias do Poder Executivo Federal	Percentual de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que dispõem de unidade de Ouvidoria própria	OGU-001 - Fortalecimento do segmento de Ouvidorias do Poder Executivo Federal	4ª, 5ª, 6ª e 7ª diretrizes.	n/a	Mensal
Objetivo do Indicador		Aferir o percentual de cobertura do segmento de Ouvidoria em relação à totalidade de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal				
Fórmula do Indicador		$(\text{Quantitativo de unidades de Ouvidorias em operação}) / (\text{Quantitativo de órgãos e unidades do Poder Executivo Federal existentes}) \times 100$				
4.3	Mobilização e orientação técnica do segmento de Ouvidorias do Poder Executivo Federal	Percentual de servidores e colaboradores das unidades de Ouvidoria do Poder Executivo Federal orientados	OGU-002 - Curso de Aperfeiçoamento em Ouvidoria; OGU-005 - Seminário Internacional em Ouvidoria Pública	4ª, 5ª, 6ª e 7ª diretrizes.	n/a	Mensal
Objetivo do Indicador		Aferir o percentual de servidores e colaboradores que participaram de procedimentos formais de orientação disponibilizados pela OGU (cursos de aperfeiçoamento, reuniões técnicas, palestras, dentre outros).				
Fórmula do Indicador		$(\text{Quantitativo de servidores e colaboradores que participaram de procedimentos formais de orientação}) / (\text{quantitativo total de servidores e colaboradores do Poder Executivo Federal}) \times 100$				

ii) Aferição dos indicadores no período:

Item	Meta do Indicador	Valor aferido	Data de aferição	Frequência de apuração
4.1	Não definida	93,2	17/01/2011	Mensal
4.2	Não definida	51,6	17/01/2011	Mensal
4.3	Não definida	32,1	21/01/2011	Mensal

iii) Histórico:

Item	1º semestre/2010	2º semestre/2009	1º semestre/2009	2º semestre/2008
4.1	92,4	92,4	94,4	
4.2	46,3	46,3	46,3	
4.3	43,7	43,7	19,5	

iv) Análise dos indicadores

4.1 - Aperfeiçoamento do atendimento às manifestações do cidadão

As ações de fortalecimento do segmento, de sensibilização dos gestores federais e do estímulo para a participação ativa da sociedade no controle da prestação de serviços públicos, permitiu que a OGU, com o apoio dos diversos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, concluisse em até 60 dias, 93,2% do quantitativo total de manifestações apresentadas pelos cidadãos no período, tendo por objeto a qualidade do serviço prestado pelos órgãos e entidades que ainda não instituíram unidade de Ouvidoria especializada.

4.2 - Fortalecimento do segmento de Ouvidorias do Poder Executivo Federal

O segundo semestre do exercício de 2010 foi encerrado com um substancial crescimento no quantitativo de unidades de ouvidorias especializadas, tendência que se observa desde 2003 (incremento de 313%). O segmento de ouvidorias do Poder Executivo Federal, ao final do exercício, alcançou o quantitativo de 165 unidades em atividade, com a criação de doze novas unidades no semestre. Isso representa, ao final de 2010, que 51,6% dos órgãos e entidades da administração superior possuem unidade de ouvidoria em operação. A descentralização e especialização da atividade de ouvidoria tem sido bem sucedida com a execução de ações de estímulo e sensibilização junto aos gestores federais.

4.3 - Mobilização e orientação técnica do segmento de Ouvidorias do Poder Executivo Federal

Foram realizados, ao longo do ano, eventos de capacitação e mobilização do segmento, considerados ambientes propícios para a disseminação de novos conhecimentos, facilitando o intercâmbio de experiências entre ouvidorias federais, estaduais e municipais e congêneres no mundo (*ombudsman*, provedor de justiça, *defensor del pueblo*, *médiateur*) permitindo que 32,1% dos servidores do segmento recebessem orientação específica sobre temas de interesse comum.

Diretoria de Gestão Interna (DGI)

i) Identificação de Macroprocessos e Indicadores

Item	Macroprocesso	Título do Indicador	Fórmula do Indicador	Ações do PAM Relacionadas	Relacionamento com o PII	Meta	Frequência de apuração
5.1	Recursos Humanos	Tempo Médio de Aposentadoria (TMA)	$TMA = S(\text{Prazos de trâmite dos processos de aposentadoria, desde a abertura até a data de publicação no DOU}) / \text{Número de}$	Não há	Não há	Reduzir ao mínimo	Anual

			pedidos de aposentadoria feitos no período				
Objetivo do Indicador		Medir o prazo médio, em dias, para aposentadoria de um servidor da CGU, desde a data de abertura do processo até a publicação da aposentadoria no DOU.					
5.2	Recursos Humanos	Percentual de execução da dotação de investimento em cursos de pós-graduação, com recursos da ação Capacitação de Servidores Públicos Federais, em áreas de interesse do Órgão	$I = \frac{\text{Valor executado}}{\text{Meta Financeira}} \times 100$	DGI-005	8ª Diretriz	100%	Anual
Objetivo do Indicador		Avaliar o nível de execução da meta financeira estabelecida pela Diretoria de Gestão Interna para fins de investimento em cursos de pós-graduação para os servidores da CGU em um exercício financeiro.					
5.3	Recursos Humanos	Perícias realizadas por dia útil	$Pe = \frac{\text{Quantidade de perícias realizadas no período}}{\text{Quantidade de dias do período}}$	Não há	Não há	Não definida	Anual
Objetivo do Indicador		Registrar a média diária de perícias realizadas pelo Serviço Médico da Sede/CGU. As homologações de atestados são realizadas através de perícias médicas individuais e juntas médicas, a fim de comprovar a doença, como também para certificar-se da aptidão para retorno ao trabalho.					
5.4	Recursos Humanos	Número de pareceres analisados ao ano	$Pa = \text{Quantidade de pareceres analisados por ano}$	Não há	Não há	Não definida	Anual
Objetivo do Indicador		Registrar o nível de atendimento do Serviço Médico da Sede/CGU. Os pareceres médicos são realizados para dar suporte às decisões administrativas, quando existam questões ligadas à área da saúde, como remoção por motivo de saúde, redução de jornada de trabalho, entre outros.					
5.5	Recursos Logísticos	Tempo Médio de Realização de Procedimento Licitatório na CGU (TMRPL)	$TMDL = \frac{S(\text{Prazos de realização dos processos licitatórios, desde a abertura do processo administrativo até a homologação do certame})}{\text{Número de procedimentos licitatórios realizados no período}}$	Não há	Não há	Reduzir ao mínimo	Anual
Objetivo do Indicador		Calcular o tempo médio, em dias, de realização de um procedimento licitatório na CGU, desde a data de abertura do processo administrativo até a homologação do certame (incluindo as fases de solicitação da área demandante, pesquisa de mercado, elaboração de minuta de edital e contrato, manifestação orçamentária, análise da Assessoria Jurídica, correções dos atos convocatórios, publicação do edital e realização do certame).					

5.6	Recursos Logísticos	Tempo Médio de Dispensa de Licitação na CGU (TMDL/CGU)	$TMRPL = S(\text{Prazos de realização dos processos de dispensa de licitação}) / \text{Número de dispensas de licitação realizadas no período}$	Não há	Não há	Reduzir ao mínimo	Anual
Objetivo do Indicador		Calcular o tempo médio, em dias, de realização de uma dispensa de licitação na CGU, amparada no art. 24, incisos I e II da Lei 8.666/93, e alterações posteriores, desde a data de abertura do processo administrativo até a emissão do empenho.					
5.7	Recursos Logísticos	Índice de republicação de editais - IRE	$IRE = (\text{N}^\circ \text{ de licitações republicadas}) \times 100 / (\text{N}^\circ \text{ total de licitações realizadas})$	Não há	Não há	Reduzir ao mínimo	Semestral
Objetivo do Indicador		Calcular o percentual de licitações que tiveram editais republicados (independente do número de republicações em uma mesma licitação).					
5.8	Execução Orçamentária e Financeira	Número de restrições contábeis do Órgão Central registradas pela Secretaria de Controle Interno/PR	$N1 = \text{Número de restrições contábeis do Órgão Central registradas no período}$	Não há	Não há	Entre 0 (zero) e 6 (seis) restrições/semestre	Semestral
Objetivo do Indicador		Avaliar os controles internos da unidade, bem como o grau de interação entre as áreas que compõem as unidades gestoras da Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento - CGPO/DGI.					
5.9	Execução Orçamentária e Financeira	Número de restrições contábeis das CGU-Regionais registradas pela Secretaria de Controle Interno/PR	$N2 = \text{Número de restrições contábeis das CGU-Regionais registradas no período}$	Não há	Não há	Entre 0 (zero) e 6 (seis) restrições/semestre	Semestral
Objetivo do Indicador		Acompanhar o registro dos atos de gestão orçamentária-financeira pelas unidades regionais da CGU.					
5.10	Execução Orçamentária e Financeira	Número percentual de viagens devolvidas para correção no SCDP - VDEV	$VDEV = (\text{N}^\circ \text{ de viagens devolvidas para correção no SCDP}) \times 100 / (\text{N}^\circ \text{ total de viagens registradas no SCDP no período})$	Não há	Não há	Reduzir ao mínimo	Semestral
Objetivo do Indicador		Identificar a proporção de viagens registradas no SCDP com necessidade de devolução ao solicitante, ao representante administrativo ou ao proponente para correção.					
5.11	Execução Orçamentária e Financeira	Número percentual de viagens com data de início em final de semana - VFDS	$VFDS = (\text{N}^\circ \text{ de viagens com data de início em final de semana}) \times 100 / (\text{N}^\circ \text{ total de viagens registradas no SCDP no período})$	Não há	Não há	Reduzir ao mínimo	Semestral

Objetivo do Indicador		Medir a proporção de viagens com data de início em final de semana.					
5.12	Execução Orçamentária e Financeira	Número percentual de viagens aéreas nacionais registradas com antecedência menor do que 10 dias - V10	$V10 = (N^{\circ} \text{ de viagens aéreas nacionais registradas com antecedência menor do que 10 dias}) \times 100 / (N^{\circ} \text{ total de viagens aéreas nacionais registradas no SCDP no período})$	Não há	Não há	Reduzir ao mínimo	Semestral
Objetivo do Indicador		Identificar a proporção de viagens aéreas nacionais registradas no SCDP que não estão em conformidade com o prazo mínimo de 10 dias estabelecido pela Portaria n.º 505, de 29/12/09.					
5.13	Gestão Documental	Indicador de Qualidade do Cadastro de Documentos e Processos	$IQC(NEP) = (\text{Cadastros Devolvidos}) \times 100 / (\text{Total de Cadastros})$	DGI-013 DGI-014	Não há	95%	Anual
Objetivo do Indicador		Medir a assertividade no cadastramento de documentos e processos pela CGSS/DGI.					
5.14	Gestão Documental	Distribuição Média de Tarefas por Setor da CGSS - DMT	$DMT = (\text{Total de tarefas executadas atinentes à atividade do Setor}) / (\text{Total de servidores do Setor} \times 52 \times 5)$	DGI 013 DGI 014	Não há.	Apresentar variação menor que 5 entre os valores apurados para cada Setor. A cada período de apuração, a média por setor também deve permanecer constante.	Semestral
Objetivo do Indicador		Mensurar a média de tarefas realizadas por servidor por dia útil, para cada um dos setores da CGSS.					
5.15	Gestão Documental	Tempo Médio de Permanência - TMP	$TMP = S(TS_i - TE_i) / n$ Onde: i - sequencial do documento e processo n - quantidade de documentos e processos que deram entrada TS - data e hora da saída TE - data e hora de entrada OBS: deve ser descontado o período do fim-de-semana.	DGI 013 DGI 014	Não há.	$TMP \leq 24$ horas	Semestral
Objetivo do Indicador		Mensurar o tempo médio, em horas, de permanência de processos e documentos na CGSS.					
5.16	Processo Disciplinar	Tempo médio de conclusão de processo administrativo disciplinar - TMPAD	$TMPAD = (\text{Somatório dos tempos de duração de todos os processos de PAD concluídos}) / (120 * n)$	Não há.	Não há.	$TMPAD \leq 1$	Anual

Objetivo do Indicador		Calcular o tempo médio de conclusão dos processos administrativos disciplinares conduzidos pela DGI e compará-lo com o prazo legal de 120 dias, estabelecido pela Lei 8.112/90.					
5.17	Processo Disciplinar	Tempo médio de conclusão de sindicância - TMSIND	TMSIND = (Somatório dos tempos de duração de todos os processos de Sindicância concluídos) / (60 * n)	Não há.	Não há.	TMSIND <= 1	Anual
Objetivo do Indicador		Calcular o tempo médio de conclusão das sindicâncias conduzidas pela DGI e compará-lo com o prazo legal de 60 dias, estabelecido pela Lei 8.112/90.					
5.18	Processo Disciplinar	Tempo médio para instauração de Comissão de PAD ou Sindicância – TMI.	TMI = (Somatório dos dias decorridos entre o recebimento de cada denúncia e a instauração dos respectivos processos) / (Nº de processos instaurados)	Não há.	Não há.	Reduzir ao mínimo	Anual
Objetivo do Indicador		Mensurar o tempo médio, em dias, decorrido entre o recebimento de uma denúncia pela DGI e a instauração de um PAD ou uma Sindicância para apurar o fato.					

ii) Aferição dos Indicadores no período

Item	Meta do Indicador	Valor aferido	Data de aferição	Frequência de apuração
5.1	Reduzir ao mínimo	48,59 dias ¹	31/12/2010	Anual
5.2	100%	38,66%	31/12/2010	Anual
5.3	Não definida	7,8 perícias/dia útil	31/12/2010	Anual
5.4	Não definida	128 pareceres	31/12/2010	Anual
5.5	Reduzir ao mínimo	79 dias	31/12/2010	Anual
5.6	Reduzir ao mínimo	12,89 dias	31/12/2010	Anual
5.7	Reduzir ao mínimo	9,75%	31/12/2010	Semestral
5.8	Entre 0 (zero) e 6 (seis) restrições/semestre	6 restrições	31/12/2010	Semestral
5.9	Entre 0 (zero) e 6 (seis) restrições/semestre	4 restrições	31/12/2010	Semestral
5.10	Reduzir ao mínimo	20,83%	31/12/2010	Semestral
5.11	Reduzir ao mínimo	30,93%	31/12/2010	Semestral
5.12	Reduzir ao mínimo ²	70,25%	31/12/2010	Semestral
5.13	95%	99,90%	31/12/2010	Anual
5.14	Apresentar variação menor que 5 entre os valores apurados para cada Setor. A cada período de apuração, a média por setor também deve permanecer constante.	5,6	31/12/2010	Semestral
5.15	TMP <= 24 horas	24,66 horas	31/12/2010	Semestral
5.16	TMPAD <= 1	- ³	31/12/2010	Anual

Item	Meta do Indicador	Valor aferido	Data de aferição	Frequência de apuração
5.17	TMSIND <= 1	- ³	31/12/2010	Anual
5.18	Reduzir ao mínimo	53,75 dias	31/12/2010	Anual

¹ Ressalte-se que os processos de maior período na área – 00208.000156/2009-19 (276 dias), 00190.014351/2009-54 (268 dias), 00190.002428/2009-43 (359 dias) e 00190.003897/2007-18 (1278 dias) não integram o cálculo do TMA, em virtude de sobrestamento em arquivo, por solicitação dos próprios servidores.

² A meta do indicador foi alterada de “100%” para “Reduzir ao mínimo”, pois estava incorreta.

³ Não houve ocorrências que possibilitassem a apuração do indicador no período.

iii) Histórico

Item	1º semestre/2010	2º semestre/2009	1º semestre/2009	2º semestre/2008
5.1	34,28 dias*	27,8 dias		27,73 dias
5.2	15,75%*	44,83%		20,65%
5.3	12 perícias/dia útil*	3,05 perícias / dia útil		
5.4	58 pareceres*	129 pareceres		84 pareceres
5.5	-	82 dias		102 dias
5.6	-	11 dias		14 dias
5.7	**			
5.8	10	9 (nove) restrições		
5.9	3	6 (seis) restrições		
5.10	8,91%			
5.11	36,64%			
5.12	51,70%			
5.13	91,09%*	99,84%		
5.14	7,97%			
5.15	27:50:38 h			
5.16	**	1,02		
5.17	**	1,48		
5.18	**	61,5 dias		

* Apesar de a frequência de apuração ter sido definida como anual, optou-se por realizar uma apuração prévia, semestral, para fins de acompanhamento da atividade.

** Não houve ocorrências que possibilitassem a apuração do indicador no período.

iv) Análise dos indicadores

5.1 a 5.4 - Recursos Humanos

O primeiro indicador utilizado na área de Recursos Humanos refere-se ao Tempo Médio de Aposentadoria (TMA) de servidor da CGU, que mede o prazo médio para aposentadoria de um servidor desde a data de abertura do processo até a publicação da aposentadoria no DOU. Quanto ao aumento verificado em relação ao índice dos períodos anteriores (48,59 dias em 2010 contra menos de 28 dias em 2009 e em 2008), importa destacar que tal fato decorreu da mudança na forma de apuração do indicador, passando-se a considerar todos os processos em trâmite na área, independente de tratar-se de aposentadoria voluntária ou por invalidez, tendo em vista que a descrição atual do objetivo do indicador não faz distinção entre os tipos de aposentadoria.

Quanto ao indicador referente à Qualificação de servidores para o exercício das competências institucionais da CGU, cujo objetivo é avaliar a adequação da meta financeira estabelecida pela Diretoria de Gestão Interna para fins de investimento em cursos de pós-graduação para os servidores em exercício na CGU, o percentual de execução orçamentária e financeira das ações de pós-graduação (inclusive das autorizações concedidas nos anos anteriores) alcançou 38,66%.

O resultado apurado em 2010 (38,66%), inferior ao apurado no ano anterior (44,83%), deveu-se ao aumento, no ano de 2010, do valor destinado às ações de pós-graduação, pela Portaria nº 266, de 10 de fevereiro de 2010, para R\$ 250.000,00. Caso fosse mantido o valor definido nos dois anos anteriores, 2008 e 2009, de R\$ 200.000,00, o percentual apurado seria de 48,33%. Em virtude disso, e considerando o comportamento observado do indicador nos exercícios anteriores, para o ano de 2011 o valor será mantido em R\$ 200.000,00.

Na Área de Saúde/CGU, os indicadores alcançaram as seguintes realizações: i) Indicador: Perícias realizadas por dia útil durante o ano - 7,8 perícias/dia útil; e ii) Indicador: Número de pareceres emitidos em processos administrativos durante o ano - 128 pareceres emitidos.

Ressalte-se que a média de 7,8 perícias/dia útil refere-se às homologações de licenças realizadas, tanto nos casos de perícia singular, quanto nos casos de junta médica, e que foi bastante superior ao ano de 2009, em que a média apurada foi de 3,05 perícias/dia útil, indicando um aumento expressivo no número de licenças médicas homologadas. Não foram considerados para o cálculo os demais atendimentos realizados pelo Serviço Médico, tais como consultas médicas, aferições de pressão arterial, administração de medicamentos e outros.

Quanto ao número de pareceres emitidos, o número foi praticamente equivalente ao ano de 2009, no qual foram contabilizados 129 pareceres.

5.5 a 5.7 - Recursos Logísticos

No tocante à área de Recursos Logísticos, pode-se observar, de acordo com o Gráfico a seguir, melhora gradativa de 2008 até 2010 no que tange ao indicador Tempo Médio de Realização de Procedimento Licitatório (TMRPL), que considera a data de autuação dos processos até a homologação do certame.

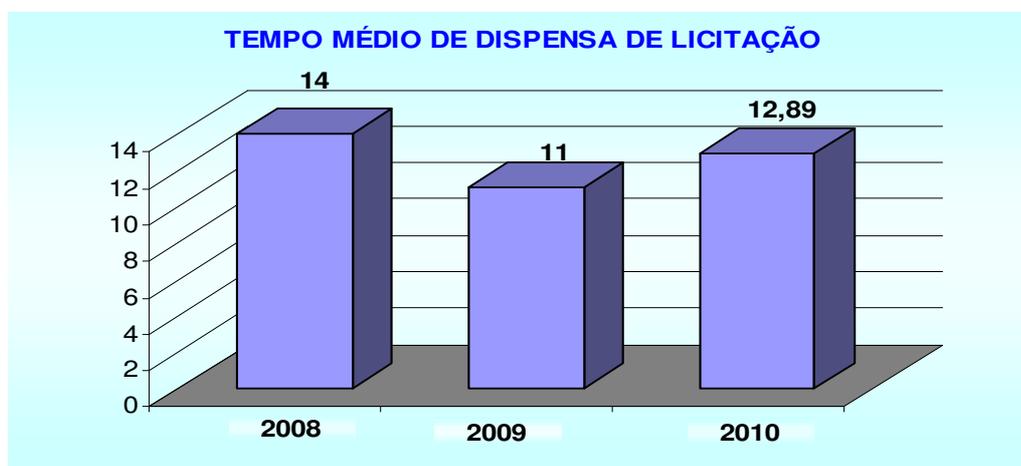


Conforme Tabela seguinte, verifica-se que os pregões que tiveram o maior Tempo Médio de Realização de Procedimento Licitatório (TMRPL) referem-se a objetos complexos, que envolveram análise por diversas áreas.

PREGÃO	OBJETO	TMRPL
3	Limpeza e Conservação	103
23	Transporte de Cargas	104
27	Brigadista	119
12	Estações de Trabalho (1502 Desktops)	126
1	Software Banco de Dados/Windows Server	132
22	Dispositivos/Acessórios p/ Computadores	136
25	Cartuchos p/ Fax	140
38	Projeto - Entrada Darcy Ribeiro	140
26	Licenças IBM Tivoli	143
29	Consultoria/Elevadores	159
14	Vigilância	161
32	Toner - HP 2820	181
31	Sistema de Prevenção Contra Incêndio	214
20	Desenvolvimento/Manutenção Sistemas	279

Já o Tempo Médio de Dispensa de Licitação (TMDL) apurado foi de 12,89 dias, levando-se em conta a data de autuação dos processos até a remessa dos autos à Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento – CGPO, para empenho.

Em comparação com o exercício de 2009, houve um pequeno aumento, apesar de continuar inferior ao indicador de 2008, conforme gráfico a seguir.



Vale observar que, no exercício de 2010, para o cálculo do indicador TMDL, foram desconsideradas as dispensas relativas à capacitação e processos cuja autuação foi realizada pelas áreas demandantes, mas por motivos diversos somente os enviaram à Área de Licitações após longo período, impactando sobremaneira o cálculo do indicador em comento.

Quanto ao Índice de Republicação de Editais, houve quatro republicações de editais, o que representa um índice de 9,75% em relação ao total de licitações (41).

5.8 a 5.12 - Execução Orçamentária e Financeira

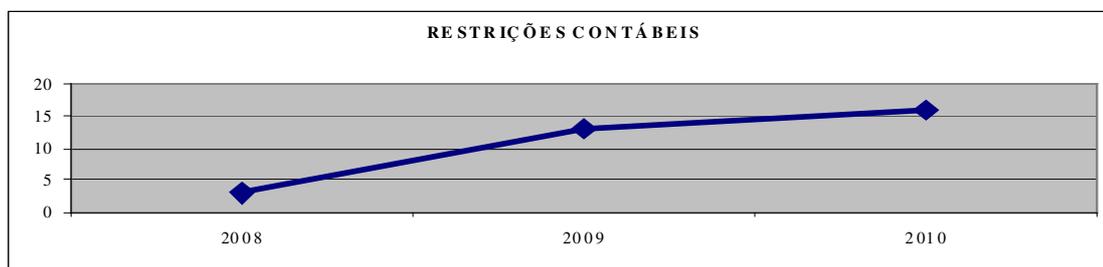
O monitoramento feito pela Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento (CGPO/DGI), junto ao Órgão Central e às Unidades Regionais, no intuito de acompanhar os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, objetiva promover a melhoria nos controles internos, bem como uma maior interação entre as áreas que compõem essas Unidades e, por conseguinte, promover o alcance da meta prevista, entre 0 (zero) e 6(seis) restrições contábeis recebidas por semestre. Esse acompanhamento é realizado por meio de contatos telefônicos, e-mails e mensagens SIAFI.

O Indicador de Restrições Contábeis do Órgão Central, no exercício de 2010, apresentou um índice equivalente a 1,33 restrição/mês e não alcançou a meta prevista para o exercício. Esse acréscimo na quantidade de restrições contábeis registradas se deve a saldo alongado constante na conta contábil 1.9.9.7.2.02.00 – Contratos de Serviços, haja vista que a solução das inconsistências e desequilíbrios contábeis apontados pelo SIAFI, passa pela atuação de diversas áreas da Diretoria e, nem sempre, acontece em tempo oportuno.

RESTRICÇÕES CONTÁBEIS REGISTRADAS PELA Ciset/PR

EXERCÍCIO	UNIDADES GESTORAS	QUANTIDADE RESTRICÇÕES
2008	170940, 110174, 110175 e 110176	3
2009	170940, 110174, 110175 e 110176	13
2010	170940, 110174, 110175 e 110176	16

Fonte: SIAFI Operacional

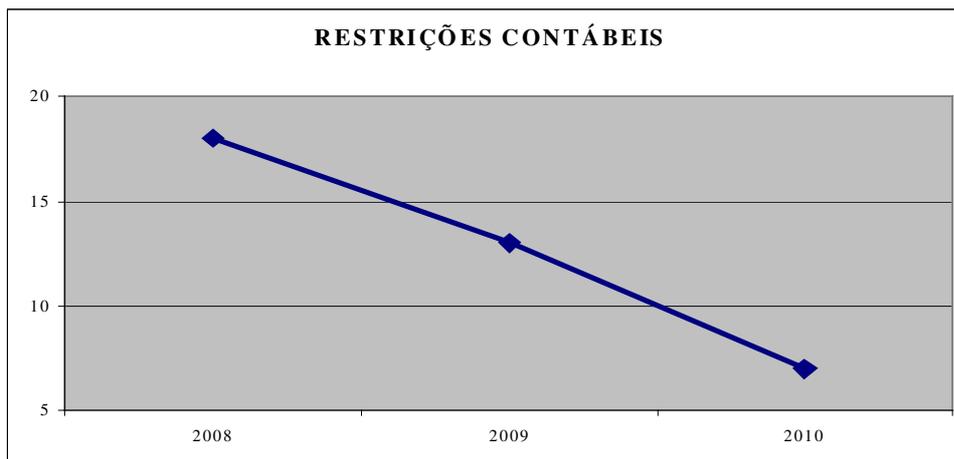


Nas Unidades Regionais, o Indicador de Restrições Contábeis para o exercício de 2010 alcançou a meta, apresentando decréscimo na ordem de 46% em relação ao exercício de 2009, resultado dos esforços da CGPO no monitoramento dessas Unidades, cujo enfoque de acompanhamento mais amigável se iniciou no exercício de 2008 por meio do Projeto de Visita Técnica às Unidades Regionais.

RESTRICÇÕES CONTÁBEIS REGISTRADAS PELA Ciset/PR

EXERCÍCIO	UNIDADES REGIONAIS	QUANTIDADE RESTRICÇÕES
2008	170023 - CGU/PA, 170049 - CGU/RN, 170054 - CGU/PB, 170063 - CGU/PE, 170068 - CGU/AL, 170099 - CGU/MG, 170113 - CGU/MS, 170130 - CGU/RJ, 170174 - CGU/SC, 17202 - CGU/RO, 170364 - CGU/TO, 170365 - CGU/AP e 170366 - CGU/RR	18
2009	170037 - CGU/PI, 170068 - CGU/AL, 170130 - CGU/RJ, 170174 - CGU/SC, 170189 - CGU/RS, 170200 - CGU/GO, 170202 - CGU/RO, 170364 - CGU/TO e 170365 - CGU/AP	13
2010	170063 - CGU/PE, 170364 - CGU/TO, 170068 - CGU/AL, 170099 - CGU/MG, 170194 - CGU/MT e 170084 - CGU/BA	7

Fonte: SIAFI Operacional



Os indicadores referentes às viagens ocorridas na CGU (% de viagens devolvidas para correção no SCDP, % de viagens com data de início em final de semana e % de viagens aéreas nacionais registradas com antecedência menor do que dez dias) demonstram o seguinte resultado:

Quantidade total de viagens	Quantitativo	Proporção
	8.529	100,00%
Viagens iniciadas em final de semana	2.913	34,15%
Viagens devolvidas para correção	1.203	14,10%

Quantidade total de viagens aéreas nacionais	Quantitativo	Proporção
	2.246	100,00%
Viagens aéreas nacionais registradas com menos de 10 dias	1.365	60,77%

Com relação ao percentual de viagens iniciadas em final de semana, houve uma redução de 47,57% quando comparado ao exercício de 2009. De qualquer forma, o índice apresentado está relacionado à necessidade de início dos trabalhos na segunda-feira pela manhã, sendo necessário que as viagens ocorram com um dia de antecedência. Outro fator que colabora para esse índice é o disposto na Portaria MPOG n.º 505, de 30/12/09 em seu artigo 1º, inciso III, alíneas “b”, “c” e “d”.

O percentual de viagens devolvidas ao solicitante ou ao proponente no SCDP para correção sofreu uma redução de 55,15% em comparação ao exercício de 2009. Essas devoluções estão relacionadas às observações/justificativas apresentadas no SCDP.

O percentual superior a 60% de viagens nacionais com passagem aérea registradas com prazo inferior a dez dias decorreu principalmente das operações especiais de caráter sigiloso, com destaque para aquelas em parceria com a Polícia Federal, que demandam mínima antecedência para o início dos trabalhos, até como forma de garantir o sigilo da operação. Além disso, devem ser considerados os trabalhos de fiscalização de municípios e estados decorrentes de sorteios públicos, que demandam viagens logo após sua realização. Apesar disso, em comparação ao exercício de 2009, o referido percentual sofreu uma redução de 6,12%, o que demonstra os esforços da Diretoria de Gestão Interna em promover maior rigor no cumprimento do disposto na Portaria MPOG n.º 505, de 30/12/09, em seu artigo 1º, inciso I.

5.13 a 5.15 - Gestão Documental

Na área de gestão documental, a cargo da Coordenação-Geral de Serviços de Secretaria - CGSS, os indicadores utilizados foram o grau de eficiência do cadastro de documentos e processos, a média de ações por área/servidor e o tempo médio de permanência de documentos ou processos recebidos na área para autuação e cadastramento.

O grau de eficiência no cadastro de documentos foi apurado mediante a avaliação do quantitativo de documentos e processos cadastrados em relação aos cadastramentos executados com erro. Tal indicador apresentou um resultado de 99,90% de acertos, conforme tabela a seguir:

Demonstrativo do Índice de Desempenho da CGSS - 2010				
Período	Acertos (em%)		Erros (em%)	
	2009	2010	2009	2010
Janeiro	99,57	99,95	0,43	0,05
Fevereiro	99,76	99,76	0,24	0,24
Março	99,74	99,73	0,26	0,27
Abril	99,8	99,93	0,2	0,07
Maio	99,85	99,95	0,15	0,05
Junho	99,85	99,91	0,15	0,09
Julho	99,86	99,91	0,14	0,09
Agosto	99,2	99,93	0,2	0,07
Setembro	99,85	99,91	0,15	0,09
Outubro	99,87	99,91	0,13	0,09
Novembro	99,95	99,90	0,05	0,10
Dezembro	99,97	99,94	0,03	0,06
Média Anual	99,84	99,90	0,16	0,10

Observa-se que os valores permaneceram praticamente constantes, como reflexo da consolidação dos aperfeiçoamentos realizados nas rotinas de trabalho da área responsável pelo cadastro de documentos avulsos e de processos.

O tempo médio de permanência de documentos da CGSS foi calculado pela diferença entre a data e horário de recebimento do documento avulso ou processo e o seu recebimento pelos usuários finais, cujos resultados estão assim representados:

Tempo Médio de Permanência	
2009	2010
72 h	24,66 h

Houve um aperfeiçoamento do cálculo do indicador, com a conversão da unidade de medida para horas (anteriormente medido em dias), tendo em vista que a racionalização dos procedimentos internos foi responsável por uma drástica redução desse tempo. Deve-se mencionar que, do total de

documentos avulsos e processos recebidos na CGSS, 28 % permaneceu da área por menos de quatro horas.

O outro indicador é a média de atividades realizadas por servidor/dia, espelhando o equilíbrio do quantitativo de pessoal e de tarefas entre os diversos setores da CGSS, calculado com base na quantidade de operações específicas de cada uma das áreas, dentre aquelas passíveis de registro e identificação nos Sistemas Corporativos, em relação ao quantitativo de servidores envolvidos na realização dessas operações, conforme a seguir:

DEMONSTRATIVO DE PRODUTIVIDADE - 2010						
Área / Atividade	Ações realizadas		Média Anual por Servidor		Média Diária por Servidor	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Arquivo	31.366	33.541	3.485,11	3.354,00	12,91	12,90
Autuação	20.907	26.389	5.226,75	6.597,00	19,36	23,37
Cadastro	63.132	107.815	5.261,00	7.187,00	19,49	26,14
CRG	18.245	20.490	6.081,67	5.122,00	22,52	19,70
Gabinete	24.757	25.954	3.536,71	2.883,78	13,10	10,49
Expedição	38.852	49.482	6.475,33	7.068,86	23,98	27,19
Totais	197.259	263.671	5.011,10	5.368,77	18,56	19,96

Destaque-se que as médias da área de arquivo e gabinete apresentam valores inferiores aos demais setores, em face da natureza das atividades: na área de arquivo, grande parte do trabalho diz respeito à preparação dos materiais a serem arquivados, o que se constitui em tarefa bastante minuciosa e demorada, e no gabinete da Coordenação-Geral, as atividades são principalmente de controle e gerência.

Observa-se, ainda, em relação à produtividade, que houve um substancial aumento da quantidade de tarefas executadas, na ordem de 33,5 %, em especial nas áreas de cadastro e expedição, com o consequente aumento das médias de tarefas executadas por servidor. Isso foi possível mediante a racionalização de procedimentos, que, ao tempo em que proporcionou o aumento da eficiência, também permitiu o deslocamento de servidores adicionais para executar as tarefas que sofreram maior incremento.

O desvio médio entre as médias diárias por servidor em 2010 foi de 5,6 - bastante próximo da meta. A diferença pode ser creditada ao incremento das atividades de cadastro e de expedição de documentos.

5.16 a 5.18 - Processo Disciplinar

Para avaliar o desempenho da Comissão Disciplinar Permanente da CGU, administrativamente ligada à Diretoria de Gestão Interna, foram estabelecidos três indicadores, quais sejam:

- a) Tempo Médio de Conclusão de Processo Administrativo Disciplinar – TMPAD;
- b) Tempo Médio de Conclusão de Sindicância – TMSIND;
- c) Tempo Médio para Instauração de Comissão de PAD ou Sindicância – TMI.

Considerando que em 2010 não houve conclusão de Processo Administrativo Disciplinar quanto abertura de Sindicância, os indicadores de tempo médio de conclusão não puderam ser calculados para o exercício. Em substituição aos citados indicadores, expõe-se a tabela abaixo, que relaciona os processos abertos e ainda não finalizados e os respectivos motivos de atraso nos trabalhos.

PAD (nº processo)	Razões do Atraso	Regional
00190.007254/2006-62	Os autos se referem à irregularidades cometidas por dois acusados há seis anos atrás. As investigações necessárias são complexas e requerem o fornecimento de informações por parte de diversas instituições.	Ceará
00190.007258/2010-27	Os autos se referem à irregularidades cometidas por um acusado há seis anos atrás. As investigações necessárias são complexas e requerem o fornecimento de informações por parte de diversas instituições.	Ceará
0213.000060/2010-15	O PAD já poderia ter sido concluído se o chefe da Regional do Pará não tivesse alegado à Comissão Processante que tem provas contra o acusado, que ainda não podem ser reveladas, sob pena de prejudicar uma Operação Especial realizada pela CGU.	Pará
00190.003919/2010-45	Grande dificuldade de reunir em Natal testemunhas que não têm vínculo com a CGU.	Rio Grande do Norte

O TMI é calculado dividindo-se o somatório dos tempos decorridos entre o recebimento das denúncias pela Diretoria de Gestão Interna e a instauração dos processos disciplinares, pelo número de processos instaurados. O indicador foi construído levando-se em conta o princípio da celeridade processual, previsto no Inciso LXXVIII do Artigo 5º da Constituição Federal. Como no exercício de 2009, o indicador mediu 61,5 dias, percebe-se que no ano de 2010 houve uma melhora de aproximadamente 13% na celeridade de abertura de procedimentos disciplinares.

	Processo	Informação	Portaria	Tempo	Indicador
1	00190.007254/2006-62	20/01/2010	29/01/2010	09 dias	53,75 dias
2	00190.007258/2010-27	18/03/2010	24/03/2010	06 dias	
3	00213.000060/2010-15	30/06/2010	05/11/2010	155 dias	
4	00190.003919/2010-45	03/03/2010	16/04/2010	45 dias	

Diretoria de Sistemas e Informação (DSI)

i) Identificação de Macroprocessos e Indicadores

Item	Macroprocesso	Título do Indicador	Fórmula do Indicador	Relacionamento com o PII	Meta	Frequência de Apuração
6.1	Gerenciamento de Rede	Índice de Alocação de Horas de Trabalho	Razão entre o somatório da quantidade de horas trabalhadas (não incluindo ausências, férias e treinamento) de todos os servidores da área (excetuando-se os líderes de equipe e coordenadores) e o somatório total de horas potenciais desses mesmos servidores, no período de aferição	8ª. Diretriz	1,0	Semestral
	Administração de Rede					
	Segurança de Rede					
	Projetos de Rede					
	Gestão de Ativos e Fornecedores					
	Gestão de Suporte Técnico					
	Desenvolvimento e manutenção de sistemas					
	Gestão de senhas					

Item	Macroprocesso	Título do Indicador	Fórmula do Indicador	Relacionamento com o PII	Meta	Frequência de Apuração
	Homologação de software					
	Gestão e suporte a portais e intranet					
	Administração de banco de dados					
Objetivo do Indicador		Aferir a efetividade de horas trabalhadas nas atividades das áreas, excluindo-se absenteísmo, férias e horas dedicadas a treinamento.				

ii) Aferição dos indicadores no período:

Item	Meta do Indicador	Valor aferido	Data de aferição	Frequência de apuração
6.1	1,0	1,0	31/12/2009	Semestral

iii) Histórico

Item	1º semestre/2010	2º semestre/2009	1º semestre/2009	2º semestre/2008
6.1	0,99	1,0		

iv) Análise dos indicadores

Diante do alcance das metas que lhe foram atribuídas, pode-se considerar como efetivo o desempenho da DSI. O não atendimento de parte das demandas apresentadas pelas áreas deveu-se, basicamente, à histórica defasagem entre o volume de serviços e o quantitativo de pessoal – situação que se pretende superar a partir de 2011, com a terceirização de parte dos serviços, tanto da área de infraestrutura quanto da de desenvolvimento e manutenção de sistemas, de modo a viabilizar o foco da equipe de servidores nas ações do nível tático e estratégico, sempre com o propósito de aprimorar os processos de trabalho da CGU.

ITEM 4 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	280.565,27	6.961,69	273.603,58	0,00
2008	502.736,67	399.948,30	102.788,37	0,00
2007	1.840.268,64	3.148,80	1.837.119,84	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	8.996.229,22	1.423.340,97	7.365.052,81	207.835,44
2008	7.825.038,63	1.659.102,74	6.123.435,39	42.500,50
2007	5.195.319,20	624.638,31	4.570.680,89	0,00
Observações:				
- Decreto nº 7.057, de 29/12/2009, DOU de 30/12/2009.				

Fonte: SIAFI

4.2 Análise Crítica

Em análise ao quadro anterior, constata-se que a permanência de valores inscritos em Restos a Pagar não Processados inscritos em exercícios anteriores ocorreu por força do Decreto nº 7.057, de 29 de dezembro de 2009, que prorroga, até 31 de dezembro de 2010, a validade dos restos a pagar não processados inscritos nos exercícios financeiros de 2007 e 2008.

Ressalta-se o esforço da gestão financeira deste Órgão no sentido de realizar a execução dos Restos a Pagar, o que se evidencia pelo pagamento significativo dos restos a pagar processados e não processados e pelo volume de cancelamentos efetuados, levando-se em consideração o interesse da Administração Pública.

Com relação ao saldo a Pagar em 31/12/2010, seguem alguns esclarecimentos:

- i. A importância de R\$ 41.869,31 do saldo dos empenhos inscritos em 2008 refere-se à contratação de serviços telefônicos ainda não faturados pela empresa, impedindo que a área financeira proceda ao devido pagamento;
- ii. Situação semelhante ocorre quanto à maioria dos empenhos inscritos no exercício de 2009, haja vista a existência de faturas pendentes de faturamento e, ainda, de faturas pendentes de pagamento aguardando a análise jurídica para aplicação de penalidades contratuais, o que perfaz a importância de R\$ 158.738,64.

Quando se analisa a coluna montante inscrito, verifica-se um crescimento, exercício a exercício, no montante de despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados. Tal acréscimo pode ser explicado pela sistemática de execução do orçamento sob a forma de liberação de limites orçamentário que nem sempre ocorre de forma gradual ao longo do exercício, inviabilizando a plena execução do orçamento, e obrigando, muitas vezes, aos órgãos, a utilização desse mecanismo de execução, situação que compromete os limites financeiros do exercício seguinte.

ITEM 5 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

QUADRO A.5.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010 ¹
	Autorizada	Efetiva		
1 Provedimento de cargo efetivo		2604		
1.1 Membros de poder e agentes políticos		1		
1.2 Servidores de Carreira		2603		
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	5000	2409	1	146
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		29		
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório		2		
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas		163		
1.3 Servidores com Contratos Temporários		0		
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença		139		
1.4.1 Cedidos		132		
1.4.2 Removidos		1		

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010 ¹
	Autorizada	Efetiva		
1.4.3 Licença remunerada		2		
1.4.4 Licença não remunerada		4		
2 Provisamento de cargo em comissão		443		
2.1 Cargos Natureza Especial		1		
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior		407		
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		338		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		16		
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas		27		
2.2.4 Sem vínculo		21		
2.2.5 Aposentado		5		
2.3 Funções gratificadas		35		
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		30		
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		-		
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas		5		
3 Total ²		3047		

Fonte: SIAPE

¹ O quantitativo de servidores egressos em 2010 é constituído de vacâncias, exonerações, aposentadorias, falecimentos e duas nomeações tornadas sem efeito (concurso 2008).

² No total de servidores, considerado como o somatório dos cargos de provimento efetivo mais os de provimento em comissão, há que se considerar que existe um grande quantitativo de servidores que ocupam cargo efetivo e também ocupam cargo em comissão.

QUADRO A.5.2 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provisamento de cargo efetivo	290	839	799	540	81
1.1. Membros de poder e agentes políticos					1
1.2. Servidores de Carreira ¹	288	821	742	495	63
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	2	18	57	45	17
2. Provisamento de cargo em comissão	34	174	163	62	10
2.1. Cargos de Natureza Especial			1		
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	30	164	151	54	8
2.3. Funções gratificadas	4	10	11	8	2

Fonte: SIAPE

¹ Considerados somente os servidores de Carreira vinculados ao Órgão.

QUADRO A.5.3 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provisamento de cargo efetivo					91	1722	569	154	13
1.1. Membros de poder e agentes políticos								1	
1.2. Servidores de Carreira ¹					91	1624	537	144	13
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença						98	32	9	
2. Provisamento de cargo em comissão					22	354	66	1	

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
2.1. Cargos de Natureza Especial								1	
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					16	325	66		
2.3. Funções gratificadas					6	29			

LEGENDA
Nível de Escolaridade
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema de Atualização Cadastral de Recursos Humanos da CGU.

¹ Considerados somente os servidores de Carreira vinculados ao Órgão.

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

QUADRO A.5.4 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	232	59
1.1 Voluntária	217	58
1.2 Compulsório	1	
1.3 Invalidez Permanente	14	1
1.4 Outras		
2 Proporcional	34	3
2.1 Voluntária	21	
2.2 Compulsório	3	
2.3 Invalidez Permanente	10	3
2.4 Outras		

Fonte: SIAPE

QUADRO A.5.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	1	
2. Proporcional	36	2

Fonte: SIAPE

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	81	81	90	85	547.890,21
Área Fim	46	46	53	52	322.288,36
Área Meio	35	35	37	33	225.601,85
Nível Médio	21	19	17	16	109.578,04
Área Fim	15	16	14	14	90.240,74
Área Meio	6	3	3	2	19.337,30

Fonte: SIAPE

5.4 Quadro de custos de recursos humanos

QUADRO A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010

Ver Anexo IV – fls. 112.

5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

QUADRO A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Ver Anexo V.-fls. 113.

QUADRO A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Ver Anexo VI.-fls. 114.

QUADRO A.5.10 – DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Ver Anexo VII.-fls. 115.

5.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Absenteísmo

O índice de absenteísmo apurado diz respeito às ausências do trabalho não justificadas, ou seja, às ocorrências de falta registradas nas folhas de frequência verificadas durante o exercício de 2010, em relação ao total de dias úteis do exercício e analisadas no contexto do total de servidores em exercício na CGU:

Título do Indicador	Absenteísmo _I (Absenteísmo por motivo injustificado – faltas ao serviço).
Objetivo do Indicador	Verificar o índice de absenteísmo por faltas ocorrido no ano de 2010, em relação ao total de servidores em exercício na CGU.
Fórmula do Indicador	Absenteísmo _I = [(Número de ocorrências de faltas/Quantidade de dias úteis no exercício)/Quantitativo total de servidores em exercício]

Cálculo do Indicador:

$$\text{Absenteísmo}_I = (250/252)/2603$$

$$\text{Absenteísmo}_I = 0,99/2603$$

$$\text{Absenteísmo}_I = 3,80 \text{ faltas ao ano}$$

A partir deste exercício de 2011 serão instituídos os controles para possibilitar também a apuração do índice de absenteísmo por motivos justificados, relativos aos afastamentos e licenças previstos em lei.

Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Conforme dados do Serviço Médico da CGU, foram registrados seis acidentes de trabalho durante o ano de 2010. Com relação às doenças ocupacionais, não foram verificados casos com nexos causais que possam ser atribuídos às atividades desempenhadas pelos servidores neste Órgão.

Rotatividade (turnover)

Título do Indicador	Rotatividade (Tempo de permanência de um servidor na CGU).
Objetivo do Indicador	Medir o prazo médio, em anos, de tempo de permanência dos servidores na CGU, desde a data do ingresso até a data de saída, no ano de 2010.
Fórmula do Indicador	$TMA = [S \text{ (Tempo de permanência, desde o ingresso no cargo até a saída)} / \text{Número de pedidos de desligamentos feitos no período}] / 365$

- SAÍDAS AFC

Item	Data	Cargo	Tipo de saída (Vacância/Exoneração)	Data	Tempo
	Ingresso no cargo	TFC/AFC		Vacância	Permanência na CGU (em dias)
1	10/10/2008	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	02/02/2010	477
2	30/06/2006	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	02/02/2010	1311
3	23/03/2009	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	10/02/2010	321
4	11/05/2007	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	30/03/2010	1054
5	05/07/2004	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	21/06/2010	2176
6	29/06/2006	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	21/06/2010	1453
7	10/10/2008	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	01/07/2010	630
8	10/10/2008	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	01/07/2010	630
9	10/10/2008	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	01/07/2010	630
10	10/10/2008	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	01/07/2010	630
11	01/06/2007	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	01/07/2010	1127
12	01/04/2009	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	03/08/2010	490
13	29/06/2006	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	05/08/2010	1499
14	10/10/2008	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	05/08/2010	664
15	09/07/2004	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	30/07/2010	2213
16	13/01/2008	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	09/08/2010	940

Item	Data	Cargo	Tipo de saída (Vacância/Exoneração)	Data	Tempo
	Ingresso no cargo	TFC/AFC		Vacância	Permanência na CGU (em dias)
17	07/07/2004	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	10/08/2010	2226
18	10/10/2008	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	16/08/2010	676
19	10/10/2008	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	23/08/2010	683
20	25/09/2009	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	29/11/2010	430
21	03/11/2009	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	19/11/2010	381
22	28/09/2009	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	22/11/2010	420
23	10/10/2008	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	01/12/2010	783
24	10/10/2008	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	01/12/2010	783
25	11/05/2007	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	01/12/2010	1299
26	10/10/2008	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	01/12/2010	783
27	29/07/2005	AFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	16/12/2010	1965
28	22/10/2009	AFC	Exoneração a pedido	06/09/2010	318

Tempo Médio de permanência de um Analista de Finanças e Controle com saída no exercício de 2010: 2 anos e 64 dias.

- SAÍDAS TFC

Item	Data	Cargo	Tipo de saída (Vacância/Exoneração)	Data	Tempo
	Ingresso no cargo	TFC/AFC		Vacância	Permanência na CGU (em dias)
1	25/05/2009	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	07/01/2010	226
2	14/07/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	19/01/2010	554
3	25/05/2009	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	10/02/2010	258
4	10/11/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	01/03/2010	478
5	24/11/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	29/03/2010	492
6	14/07/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	25/03/2010	620
7	12/11/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	07/04/2010	512
8	15/07/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	07/04/2010	631
9	22/07/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	29/04/2010	646
10	29/05/2009	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	03/05/2010	339
11	02/01/1995	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	24/05/2010	5621

Item	Data	Cargo	Tipo de saída (Vacância/Exoneração)	Data	Tempo
	Ingresso no cargo	TFC/AFC		Vacância	Permanência na CGU (em dias)
12	18/07/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	01/06/2010	683
13	10/11/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	01/07/2010	600
14	25/07/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	01/07/2010	707
15	10/11/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	02/07/2010	601
16	21/11/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	05/07/2010	593
17	22/07/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	01/07/2010	710
18	05/12/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	09/07/2010	582
19	24/11/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	16/07/2010	601
20	03/12/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	13/07/2010	588
21	17/11/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	22/06/2010	583
22	03/12/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	27/07/2010	602
23	10/11/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	29/07/2010	628
24	18/07/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	05/08/2010	749
25	15/07/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	05/08/2010	752
26	15/07/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	05/08/2010	752
27	01/08/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	05/08/2010	735
28	01/12/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	23/08/2010	631
29	15/07/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	30/07/2010	565
30	24/07/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	23/08/2010	761
31	29/07/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	27/08/2010	760
32	01/08/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	10/09/2010	770
33	21/07/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	20/09/2010	790
34	10/11/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	21/09/2010	681
35	11/11/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	19/11/2010	739
36	21/07/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	15/12/2010	877

Item	Data	Cargo	Tipo de saída (Vacância/Exoneração)	Data	Tempo
	Ingresso no cargo	TFC/AFC		Vacância	Permanência na CGU (em dias)
37	16/07/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	03/12/2010	870
38	10/11/2008	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	03/12/2010	755
39	26/05/2009	TFC	Vacância por posse em cargo inacumulável	19/11/2010	540
40	03/06/2009	TFC	Exoneração a pedido	05/04/2010	306
41	29/07/2008	TFC	Exoneração a pedido	09/03/2010	589
42	01/08/2008	TFC	Exoneração a pedido	22/04/2010	629
43	31/07/2008	TFC	Exoneração a pedido	26/04/2010	633
44	25/07/2008	TFC	Exoneração a pedido	02/07/2010	708
45	24/07/2008	TFC	Exoneração a pedido	01/07/2010	708
46	22/06/2009	TFC	Exoneração a pedido	16/09/2010	451
47	27/05/2009	TFC	Exoneração a pedido	07/10/2010	497
48	30/07/2008	TFC	Exoneração a pedido	15/12/2010	868

Tempo Médio de permanência de um Técnico de Finanças e Controle com saída no exercício de 2010: 1 ano e 99 dias.

Por outro lado, calculando a relação entre o número de ingressos e o número de saídas em 2010, tem-se uma razão de 1 / 76, considerando-se apenas as vacâncias por posse em cargo inacumulável e as exonerações a pedido (tabelas acima), e uma razão de 1 / 146, considerando todos os egressos, conforme informação do Quadro A.5.1.

Educação Continuada

O indicador utilizado para avaliar a política de educação continuada na CGU é o referente à *Qualificação de servidores para o exercício das competências institucionais*, medido como o percentual de execução orçamentária e financeira das ações de pós-graduação, já explicitado anteriormente neste relatório, no item relativo aos indicadores institucionais.

Satisfação e Motivação

Não há indicadores elaborados para mensurar esses itens, cuja avaliação é de grande complexidade. Existe a intenção de se criar mecanismos regulares de verificação dos níveis de satisfação e motivação dos servidores da CGU no âmbito do projeto PROPREVINE, que está sendo desenvolvido em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Disciplina

Não houve aplicação de penalidades disciplinares a servidores da CGU durante o ano de 2010.

Desempenho funcional

A CGU conta com uma sistemática de avaliação de desempenho institucional estabelecida, desde o 2º semestre de 2009, mediante a aferição de indicadores de desempenho para as diversas unidades. Em relação à avaliação individual dos servidores, será também instituída uma nova sistemática de avaliação – haja vista que a anterior deixou de existir com a implantação da remuneração por

subsídio – mas que depende da regulamentação do SÍDEC - Sistema de Desenvolvimento na Carreira pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Níveis Salariais

O Quadro de Pessoal da CGU é composto dos servidores da Carreira de Finanças e Controle e de servidores do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo. Em relação a esse Quadro, o quantitativo de servidores por faixa salarial é o demonstrado abaixo:

Faixa Salarial (R\$)	Quantitativo de Servidores do Quadro de Pessoal da CGU
Até 5.000	87
De 5.000 a 10.000	803
De 10.000 a 15.000	573
De 15.000 a 20.000	1080
TOTAL	2543

Demandas Trabalhistas.

Título do Indicador	Demandas Trabalhistas.
Objetivo do Indicador	Medir a porcentagem de servidores que ingressaram com ação judicial alegando desvio de função, no ano de 2010, com relação ao número total de servidores.
Fórmula do Indicador	DT = (Número de servidores ingressantes com ação/Número total de servidores do órgão) x 100

Cálculo do Indicador:

$$DT = (8/2543) \times 100$$

$$DT = 0,31\%$$

ITEM 6 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

6.1 Transferências Efetuadas no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Ver Anexo VIII-fls. 117.

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento da Controladoria-Geral da União						
CNPJ: 05.914.685/0001-03				UG/GESTÃO: 170940/00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	01	-	01	103.150,00	103.150,00	100.000,00
Termo de Cooperação	02	01	-	2.706.304,81	1.615.727,84	742.878,14
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	03	01	01	2.809.454,81	1.718.877,84	842.878,14

Fonte: SIAFI

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento da Controladoria-Geral da União					
CNPJ: 05.914.685/0001-03			UG/GESTÃO: 170940/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	01	150.000,00	100.000,00	50.000,00	66,67
Termo de Cooperação	01	5.042.736,80	5.002.913,66	40.423,14	99,21
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	02	5.192.736,80	5.102.913,66	90.423,14	98,27

Fonte: SIAFI

6.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

Não houve ocorrências no período.

6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Não houve ocorrências no período.

6.2 Análise Crítica

A Controladoria-Geral da União, considerando a tipicidade de sua execução orçamentária e financeira (essencialmente administrativa), pouco se utiliza dos instrumentos de transferências financeiras (convênios, contratos de repasse e afins) para consecução de suas atividades, como pode ser constatado pela celebração, nos últimos três exercícios, de apenas dois termos de parcerias, cujo montante repassado não foi tão expressivo.

A CGU busca, por meio dessas parcerias, disseminar os conceitos de transparência, controle social e cidadania à comunidade escolar e à sociedade em geral, no intuito de conscientizar o cidadão da sua importância como agente atuante no processo de combate à corrupção.

Com relação à gestão das transferências expiradas no exercício de 2010, verifica-se que o beneficiário se encontra no prazo regulamentar (de 90 dias) para apresentação da prestação de contas, haja vista o fim da vigência da transferência ter ocorrido em 10/12/2010.

Convém mencionar ainda que os empenhos das dotações orçamentárias relativas a esses termos de parcerias foram realizados em consonância com o disposto no art. 35 do Decreto nº 93.872/86 e no art. 12, § 1º do Decreto nº 6.752/09.

ITEM 7 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

7.1. Declaração sobre Contratos e Convênios - SIASG E SIAFI

Ver Anexo IX – fls. 118.

ITEM 8 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

8.1. INFORMAÇÕES SOBRE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

Ver Anexo X – fls. 119.

ITEM 9 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Ver Anexo XI - fls. 120.

ITEM 10 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Ver Anexo XII - fls. 122.

ITEM 11 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	DISTRITO FEDERAL	1	2
	Brasília	1	2
	GOIÁS	1	1
	Goiânia	1	1
	MINAS GERAIS	1	1
	Belo Horizonte	1	1
	SERGIPE	1	1
	Aracaju	1	1
	PARÁ	1	1
	Belém	1	1
	MARANHÃO	1	1
	São Luis	1	1
	RORAIMA	1	1
	Boa Vista	1	1
	SANTA CATARINA	1	1
	Florianópolis	1	1
Subtotal Brasil		8	9
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		8	9

Fonte: Consulta às CGU-Regionais.

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	DISTRITO FEDERAL	2	1
	Brasília	2	1
	ALAGOAS	1	1
	Maceió	1	1

	AMAZONAS	1	1
	Manaus	1	1
	AMAPÁ	1	1
	Macapá	1	1
	MARANHÃO	1	1
	São Luís	1	1
	PARAÍBA	0	1
	João Pessoa	0	1
	PERNAMBUCO	1	1
	Recife	1	1
	TOCANTINS	1	1
	Palmas	1	1
	Subtotal Brasil	8	8
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	8	8

Fonte: Consulta às CGU-Regionais.

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UF	UG	RIP	Regime	Estado de conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício *	
					Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
DF	170940	9701.17217.500-5	13	3	--	30/12/05	9.437.048,74		
DF	170940	9701.27268.500-5	13	4	--	26/12/08	3.249.293,82		
AC	170206	0139.00079.500-5	13	7	--	27/11/09	217.450,27		
BA	170084	3849.00535.500-1 (1)	13	7	--	--	--		
CE	170105	1389.00436.500-0 (2)	13	2	--	--	--		
ES	170105	5705.00199.500-9	13	2	--	14/03/01	2.650.381,60		
MT	170194	9067.00225.500-6 (3)	13	3	--	--	--		
MS	170113	9051.00264.500-2	13	2	--	24/11/08	505.250,78		
PA	170023	0427.00494.500-7	13	4	--	14/08/06	1.085.154,02		

PR	170165	7535.00366.500-6 (4)	13	4	--	--	--		
PB	170054	2051.00157.500-2 (5)	13	3	--	--	--		
PI	170032	1219.00113.500-6 (6)	13	7	--	--	--		
RJ	170114	6001.02470.500-5 (7)	13	3	--	--	--		
RS	170189	8801.00333.500-6 (8)	13	3	--	--	--		
SC	170174	8105.00286.500-0	13	6	--	27/06/07	802.199,03		
SP	170152	7107.00615.500-8 (9)	13	4	--	--	--		
RN	170049	1761.00397.500-4 (10)	13	4	--	--	--		
RO	170202	0003.00429.500-0 (11)	13	3	--	--	--		
Total								4.187.999,17	8.631.292,57

Fonte: Consulta às Regionais; Despesas com manutenção nas instalações: contratos de manutenção predial e elevadores, de conservação, de vigilância, e brigada de incêndio, etc.

* Conforme informação fornecida pela Secretaria Federal de Controle Interno, em razão de as normas para o exercício de 2010 terem sido publicadas no final do exercício, essas despesas poderiam ser tratadas pela totalidade.

- (1) A CGU Regional da BA está localizada nas dependências a que se refere o RIP da UG 170075 – Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda/BA;
- (2) A CGU Regional do CE está localizada nas dependências a que se refere o RIP da UG 170038 – Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda/CE;
- (3) A CGU Regional de MT está localizada nas dependências a que se refere o RIP da UG 170190 – Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda/MT;
- (4) A CGU Regional do PR está localizada nas dependências a que se refere o RIP da UG 170153 – Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda/PR;
- (5) A CGU Regional da PB está localizada nas dependências a que se refere o RIP da UG 170050 – Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda/PB;
- (6) A CGU Regional do PI está localizada nas dependências a que se refere o RIP da UG 170032 – Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda/PI;
- (7) A CGU Regional do RJ está localizada nas dependências a que se refere o RIP da UG 170114 – Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda/RJ;
- (8) A CGU Regional do RS está localizada nas dependências a que se refere o RIP da UG 170175 – Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda/RS;
- (9) A CGU Regional de SP está localizada nas dependências a que se refere o RIP da UG 170131 – Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda/SP;
- (10) A CGU Regional do RN está localizada nas dependências a que se refere o RIP da UG 170045 – Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda/RN;
- (11) A CGU Regional de RO está localizada nas dependências a que se refere o RIP da UG 170346 – Superintendência Regional de Administração do Ministério da Fazenda/RO.

A regularização dos bens imóveis da CGU no SPIU-net e na conta contábil respectiva, no caso daqueles localizados em espaços cedidos pela Superintendência de Administração Fazendária nos Estados, depende ainda de reunião com a SPOA/MF, para construção de TERMO DE CESSÃO único que absorva todas as 11 Unidades (relacionadas no rodapé do quadro A.11.3) que ainda se encontram instaladas em edifícios fazendários.

De outro lado, há quatro áreas de posse das CGU-Regionais: RN, AC, PE e SC em fase de contratação do projeto básico e executivo para construção de novas Sedes nos respectivos Estados para fins de inclusão no orçamento de 2012.

Em Brasília, a situação se encontra agravada com a iminente construção de prédio contíguo ao edifício Darcy Ribeiro que, se iniciada, acarretará prejuízo as condições de trabalho dos servidores do térreo e sobreloja, especialmente, com a paralisação imediata do funcionamento do berçário/CGU, sem considerar, ainda, os impactos na segurança estrutural.

ITEM 12 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

12.1 – Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DE TI DA UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					x
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					x
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	78 servidores 41 terceirizados (sendo 35 CTIS) 3 estagiários				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					x
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					x
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					x
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				x	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					x
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		x			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ. (de 21 sistemas, 6 foram terceirizados, correspondendo a 30%).	30%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				x	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.		x			
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					x
Considerações Gerais: respondido pelos Coordenadores-Gerais e Diretor da Área de TI.					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao					

<p>contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					
---	--	--	--	--	--

ITEM 13 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

13.1. Despesa com Cartão de Crédito Corporativo

QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1: 170940		Limite de Utilização da UG: 100.000,00			
Portador	CPF	Limite Individual (1)	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Caubi Coelho da Silva	002.024.281-68	4.000,00	-	-	-
Marco Antonio Dung Laginestra	011.383.007-64	4.000,00	-	230,03	230,03
Anastacio Rodrigues Aguiar	112.779.121-49	12.000,00	-	8.973,50	8.973,50
Marcos Motta Monteiro	145.369.601-63	23.000,00	200,00	20.428,89	20.628,89
Sergio Alberto De Figueiredo	297.753.021-53	4.600,00	600,00	1.742,96	2.342,96
Fabio Farnese Dias Martins	606.613.216-49	5.000,00	-	1.346,30	1.346,30
Total utilizado pela UG			800,00	32.721,68	33.521,68

Fonte: SIAFI

Nota 1: Foi considerado o somatório dos limites concedidos por suprido durante o exercício

QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade (1)	Valor	Quantidade	Valor	
		(a)		(b)	(a+b)
2008	3	950,00	16	13.119,83	14.069,83
2009		-	30	32.348,93	32.348,93
2010	3	800,00	29	32.721,68	33.521,68

Nota 1: Na modalidade Saque, a quantidade considerou cada saque efetuado durante o exercício.

Nota 2: Na modalidade Fatura, a quantidade considerou cada título (fatura) pago, devido à alta complexidade e ao curto prazo para levantar a quantidade de operações que utilizaram cartão de pagamento. Entretanto, informamos que, para os próximos exercícios, a CGU irá buscar meios de fornecer os dados solicitados.

ITEM 15 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União da Presidência da República					88353
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	007.587/2007-9	6322/2009-2ª Câmara	9.2	DE	Ofício nº 15834-TCU/Sefip, de 15/01/2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Controladoria-Geral da União da Presidência da República – CGU/PR					52303
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Controladoria-Geral da União/PR que adote medida no sentido de regularizar os atos de concessão de aposentadoria de fls. 2/6 e 7/11, considerados legais na forma indicada no subitem anterior, por força das disposições insertas nos parágrafos 1º e 2º do art. 6º da Resolução TCU nº 206/2007.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão Interna					88722
Síntese da providência adotada:					
Os atos de concessão de aposentadoria considerados legais pelo TCU foram regularizados pela CGU.					
Síntese dos resultados obtidos					
Determinação atendida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União da Presidência da República					88353
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	005.512/2010-7	-	-	Diligência	Ofício nº SEFIP-D/33, de 16/3/2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Controladoria-Geral da União da Presidência da República – CGU/PR					52303
Descrição da Deliberação:					
Encaminhar à SEFIP os documentos relacionados no anexo, necessários para instrução de processo no Tribunal. O anexo solicitava diversos documentos necessários para esclarecer as inconsistências encontradas no formulário SISAC de cerca de 35 servidores.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão Interna					88722
Síntese da providência adotada:					
O Ofício nº 13.735/DGI/CGU-PR, de 30/04/2010, encaminhou cópias das documentações solicitadas.					
Síntese dos resultados obtidos					
Diligência atendida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União da Presidência da República					88353
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	005.443/2010-5	-	-	Diligência	Ofício nº SEFIP-D/249, de 26/03/2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Controladoria-Geral da União da Presidência da República – CGU/PR					52303
Descrição da Deliberação:					
Encaminhar à SEFIP os documentos (cópia do dispositivo legal que deu origem à vaga) e esclarecimentos (sobre a não apresentação da justificativa sobre a não juntada do dispositivo legal ao processo) necessários ao exame da legalidade da admissão de Frederico Carneiro Gonçalves.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão Interna					88722
Síntese da providência adotada:					
O Ofício nº 13.556/2010/DGI/CGU-PR, de 29/04/2010, encaminhou a documentação solicitada, bem como a Nota Técnica nº 965/2010/CGRH/DGI, com informações prestadas pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH) acerca da matéria. A CGRH esclareceu que a vaga distribuída ao servidor correspondia ao cargo antes ocupado por servidor do Ministério da Fazenda (e declarado vago em julho/2000), que fora transferido à CGU com a edição do Decreto nº 4.321/2002.					
Síntese dos resultados obtidos					
Diligência atendida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União da Presidência da República					88353
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	007.448/2010-4	-	-	Diligência	Ofício nº 261/2010 TCU/ADPLAN, de 12/07/10
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da Diretoria de Gestão Interna					88725
Descrição da Deliberação:					
Encaminhar cópia do edital de Pregão 26/2008 e informar se no referido certame havia previsão expressa de que apenas microempresas e/ou empresas de pequeno porte poderiam participar, enviando, em caso positivo, cópia do documento com esta previsão.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da Diretoria de Gestão Interna					88725
Síntese da providência adotada:					
O Ofício nº 24.841/CGRL/DGI/CGU-PR, de 27/07/2010, encaminhou cópia do edital solicitado e informou da previsão expressa de que apenas microempresas e/ou empresas de pequeno porte poderiam participar do certame, em virtude de o valor estimado da aquisição, à época, ser inferior à R\$ 80.000,00.					
Síntese dos resultados obtidos					
Diligência atendida.					

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União da Presidência da República					88353
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	017.111/2010-2	6824/2010-2ª Câmara	9.2	DE	Ofício nº 25854-TCU/Sefip, de 30/11/2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Controladoria-Geral da União da Presidência da República – CGU/PR					52303
Descrição da Deliberação:					
<p>9.2. determinar à Controladoria-Geral da União que:</p> <p>9.2.1. encaminhe a este Tribunal, no prazo de quinze dias, documentos que demonstrem que a condição que resultou na invalidez do servidor Marcos César Lopes Rocha estava presente quando da entrada em vigor da Medida Provisória n.º 167/2004, convertida na Lei n.º 10.887/2004, que regulamentou o § 3º do art. 40 da Constituição Federal, com a redação conferida pela EC 41/2003;</p> <p>9.2.2. caso a condição que levou à invalidez do servidor tenha surgido antes da Medida Provisória n.º 167/2004, corrigir o tempo de contribuição considerado para fins de aposentadoria, pois não deve ser considerado o tempo posterior à publicação da referida emenda, sob pena de tornar inconsistente a fundamentação legal.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão Interna					88722
Síntese da providência adotada:					
O Ofício nº 40.799/DGI/CGU-PR, de 13/12/2010, encaminhou a Nota Técnica nº 2983/2010/CGRH/DGI/CGU, elaborada pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão Interna, juntamente com a documentação colacionada, a fim de demonstrar que a condição que resultou na invalidez do servidor estava presente quando da entrada em vigor da Medida Provisória nº 167/2004.					
Síntese dos resultados obtidos					
Determinação atendida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União da Presidência da República					88353
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	027.285/2007-5	4587/2010-2ª Câmara	9.2	DE	Ofício nº 22291-TCU, de 24/08/2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Controladoria-Geral da União da Presidência da República – CGU/PR					52303
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Controladoria-Geral da União que adote medidas para regularizar a falha formal constante dos atos ora apreciados, nos termos do § 1º do art. 6º da Resolução TCU nº 206/2007.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão Interna					88722

Síntese da providência adotada:
A falha formal foi regularizada.
Síntese dos resultados obtidos
Determinação atendida.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não há.

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não há deliberações exaradas pelo TCU pendentes de atendimento ao final de 2010.

ITEM 16 DA PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

16.1 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Não há recomendações expedidas pelo órgão de controle interno em relatórios de auditoria com atendimento concluído em 2010.

16.2 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União da Presidência da República			88353
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Nota Técnica nº 5/2010-COAUD-CISET-CC-PR, de 03/02/2010	Item 4-i da NT	Ofício nº 39/2010/COAUD-CISET-CC-PR, de 03/03/10
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Diretoria de Gestão Interna da Secretaria Executiva da CGU/PR			88721
Descrição da Recomendação:			
Não consta nos autos nenhum documento que ateste: i) o recebimento provisório dos equipamentos			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da Diretoria de Gestão Interna			88725
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O procedimento de recebimento provisório dos equipamentos se deu por meio da assinatura da Nota Fiscal por funcionário do Almoxarifado da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL, no campo confirmação de recebimento, que geralmente é destacado e fica com o entregador da mercadoria e não com o receptor. A comunicação à área demandante (no caso, a área de TI) de que o material foi entregue é geralmente apenas informal, não havendo nenhum documento, portanto, que ateste o recebimento provisório. Essa sistemática de recebimento já está sendo revista pela CGRL, de forma que todos os passos sejam registrados formalmente.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não há.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União da Presidência da República			88353
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Nota Técnica nº 55/2010-COAUD-CISET-CC-PR, de 14/12/2010	Itens 20 a 22 da NT	Ofício nº 845/2010/COAUD-CISET-CC-PR, de 14/12/10
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Diretoria de Gestão Interna da Secretaria Executiva da CGU/PR			88721
Descrição da Recomendação:			
Pendência na abertura de conta vinculada – bloqueada para movimentação – em nome da Contratada, para depositar os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores envolvidos na execução do contrato.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão Interna da Secretaria Executiva da CGU/PR			88721
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Em 25/01/11 foi firmado Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2011 entre a CGU e o Banco do Brasil S/A, cujo objeto é regulamentar a prestação de serviços de abertura de contas específicas destinadas a abrigar os recursos retidos na forma da Instrução Normativa MPOG nº 03, de 15/10/2009, tendo sido publicado no Diário Oficial da União de 04/02/2011, Seção 3, página 2. A DGI está promovendo reuniões internas para sistematizar os procedimentos para a efetiva utilização da conta vinculada pelas empresas contratadas.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A CGU teve dificuldades de negociação com o Banco do Brasil para isenção da tarifa de manutenção da conta, prevista na Cláusula Quinta do Acordo citado no item anterior, motivo pelo qual sua celebração ocorreu apenas em janeiro/2011.			

ITEM 1 DA PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Declaração do Contador com Ressalva.

QUADRO B.1.2 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA

Ver Anexo XIII- fls. 124.

ITEM 16 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN TCU Nº 107/2010

Informações sobre as contratações de consultores na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais.

QUADRO C.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes	UNODC
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Realização do IV Fórum de Combate à Corrupção e Implementação de Ações específicas de combate à Corrupção.	BRA 05/S07

Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: PC-1BR-2009-02-0088					
Objetivos da consultoria: (1) Traduzir as páginas da Internet que a Controladoria-Geral da União – CGU administra para o idioma inglês, incluindo publicações contidas na página da CGU internet, página do portal da transparência e seus conteúdos; (2) Traduzir/Verter os encartes já produzidos pela CGU; e, (3) Traduzir/ Verter o site da IAACA a ser criado para a realização do evento que ocorrerá em outubro/novembro de 2009.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
20/02/2009	30/06/2010	84.400,00	66.400,00	86.400,00	86.400,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Página da CGU traduzida para o idioma inglês, incluindo publicações.			26/6/2009	R\$ 20.000,00	
Produto 2 – Página do Portal da Transparência traduzida para o idioma inglês, incluindo publicações.			50/10/2009	R\$ 12.000,00	
Produto 3 – Tradução dos encartes da CGU e outros documentos, para o idioma inglês.			15/04/2010	R\$ 15.000,00	
Produto 4 – Manutenção da tradução das novas páginas da CGU para o idioma inglês, no período de um ano.			23/02/2010	R\$ 15.000,00	
Produto 5 – Tradução de material informativo relacionado a Carta Acordo entre o UNODC e o Instituto Ethos, para o idioma inglês.			30/06/2010	R\$ 10.000,00	
Produto 6 – Tradução do projeto de avaliação do Sistema Brasileiro de Integridade, para o idioma inglês.			30/06/2010	R\$ 14.400,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Harry Richard Shlaudeman				CPF: 706.268.801-06	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O Produto 5, anteriormente denominado – Página do Site da IAACA – com recurso previsto de R\$ 10.000,00, foi substituído pelo Produto 5 acima indicado, por meio do Termo Aditivo II de 22/04/2010. Nesse mesmo Termo aditivo, na cláusula segunda, foi acrescentado o Produto 6.					
Análise Crítica: Os produtos entregues pelo consultor encontram-se à disposição dos interessados de língua inglesa para consulta/pesquisa no site da CGU, proporcionando maior visibilidade e flexibilidade de acesso às informações disponíveis sobre o gasto público brasileiro.					

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes				UNODC	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Realização do IV Fórum de Combate à Corrupção e Implementação de Ações específicas de combate à Corrupção.				BRA 05/S07	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: PC-1BR-2010-12-148					
Objetivos da consultoria: Traduzir as páginas da internet e documentos específicos da Controladoria-Geral da União (CGU) para o idioma inglês.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/12/2010	31/03/2011	63.000,00	2.400,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
No exercício de 2010, não foram realizados outros gastos relacionados ao contrato acima indicado, apenas os pagos					

pelos produtos pactuados.		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 - Resumo da Conferência Brasil OCDE.	21/12/2010	R\$ 2.400,00
Produto 2 – Site da Copa.	10/01/2011	R\$ 6.000,00
Produto 3 – Site das Olimpíadas.	30/01/2011	R\$ 6.000,00
Produto 4 – Encartes da CGU.	09/02/2011	R\$ 3.000,00
Produto 5 – Documentos de cooperação Brasil – África do Sul.	26/02/2011	R\$ 2.700,00
Produto 6 –Global Compact.	10/03/2011	R\$ 18.000,00
Produto 7 – Balanço e Relatórios de Gestão.	20/03/2011	R\$ 12.000,00
Produto 8 –Legislação e Boas Práticas.	30/03/2011	R\$ 13.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Harry Richard Shlaudeman		CPF: 706.268.801-06
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos relacionados ao contrato serão desenvolvidos no exercício de 2011.		
Análise Crítica: Não houve entrega do produto previsto para o exercício de 2010, o que implicará na necessidade de alteração da previsão de entrega dos demais produtos pela existência de vinculação temporal entre eles.		

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes					UNODC
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Realização do IV Fórum de Combate à Corrupção e Implementação de Ações específicas de combate à Corrupção.					BRA 05/S07
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: PC-1BR-2008-09-096					
Objetivo da consultoria: Analisar e promover alterações na biblioteca virtual sobre corrupção com vistas a convertê-la em biblioteca virtual da Controladoria-Geral da União.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
05/09/2008	15/05/2010	20.000,00	15.000,00	15.000,00	20.000,00
Insumos Externos					
No exercício de 2010, não foram realizados outros gastos relacionados ao contrato acima indicado, apenas os pagos pelos produtos pactuados.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1:					
<ul style="list-style-type: none"> Relatório de análise da atual política de acervo da BVC; Projeto de reformulação da Biblioteca Virtual sobre Corrupção em Biblioteca Virtual da CGU, considerando todas as funcionalidades do software DSpace aplicáveis a uma biblioteca virtual institucional. O Projeto em questão deverá conter propostas de alterações e melhoramentos na política de acervo e nova arquitetura da BVC. Com relação à política de acervo, o Projeto deverá incluir análise dos termos de autorização de publicação, apresentando eventuais distinções de regras de divulgação de itens para usuários internos e externos. 			27/10/2009	5.000,00	

<p>A arquitetura da nova biblioteca deverá ser detalhada com especificação de comunidades, coleções, grupos, permissões de acesso por usuários externos à CGU e usuários internos. Os fluxos de trabalho possíveis, utilizando-se as ferramentas do DSpace também deverão ser apresentadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementação, no sistema da BVC, das alterações propostas no projeto de reformulação apresentado, após aprovadas pela CGU. 		
<p>Produto 02:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entregar o <i>Thesaurus</i> para a Biblioteca Virtual da CGU nos formatos .html e .xml, contendo estrutura hierárquica de palavras, termos preferidos, termos relacionados e termos variantes; • Apresentar estudo de viabilidade e proposta de implementação do thesaurus elaborado para operar diretamente nos campos de metadados do sistema DSpace da Biblioteca Virtual da CGU. 	14/05/2010	3.000,00
<p>Produto 03:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entregar Manual de Procedimentos que descreva as normas técnicas de biblioteconomia para catalogação de textos/artigos/documentos aplicáveis à Biblioteca Virtual da Controladoria Geral da União, bem como todas as funcionalidades e os métodos de operação do software DSpace nos níveis de usuário e de administrador. O manual de procedimentos deve ter uma abordagem prática, que permita a gestão de conteúdo da Biblioteca Virtual da CGU mesmo por pessoas sem conhecimento prévio sobre a mesma. O Manual de Procedimentos deverá ser entregue em 02 (duas) vias impressas e encadernadas e 02 (duas) vias em CD-Rom, em formatos .rtf e .pdf; • Criar seção de Ajuda ao usuário da Biblioteca Virtual da Controladoria-Geral da União, a ser disponibilizada em sua página inicial. 	14/05/2010	6.000,00
<p>Produto 04:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar relatório de revisão, contendo alterações promovidas no sistema, de todos os itens catalogados na Biblioteca Virtual sobre Corrupção de acordo com a nova política de acervo e nova estrutura da Biblioteca Virtual da Controladoria-Geral da União, bem como com o <i>thesaurus</i>, sendo que pelo menos os seguintes metadados deverão ser incluídos em todos os itens: título, autor(es), data de publicação, data de disponibilização, palavras-chave, idioma, resumo, editor, direitos autorais, e relacionamento com outros trabalhos; • Capacitar, pelo menos, 02 servidores da CGU na aplicação da política de acervo da BVC. 	14/05/2010	6.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Leonardo Silva Oliveira	CPF: 814.470.001-53	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Embora o cronograma de execução previsto no contrato original tenha sofrido alterações, todos produtos foram entregues, atestados e aprovados de forma satisfatória. O contrato foi finalizado no exercício de 2010.		
Análise Crítica: Os produtos desenvolvidos pelo referido consultor agregaram conhecimento aos gestores responsáveis pela definição da Biblioteca Virtual da Controladoria-Geral da União. Os servidores capacitados passaram a manter e acompanhar as rotinas de acervo da biblioteca pela Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes				UNODC	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Realização do IV Fórum de Combate à Corrupção e Implementação de Ações específicas de combate à Corrupção.				BRA 05/S07	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: PC-1BR-2009-07-122					
Objetivo da consultoria: Criação de um projeto instrucional-pedagógico para o Sítio Infantil da Controladoria-Geral da União.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
27/07/2009	01/03/2011	25.000,00	6.000,00	6.000,00	11.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Projeto Instrucional-Pedagógico 01 (um) relatório com o Projeto Instrucional-Pedagógico.			23/9/2009	R\$ 5.000,00	
Produto 2 - Aperfeiçoamento do Conteúdo Atual do Sítio. 01 (um) relatório com a adaptação de todos os textos e materiais publicados no sítio na época da assinatura do Contrato.			1/6/2010	R\$ 3.000,00	
Produto 3 - Aperfeiçoamento do Conteúdo Atual do Sítio. 01 (um) relatório com a revisão e adaptação de todos os perfis psicológicos de cada um dos 9 (nove) personagens da Turminha da CGU atualmente presentes no sítio; e criação de novos personagens e seus perfis, até o máximo de 4 (quatro), caso isso seja necessário ou desejado pela CGU.			13/12/2010	R\$ 3.000,00	
Produto 4 -- Histórias Animadas 10 (dez) relatórios contendo argumentos originais a serem utilizados para a confecção de 10 (dez) histórias animadas, do tipo "charge animada".			1/3/2011	R\$ 1.000,00	
Produto 5 - Histórias em Quadros 04 (quatro) relatórios com a revisão de 4 (quatro) histórias em quadrinhos já desenvolvidas, 1 (uma) em cada relatório, sendo 3 (três) publicadas e 1 (uma) não publicada, a serem republicadas ou publicadas como histórias em quadros.			1/3/2011	R\$ 1.000,00	
Produto 6 - Histórias em Quadros 05 (cinco) relatórios contendo argumentos originais a serem utilizados para a confecção de 5 (cinco) histórias em quadros.			1/3/2011	R\$ 1.000,00	
Produto 7 - Jogos 04 (quatro) relatórios contendo idéias originais a serem utilizados para a confecção de 4 (quatro) jogos em linguagem flash.			1/3/2011	R\$ 1.000,00	
Produto 8 - Canal do Professor 01 (um) relatório com a revisão e adaptação de todo o conteúdo publicado na seção "Canal do Professor" na época da celebração do Contrato.			1/3/2011	R\$ 2.000,00	
Produto 9 - Canal do Professor 01 (um) relatório propondo 5 (cinco) atividades originais, a serem aplicadas em sala de aula.			1/3/2011	R\$ 1.500,00	

Produto 10 - Canal do Professor 01 (um) conteúdo para material didático, sempre que, em relação a cada item de cada uma das relações anteriormente citadas, for possível à CGU disponibilizar o material para ser baixado no seu sítio infantil.	1/3/2011	R\$ 1.500,00
PRODUTO 11 - Avaliação dos Produtos Finais das Empresas Contratadas 01 (um) parecer sobre a adequação de cada produto final acima descrito, entregues pelas empresas contratadas, com sugestões.	1/3/2011	R\$ 2.500,00
PRODUTO 12 - Descrição de Parâmetros para Avaliação de Resultados 01 (um) relatório com a descrição dos parâmetros a serem utilizados para futuras avaliações da efetividade da aplicação do Projeto Instrucional-Pedagógico do sítio infantil.	1/3/2011	R\$ 2.500,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Maria Augusta Rodrigues Coelho	CPF: 753.676.613-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Contrato em execução. Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Ao término do exercício sob análise, os produtos 4 a 12 não tinham sido entregues pela referida consultora. Esses produtos estão em processo de desenvolvimento e estimamos pagar os compromissos assumidos, no exercício de 2011.		
Análise Crítica: Os produtos entregues e convalidados no exercício, referentes ao consultor em comento, estão sendo inseridos no Site Infantil da Controladoria-Geral da União. O conhecimento adquirido pelo desenvolvimento desses produtos estão internalizados na estrutura da Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas, unidade responsável pelo gerenciamento da ação.		

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes					UNODC
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Realização do IV Fórum de Combate à Corrupção e Implementação de Ações específicas de combate à Corrupção.					BRA 05/S07
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade "Produto"					
Código do Contrato: PC-1BR-2009-02-0089					
Objetivos da consultoria: (1) Traduzir as páginas da internet que a Controladoria-Geral da União - CGU administra para o idioma espanhol, incluindo publicações contidas na página da CGU internet, página do Portal da Transparência e seus conteúdos; (2) Traduzir/Verter os encartes já produzidos pela CGU; e, (3) Traduzir/Verter o site da IAACA a ser criado para a realização do evento que ocorrerá em outubro/novembro de 2009.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
20/02/2009	03/05/2010	72.000,00	40.000,00	30.000,00	62.000,00
Insumos Externos					
No exercício de 2010, não foram realizados outros gastos relacionados ao contrato acima indicado, apenas os pagos pelos produtos pactuados.					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 - Página da CGU traduzida para o idioma espanhol, incluindo publicações.				26/6/2009	R\$ 20.000,00
Produto 2 – Página do Portal da Transparência traduzida para o idioma espanhol, incluindo publicações.				5/10/2009	R\$ 12.000,00

Produto 3 – Tradução dos encartes da CGU, para o idioma espanhol.	15/04/2010	R\$ 15.000,00
Produto 4 – Manutenção da tradução das novas páginas da CGU para o idioma espanhol, no período de um ano.	23/02/2010	R\$ 15.000,00
Consultor contratado		
Nome do consultor: Mônica Patrícia Daduch		CPF: 712.883.501-63
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O Produto 5 – Página do site da IAACA traduzido, com custo previsto de R\$ 10.000,00, não foi desenvolvido pela consultora em decorrência do cancelamento do mesmo, em virtude do site não ter sido produzido no período de duração do contrato. O contrato foi encerrado, no exercício de 2010.		
Análise Crítica: O Produto 3 encontra-se a disposição dos interessados de língua espanhola para consulta/pesquisa e o Produto 4 foi colocado à disposição para consulta/pesquisa do público de língua espanhola, no site da CGU, proporcionando maior flexibilidade de acesso às informações disponíveis sobre o gasto público brasileiro.		

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes					UNODC
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Realização do IV Fórum de Combate à Corrupção e Implementação de Ações específicas de combate à Corrupção.					BRA 05/S07
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: PC-1BR-2010-12-149					
Objetivos da consultoria: Traduzir as páginas da internet e documentos específicos da Controladoria-Geral da União - CGU para o idioma espanhol					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
10/12/2010	31/03/2011	63.000,00	2.400,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
No exercício de 2010, não foram realizados outros gastos relacionados ao contrato acima indicado, apenas os pagos pelos produtos pactuados.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Resumo da Conferência Brasil OCDE.			18/12/2010	R\$ 2.400,00	
Produto 2 – Site da Copa.			10/01/2011	R\$ 6.000,00	
Produto 3 – Site das Olimpíadas.			30/01/2011	R\$ 6.000,00	
Produto 4 – Encartes da CGU.			09/02/2011	R\$ 3.000,00	
Produto 5 – Documentos de cooperação Brasil – África do Sul.			26/02/2011	R\$ 2.700,00	
Produto 6 – Global Compact			10/03/2011	R\$ 18.000,00	
Produto 7 – Balanço e Relatórios de Gestão.			20/03/2011	R\$ 12.000,00	
Produto 8 – Legislação e Boas Práticas.			30/03/2011	R\$ 13.500,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: Rosa Maria Severino					CPF: 595.431.596-53
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: Os produtos relacionados ao contrato serão desenvolvidos no exercício de 2011.					
Análise Crítica: Não houve entrega do produto previsto para o exercício de 2010, o que implicará na necessidade de alteração da previsão de entrega dos demais produtos pela existência de vinculação temporal entre eles.					

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Política Brasileira de Acesso a Informação Pública: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.				914BRZ5009	
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”					
Código do Contrato: AS-3080/2010					
Objetivos da consultoria: Realizar ampla pesquisa documental sobre o tema "Acesso a Informação Pública", que identifique e relacione, de forma criteriosa; publicações acadêmicas ou não acadêmicas; governamentais ou não-governamentais; nacionais ou internacionais, como livros, dissertações, documentos, artigos, relatórios, sites, blogs, clearing houses, bancos de dados, entre outros.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
18/10/2010	18/11/2010	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Insumos Externos					
No exercício de 2010, foi realizado gasto relacionado a publicação de Aviso de Seleção do Edital, no valor de R\$ 1.602,18.					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Plano de pesquisa com planejamento, metodologia e desenvolvimento de cronograma de realização da pesquisa.			25/10/2010	R\$ 750,00	
Produto 2 – Guia de Fontes sobre Acesso a Informação Pública, classificados por pessoa física e pessoa jurídica e que proponha índice de categorização das fontes dos diversos sub-temas que se relacionam com a área de conhecimento “Acesso a informação Pública”.			18/11/2010	R\$ 4.250,00	
Consultor contratado					
Nome do consultor: ELIETE DA SILVA PEREIRA				CPF: 852.248.041-91	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato encerrado e executado em consonância com o previsto contratualmente.					
Análise Crítica: Os produtos desenvolvidos pela consultora foram entregues nas datas previstas e servirão de fonte de consulta para o desenvolvimento de outras ações previstas no Documento de Projeto.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Política Brasileira de Acesso a Informação Pública: garantia democrática do direito a informação, transparência e participação cidadã.	914BRZ5009
Informações sobre os contratos de consultoria na modalidade “Produto”	
Código do Contrato: CI01331/2010	
Objetivos da consultoria: Realizar pesquisa que possibilite o diagnóstico sobre valores, conhecimento e cultura de acesso à informação pública no Poder Executivo Federal Brasileiro. A pesquisa tem por objetivo analisar a experiência e a percepção de servidores públicos federais em relação a essa temática e de mapear setores onde esses valores e cultura já existam, bem como identificar aqueles em que há pontos de resistência.	

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no contrato	Total previsto no exercício	Total pago no exercício	Total pago até o final do exercício
30/09/2010	30/05/2011	90.000,00	9.000,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
No exercício de 2010, foram efetuados gastos que totalizaram R\$ 13.936,90, relacionados ao pagamento de diárias, passagens e publicações de edital.					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 - Concept Paper com considerações gerais do consultor sobre a temática do acesso a informação, que será revisado pela contratante a fim de equalizar termos e conceitos necessários à realização da pesquisa objeto da contratação;				11/10/2010	R\$ 9.000,00
Produto 2 - Plano de trabalho com planejamento e desenvolvimento de cronograma de realização da pesquisa;				18/02/2011	R\$ 9.000,00
Produto 3 - Questionários de pesquisa elaborados e prontos para aplicação;				18/03/2011	R\$ 22.500,00
Produto 4 - Relatório Parcial de execução da pesquisa, que consiste na consolidação e análise parcial dos dados coletados;				18/04/2011	R\$ 22.500,00
Produto 5 – Relatório Final da pesquisa, que apresente diagnóstico sobre valores, conhecimento e cultura de acesso à informação pública no Poder Executivo Federal Brasileiro.				30/05/2011	R\$ 27.000,00
Consultor contratado					
Nome do consultor: ROBERTO AUGUSTO DAMATTA				CPF: 091.735.107-00	
Observações sobre a execução físico/financeira do contrato: O contrato foi aditivado, por meio da SA 181/2011, para vigência até 30/05/2011. Apesar do contrato original ter previsto o pagamento do primeiro produto para o exercício de 2010, esse só foi efetuado no mês de janeiro de 2011, em decorrência da necessidade de adequações no produto entregue. Apesar de não ter tido gasto direto com pagamento dos produtos previstos contratualmente, no exercício sob análise foram realizados gastos com diárias, passagens e publicações relacionadas ao edital para convocação de processo seletivo.					
Análise Crítica: Os produtos estão sendo desenvolvidos pelo consultor sob supervisão de equipe técnica da Controladoria-Geral da União e de oficiais da UNESCO.					

SEÇÃO IV

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Controladoria-Geral da União (CGU) atuou no exercício de 2010, em consonância aos objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da administração pública federal, atingindo a finalidade propugnada para o programa de governo 1173 – Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção.

Sabe-se que o combate à corrupção não é tarefa fácil de ser enfrentada por nenhum governo. Nessa percepção, a CGU tem dado o melhor de seus esforços, não apenas para avançar aqui, dentro das nossas fronteiras, mas também indo além delas, para levar a contribuição da nossa experiência a outros países, num intercâmbio em que todos possam aprender uns com os outros e assim avançar sempre mais.

Foi com a ampliação da Transparência nas Contas Públicas que iniciou as ações na área da Prevenção; e é com o trabalho de Investigação e Auditoria, que aplica a Repressão, que se completa

com as atividades de Corregedoria, por meio da qual afasta-se os funcionários e autoridades que cometem desvios e pune-se as empresas que fraudam licitações e contratos. Com ênfase na Prevenção e na correção antecipada das irregularidades, procura-se racionalizar o trabalho de auditoria, fazendo-o mais focado em áreas ou hipóteses de risco previamente identificadas.

As principais dificuldades encontradas para o pleno alcance das metas fixadas para o exercício, como já explicitado, decorreram da escassez crônica de recursos humanos decorrente da perda de servidores e da reposição insuficiente, assim como dos limites orçamentários impostos, decisões estas que não estão na alçada dos gestores da CGU. Ações, junto aos órgãos competentes, para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por esta Controladoria.

Brasília, 30 de março de 2011.

LUIZ NAVARRO DE BRITTO FILHO
Secretário-Executivo
Controladoria-Geral da União
Presidência da República

ANEXO I

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente ou Receptora	Classificação da Ação	1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos	110174	20.125.09.272.0089.0181	36.525.982,13	-	-	
			20.125.04.122.1173.09HB	94.913.810,78	-	-	
			20.125.04.301.1173.2004	-	-	3.884.486,80	
			20.125.04.365.1173.2010	-	-	427.213,51	
			20.125.04.331.1173.2011	-	-	67.735,75	
			20.125.04.306.1173.2012	-	-	9.540.432,33	
			20.125.04.122.1173.2272	456.856.568,50	-	21.508.696,30	
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	8.960.663,98	
			20.125.04.124.1173.2B15	-	-	1.515.271,85	
			20.125.04.124.1173.2D58	-	-	8.756.550,49	
			20.125.01.128.0550.4091	-	-	19.124,43	
			20.125.04.128.1173.4572	-	-	1.580.947,42	
			20.125.04.128.1173.4998	-	-	155.539,45	
			170940	20.125.01.128.0550.4091	-	-	9.534,99
	20.125.04.128.1173.4572	-	-	9.534,99			
	Recebidos	110175	20.125.09.272.0089.0181	28.823.624,82	-	-	
			20.125.04.122.1173.09HB	74.503.637,60	-	-	
			20.125.04.301.1173.2004	-	-	3.107.817,00	
			20.125.04.365.1173.2010	-	-	293.658,69	
			20.125.04.331.1173.2011	-	-	51.076,21	
			20.125.04.306.1173.2012	-	-	7.500.129,89	
			20.125.04.122.1173.2272	343.671.156,55	-	1.443.643,86	
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	30.579,45	
			20.125.01.128.0550.4091	-	-	28.659,42	
			20.125.04.128.1173.4572	-	-	1.061.511,37	
		110176	20.125.04.122.1173.2272	-	-	455.110,74	
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	1.158.813,66	
			20.125.04.124.1173.2B15	-	-	543.578,92	
			20.125.04.124.1173.2D58	-	-	6.208.128,78	
			20.125.04.128.1173.4572	-	-	325.712,61	
			20.125.04.128.1173.4998	-	-	137.767,45	
		170940	20.125.09.272.0089.0181	7.702.357,31	-	-	
20.125.04.122.1173.09HB			20.410.173,18	-	-		
20.125.04.301.1173.2004			-	-	776.669,80		
20.125.04.365.1173.2010			-	-	133.554,82		
20.125.04.331.1173.2011	-		-	16.659,54			
20.125.04.306.1173.2012	-		-	2.040.302,44			
20.125.04.122.1173.2272	113.185.411,95		-	19.609.941,70			
20.125.04.124.1173.2B13	-		-	7.771.270,87			
20.125.04.124.1173.2B15	-		-	971.692,93			
20.125.04.124.1173.2D58	-		-	2.548.421,71			
20.125.04.128.1173.4572	-		-	203.258,43			
20.125.04.128.1173.4998	-		-	17.772,00			
Movimentação Externa	Concedidos		110245	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	64.347,50
			154040	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	25.000,00
		170009	20.125.04.122.1173.2272	-	-	56.169,60	

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente ou Receptora	Classificação da Ação	1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	111.449,74
			20.125.04.124.1173.2B15	-	-	328.250,61
		170010	20.125.04.122.1173.2272	-	-	10.763,54
		170016	20.125.04.122.1173.2272	-	-	270.478,68
		170025	20.125.04.122.1173.2272	-	-	530.444,16
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	46.066,50
			20.125.04.124.1173.2D58	-	-	203.363,85
		170032	20.125.04.122.1173.2272	-	-	200.797,70
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	47.250,85
			20.125.04.124.1173.2D58	-	-	155.028,15
		170038	20.125.04.122.1173.110C	-	-	1.830,00
			20.125.04.122.1173.2272	-	-	527.300,53
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	9.246,66
			20.125.04.124.1173.2D58	-	-	183.186,62
		170045	20.125.04.122.1173.2272	-	-	284.449,27
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	8.394,52
			20.125.04.124.1173.2D58	-	-	7.006,31
		170050	20.125.04.122.1173.2272	-	-	349.335,60
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	2.263,55
			20.125.04.124.1173.2D58	-	-	106.238,42
		170055	20.125.04.122.1173.110C	-	-	84.429,99
			20.125.04.122.1173.2272	-	-	466.238,09
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	8.354,11
			20.125.04.124.1173.2D58	-	-	189.174,90
		170064	20.125.04.122.1173.110C	-	-	19.450,00
			20.125.04.122.1173.2272	-	-	465.873,56
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	1.464,64
			20.125.04.124.1173.2D58	-	-	7.243,38
		170069	20.125.04.122.1173.110C	-	-	14.300,00
			20.125.04.122.1173.2272	-	-	279.822,33
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	11.943,00
			20.125.04.124.1173.2D58	-	-	1.468,39
		170075	20.125.04.122.1173.2272	-	-	572.140,98
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	12.000,00
			20.125.04.124.1173.2D58	-	-	592.298,19
		170077	20.125.04.128.1173.4572	-	-	1.024,10
		170085	20.125.04.122.1173.110C	-	-	1.499,88
			20.125.04.122.1173.2272	-	-	804.421,33
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	8.381,70
			20.125.04.124.1173.2D58	-	-	319.032,30
		170100	20.125.04.122.1173.2272	-	-	262.188,57
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	2.335,21
			20.125.04.124.1173.2D58	-	-	2.920,57
		170106	20.125.04.122.1173.2272	-	-	186.907,82
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	16.227,53
			20.125.04.124.1173.2D58	-	-	134.226,11
		170114	20.125.04.122.1173.2272	-	-	587.333,34
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	278,38
			20.125.04.124.1173.2D58	-	-	149,40
		170131	20.125.04.122.1173.110C	-	-	1.107.304,50

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente ou Receptora	Classificação da Ação	1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
			20.125.04.122.1173.2272	-	-	619.675,57
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	22.175,62
			20.125.04.124.1173.2D58	-	-	286.305,92
		170153	20.125.04.122.1173.2272	-	-	168.399,40
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	3.738,76
			20.125.04.124.1173.2D58	-	-	174.722,55
		170166	20.125.04.122.1173.2272	-	-	330.049,62
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	9.050,00
			20.125.04.124.1173.2D58	-	-	130.851,85
		170175	20.125.04.128.1173.4572	-	-	2.945,00
			20.125.04.122.1173.2272	-	-	379.608,09
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	7.135,52
		170175	20.125.04.124.1173.2B15	-	-	163,15
			20.125.04.124.1173.2D58	-	-	283.140,69
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	354,33
		170176	20.125.04.124.1173.2B13	-	-	354,33
			20.125.04.122.1173.2272	-	-	273.371,40
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	11.010,17
		170190	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	40.927,63
			20.125.04.122.1173.2272	-	-	748.888,69
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	2.659,82
		170195	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	236.193,59
			20.125.04.122.1173.2272	-	-	89.197,75
			20.125.04.122.1173.2272	-	-	398.919,72
		170205	20.125.04.122.1173.2272	-	-	398.919,72
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	11.211,50
			20.125.04.124.1173.2D58	-	-	17.220,77
		170214	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	17.220,77
			20.125.04.122.1173.110C	-	-	132.532,21
			20.125.04.122.1173.2272	-	-	451.590,27
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	3.079,49
		170344	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	100.929,13
			20.125.04.122.1173.2272	-	-	47.235,06
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	8.620,00
		170345	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	7.552,99
			20.125.04.122.1173.2272	-	-	131.419,55
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	3.845,25
		170346	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	2.125,25
			20.125.04.122.1173.2272	-	-	229.810,97
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	9.145,33
		170347	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	23.376,85
			20.125.04.122.1173.110C	-	-	34.943,08
			20.125.04.122.1173.2272	-	-	218.501,04
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	19.114,16
		180002	20.125.04.124.1173.2D58	-	-	2.739,69
			20.125.04.122.1173.2272	-	-	1.957.836,97
			20.125.04.124.1173.2B13	-	-	100.380,84
		240005	20.125.04.122.1173.2272	-	-	3.528,55
			20.125.04.122.1173.2272	-	-	19.069,98
			20.125.01.128.0550.4091	-	-	19.124,43
250013	20.125.04.128.1173.4572	-	-	57.209,95		
	20.125.04.122.1173.2272	-	-	28.768,31		
	20.125.04.128.1173.4572	-	-	67.131,08		
Recebidos	110174	20.125.04.122.1173.2272	-	-	19.069,98	
		20.125.04.128.1173.4572	-	-	57.209,95	
	110175	20.125.04.122.1173.2272	-	-	28.768,31	
		20.125.04.128.1173.4572	-	-	67.131,08	

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente ou Receptora	Classificação da Ação	1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
		170940	20.125.01.128.0550.4091	-	-	9.534,99
			20.125.04.128.1173.4572	-	-	9.534,99

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente ou Receptora	Classificação da Ação	4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	110174	20.125.04.122.1173.110C	17.388,00	-	-
			20.125.04.122.1173.2272	7.147.606,49	-	-
	Recebidos	170940	20.125.04.122.1173.110C	17.388,00	-	-
			20.125.04.122.1173.2272	7.147.606,49	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	170032	20.125.04.122.1173.2272	5.000,00	-	-
		170038	20.125.04.122.1173.110C	4.400,00	-	-
			20.125.04.122.1173.2272	3.750,00	-	-
		170045	20.125.04.122.1173.2272	1.060,00	-	-
		170055	20.125.04.122.1173.2272	13.849,00	-	-
		170064	20.125.04.122.1173.2272	6.629,50	-	-
		170069	20.125.04.122.1173.2272	7.472,85	-	-
			20.125.04.122.1173.110C	15.674,00	-	-
		170075	20.125.04.122.1173.2272	19.000,00	-	-
			20.125.04.122.1173.2272	41.479,94	-	-
		170100	20.125.04.122.1173.2272	4.033,72	-	-
		170106	20.125.04.122.1173.2272	6.312,00	-	-
		170114	20.125.04.122.1173.2272	29.100,00	-	-
		170131	20.125.04.122.1173.110C	142.002,00	-	-
			20.125.04.122.1173.2272	26.570,00	-	-
		170153	20.125.04.122.1173.2272	6.996,00	-	-
		170175	20.125.04.122.1173.2272	10.482,00	-	-
		170190	20.125.04.122.1173.2272	2.900,00	-	-
		170195	20.125.04.122.1173.110C	118.990,00	-	-
			20.125.04.122.1173.2272	11.100,00	-	-
		170214	20.125.04.122.1173.2272	2.998,99	-	-
		170344	20.125.04.122.1173.110C	60.945,00	-	-
		170345	20.125.04.122.1173.2272	11.968,00	-	-
170346	20.125.04.122.1173.2272	1.500,00	-	-		
170347	20.125.04.122.1173.2272	560,00	-	-		
170347	20.125.04.122.1173.2272	560,00	-	-		
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

ANEXO II

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos*	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1- Despesas de Pessoal	528.381.993,25	587.270.647,00	528.072.310,80	586.959.759,58	309.682,45	310.887,42	528.052.310,80	586.959.759,58
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	411.569.354,29	451.183.004,48	411.478.720,69	451.183.004,48	90.633,60	-	411.478.720,69	451.183.004,48
13 - Obrigações Patronais	86.654.135,04	95.033.429,65	86.654.135,04	95.033.429,65	-	-	86.654.135,04	95.033.429,65
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	23.971.592,07	34.074.831,06	23.951.592,07	34.074.831,06	20.000,00	-	23.931.592,07	34.074.831,06
Demais elementos da despesa	6.186.911,85	6.979.381,81	5.987.863,00	6.668.494,39	199.048,85	310.887,42	5.987.863,00	6.668.494,39
3- Outras Despesas Correntes	57.581.743,56	73.025.767,06	49.221.525,92	66.556.218,50	8.360.217,64	6.469.548,56	39.396.513,60	66.418.428,21
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	28.588.147,19	35.124.147,92	22.100.448,31	29.666.767,57	6.487.698,88	5.457.380,35	22.075.838,99	29.531.900,12
46 - Auxílio-Alimentação	4.783.340,02	9.367.322,57	4.781.840,02	9.367.322,57	1.500,00	-	4.781.840,02	9.367.322,57
37 - Locação de Mão-de-Obra	7.268.486,27	9.185.307,26	6.458.516,69	8.848.335,00	809.969,58	336.972,26	6.346.856,29	8.848.335,00
Demais elementos da despesa	16.941.770,08	19.348.989,31	15.880.720,90	18.673.793,36	1.061.049,18	675.195,95	10.973.818,32	18.670.870,52

Fonte: SIAFI

* Valores Pagos na Folha considerados como o total das despesas liquidadas da folha.

ANEXO III

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos*	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	4.750.422,56	7.145.381,52	741.021,77	996.623,39	4.009.400,79	6.148.758,13	473.946,55	995.133,09
52 – Equipamentos e Material Permanente	2.516.329,77	6.179.196,73	588.573,27	832.177,21	1.927.756,50	5.347.019,52	321.498,05	830.686,91
39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	-	841.594,79	-	164.446,18	-	677.148,61	-	164.446,18
51 – Obras e Instalações	2.234.092,79	118.990,00	152.448,50	-	2.081.644,29	118.990,00	152.448,50	-
Demais elementos da despesa	-	5.600,00	-	-	-	5.600,00	-	-

Fonte: SIAFI

* Valores Pagos na Folha considerados como o total das despesas liquidadas da folha.

ANEXO IV

Quadro A.5.7 - QUADRO DE CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2008, 2009 E 2010

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	128.981,00	-	10.748,00	3.583,00	1.944,00	-	-	145.256,00
2009	128.981,00	-	10.748,00	3.583,00	1.944,00	-	-	145.256,00
2010	128.981,00	-	10.748,00	3.583,00	3.648,00	-	-	146.960,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	238.198.552,00	-	27.105.797,00	13.293.166,00	5.011.173,00	4.988.344,00	459.987,00	289.057.019,00
2009	327.127.814,00	-	32.895.196,00	11.006.104,00	5.129.682,00	6.667.925,00	481.113,00	383.307.834,00
2010	418.668.374,00	-	34.473.896,00	12.251.435,00	9.988.099,00	7.809.233,00	465.656,00	483.656.693,00
Servidores com Contratos Temporários								
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2010	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	16.832.180,00	-	1.444.993,00	481.664,00	160.555,00	569.727,00	-	19.489.119,00
2009	20.340.198,00	-	1.746.146,00	582.049,00	194.016,00	688.465,00	-	23.550.874,00
2010	21.142.491,00	-	1.815.021,00	605.007,00	598.272,00	715.621,00	-	24.876.412,00
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	-	77.822,00	6.859,00	2.286,00	-	-	-	86.967,00
2009	-	82.309,00	6.859,00	2.286,00	-	-	-	91.454,00
2010	-	82.309,00	6.859,00	2.286,00	-	-	-	91.454,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	-	11.736.139,00	1.192.956,00	397.652,00	3.726,00	-	-	13.330.473,00
2009	-	12.193.315,00	1.015.560,00	338.520,00	3.726,00	-	-	13.551.121,00
2010	-	12.317.586,00	1.025.936,00	21.522,00	6.992,00	-	-	13.372.036,00
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	-	735.322,00	61.277,00	20.426,00	-	-	-	817.025,00
2009	-	794.182,00	66.963,00	22.321,00	-	-	-	883.466,00
2010	-	787.808,00	64.567,00	21.522,00	-	-	-	873.897,00

Fonte: SIAPE

ANEXO V

QUADRO A.5.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Controladoria-Geral da União													
UG/Gestão: 170940/00001							CNPJ: 05.914.685/0001-03						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	E	41/2009	02.843.359/0001-56	18/09/09	15/03/10	37	37	1	1	0	0	E
2010	L	O	12/2010	08.573.956/0001-94	14/04/10	13/04/11	33	27	-	6	0	0	A
2010	L	O	12/2010	08.573.956/0001-94	14/04/10	13/04/11	-	-	1	1	0	0	A
2005	V	O	01/2005	00.902.835/0001-37	01/02/05	30/06/10	0	0	32	32	0	0	E
2010	V	O	20/2010	10.496.968/0001-04	09/07/10	08/07/11	0	0	37	37	0	0	A
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Consulta aos contratos e respectivos fiscais.

ANEXO VI

QUADRO A.5.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Controladoria-Geral da União													
UG/Gestão: 170940/00001							CNPJ: 05.914.685/0001-03						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	1	O	01/2006	06.090.065.0001-51	02/01/06	01/07/11	7	7	-	-	0	0	P
2006	1	O	01/2006	06.090.065.0001-51	02/01/06	01/07/11	-	-	120	101	0	4	P
2006	1	O	06/2006	01.644.731/0001-32	03/04/06	02/04/11	0	0	47	40	-	6	P
2006	1	O	06/2006	01.644.731/0001-32	03/04/06	02/04/11	0	0	-	-	1	1	P
2009	1	O	31/2009	00.151.057/0001-91	27/07/09	10/05/10	0	0	8	8	1	1	E
2009	1	O	33/2009	03.283.967/0001-16	27/07/09	26/07/11	0	0	2	1	0	1	P
2009	1	O	34/2009	08.157.523/0001-58	27/07/09	26/07/11	0	0	60	41	-	12	P
2009	1	O	34/2009	08.157.523/0001-58	27/07/09	26/07/11	0	0	-	-	17	11	P
2010	1	O	15/2010	02.843.359/0001-56	10/05/10	26/07/11	0	0	8	8	1	1	P
2006	2	O	01/2006	06.090.065.0001-51	02/01/06	01/07/11	0	0	1	1	0	0	P
2009	2	O	47/2009	04.768.702/0001-70	18/02/09	17/03/11	*	3	*	16	1	1	P
2006	3	O	01/2006	06.090.065.0001-51	02/01/06	01/07/11	30	22	0	8	0	0	P
2009	3	O	31/2009	00.151.057/0001-91	27/07/09	10/05/10	2	2	0	0	0	0	E
2010	3	O	15/2010	02.843.359/0001-56	10/05/10	26/07/11	2	2	0	0	0	0	P
2006	5	O	09/2006	26.413.146/0001-52	01/06/06	31/08/10	0	0	18	18	0	0	E
2010	5	O	31/2010	04.621.879./0001-40	05/10/10	04/10/11	16	0	-	16	-	-	A
2010	5	O	31/2010	04.621.879./0001-40	05/10/10	04/10/11	-	0	2	2	1	1	A

Observação: * Contrato prevê o quantitativo de trabalhadores, sem previsão de escolaridade mínima.

LEGENDA	LEGENDA
Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Outras.	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Consulta aos contratos e respectivos fiscais.

ANEXO VII

QUADRO A.5.10 – DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL CONTRATADO MEDIANTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
01/2006	1	76	DGI
01/2006	1	4	ASJUR
01/2006	1	4	DSI
01/2006	1	4	SPCI
01/2006	1	13	SFC
01/2006	1	6	CORREGEDORIA
01/2006	1	5	SECRETARIA EXECUTIVA
06/2006	1	22	CGU/SEDE
06/2006	1	1	CGU/AC
06/2006	1	1	CGU/AL
06/2006	1	1	CGU/AM
06/2006	1	1	CGU/AP
06/2006	1	1	CGU/BA
06/2006	1	1	CGU/CE
06/2006	1	1	CGU/ES
06/2006	1	1	CGU/GO
06/2006	1	1	CGU/MA
06/2006	1	1	CGU/MG
06/2006	1	1	CGU/MS
06/2006	1	1	CGU/MT
06/2006	1	1	CGU/PA
06/2006	1	1	CGU/PB
06/2006	1	1	CGU/PE
06/2006	1	1	CGU/PI
06/2006	1	1	CGU/PR
06/2006	1	1	CGU/RJ
06/2006	1	1	CGU/RN
06/2006	1	1	CGU/RO

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
06/2006	1	1	CGU/RR
06/2006	1	1	CGU/RS
06/2006	1	1	CGU/SC
06/2006	1	1	CGU/SP
06/2006	1	1	CGU/TO
33/2009	1	2	CGSS/DGI
34/2009	1	5	DSI
34/2009	1	14	SFC
34/2009	1	13	DGI
34/2009	1	9	CORREGEDORIA
34/2009	1	7	SPCI
34/2009	1	4	GM
34/2009	1	6	SECRETARIA EXECUTIVA
34/2009	1	4	ASJUR
34/2009	1	2	OUIDORIA
15/2010	1	9	CGRH/DGI
01/2006	2	1	CGU-SEDE
47/2009	2	20	CGU-SEDE Engemil
01/2006	3	30	CGU-SEDE
15/2010	3	2	CGRH/DGI
31/2010	5	19	CGU-SEDE Guanaba
12/2010	7	34	CGU-SEDE
20/2010	8	37	CGU-SEDE Vigilância

LEGENDA - Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;

5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Fonte: Consulta aos contratos e respectivos fiscais.

ANEXO VIII

QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento da Controladoria-Geral da União									
CNPJ: 05.914.685/0001-03					UG/GESTÃO: 170940/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
3	637829	01.987.656/0001-02	206.300,00	0,00	0,00	206.300,00	10/12/2008	10/12/2010	1
3	662097	04.936.855/0001-80	150.000,00	0,00	100.000,00	100.000,00	07/07/2010	06/07/2011	1
4	01/2008	02.317.176/0001-05	5.042.736,80	0,00	708.722,96	5.002.913,66	01/07/2008	30/06/2012	1
4	03/2008	112408/00001	27.841,95	0,00	0,00	27.841,95	11/04/2008	10/04/2009	4
4	12/2009	112408/00001	34.155,18	0,00	34.155,18	34.155,18	24/09/2009	23/09/2010	4
LEGENDA									
Modalidade: 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Parceria 4 - Termo de Cooperação 5 - Termo de Compromisso					Situação da Transferência: 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado				

Fonte: SIAFI



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA**

DECLARAÇÃO

Declaramos que as informações referentes a contratos estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Declaramos ainda que a Controladoria-Geral da União não possui Convênios ou Contratos de Repasse firmados no exercício de 2010, razão pela qual não foram necessários os registros no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.

Ressaltamos que o Termo de Parceria firmado pelo Órgão no exercício 2010 encontra-se registrado no Sistema Integrado de Administração Serviços Gerais do Governo Federal – SIASG, e que aguardam o processo de migração das informações para o SICONV, a ser implementado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

CARLA BAKSYS PINTO
Coordenadora-Geral de Recursos Logísticos
Mat. SIAPE nº 1097350

ANNA FLÁVIA MAMEDE
Coordenadora-Geral de Planejamento e Orçamento - Substituta
Mat. SIAPE nº 1664517



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS**

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que os servidores constantes do Rol de Responsáveis da Controladoria-Geral da União (CGU), estão em dia com a exigência da apresentação da Declaração de Bens e Rendas, exercício 2010, ano-base 2009, na forma definida na Decisão do Tribunal de Contas da União nº 62, de 27 de outubro de 2004, e na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Brasília, 29 de março de 2011.

SIMEI SUSÃ SPADA
Coordenadora-Geral de Recursos Humanos

ANEXO XI

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua		X			

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação			
validade e qualidade ao longo do tempo.				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X
Considerações gerais: Os dados foram avaliados pela Diretoria de Gestão Interna, unidade considerada detentora de maiores riscos na CGU, com participação da unidade de gestão estratégica da Casa.				
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>				

ANEXO XII

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Foram aplicados os critérios definidos pela Instrução Normativa MP nº 01/2010, desde a sua publicação.					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					X
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Ainda não é possível avaliar o impacto, já que as aquisições de lâmpadas de baixo consumo energético – fluorescentes e LEDs – fizeram parte do projeto de reforma do restaurante, cuja reinauguração só se deu no exercício atual (2011).					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? O piso do restaurante, composto de 67% de PVC reciclado pós-consumo.					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Sim, o critério foi incluído no Termo de Referência do procedimento, que resultou na aquisição de veículos a diesel.					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</p> <p>Por meio das atividades executadas pela Comissão de Coordenação da Agenda Ambiental – COAMB (vide Considerações Gerais), tais como: publicação de matérias nos Boletins Agenda Ambiental, publicação periódica divulgada por meio da Intranet da CGU; colocação de adesivos incentivando a economia de água e luz próximos às pias e aos interruptores, respectivamente; organização de seminários/eventos relacionados ao tema “meio ambiente”, dentre outras iniciativas.</p>					X
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)?</p> <p>Por meio das atividades executadas pela Comissão de Coordenação da Agenda Ambiental – COAMB (vide Considerações Gerais), tais como: publicação de matérias nos Boletins Agenda Ambiental, publicação periódica divulgada por meio da Intranet da CGU; organização de seminários/eventos relacionados ao tema “meio ambiente”; afixação de cartazes sobre coleta seletiva, dentre outras iniciativas.</p>					X
<p><i>Considerações Gerais:</i> Os quesitos foram respondidos pelo gabinete da Diretoria de Gestão Interna (Diretor e Assessores) em conjunto com a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (área da DGI responsável pelas licitações do Órgão), com consulta à Comissão de Coordenação da Agenda Ambiental da CGU – COAMB, comissão instituída pelo Secretário-Executivo, com representantes de diversas unidades da CGU, que tem por finalidade coordenar a implantação do Projeto Agenda Ambiental e promover as ações de redução dos impactos ambientais gerados pelas atividades da Controladoria-Geral da União.</p>					
<p><u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

QUADRO B.1.2 - DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO			20125
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras 170940 – Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento, 110174 – Diretoria de Gestão Interna/CGU/PR e 110175 – Coordenação-Geral de Recursos Humanos e as Unidades Regionais as quais integram a unidade jurisdicionada da Controladoria-Geral da União, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Falta/Atraso cumprimento de Diligências – UG – 170940.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRASÍLIA-DF	Data	15/02/2011
Contador Responsável I	ROSAURA CONCEIÇÃO HADDAD	CRC nº	9686 DF